



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO EM LETRAS

Campus I – Prédio B4, sala 106 – Bairro São José – Cep. 99001-970 - Passo Fundo/RS

Fone (54) 3316-8341 – Fax (54) 3316-8330 – E-mail: mestradoletras@upf.br

FRANCIELI FUCHINA

**CONSTRUÇÃO DAS PERSONAGENS FEMININAS EM ROMANCES DE
IMIGRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL**

Passo Fundo

2016

FRANCIELI FUCHINA

**CONSTRUÇÃO DAS PERSONAGENS FEMININAS EM ROMANCES DE
IMIGRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras – Produção e Recepção do Texto Literário, sob a orientação da professora Dra. Ivânia Campigotto Aquino.

Passo Fundo

2016

Esta dissertação é dedicada à grande amiga Tina Hatem (*in
memorian*), que me coloriu com sua arte.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Gentil e Maria Nilse, que, mesmo com pouca escolaridade, não mediram esforços para que suas duas filhas chegassem ao ensino superior.

À minha irmã Rosimeri, pela indicação e empréstimos de bibliografias de estudos na área de Gênero e História. Sua caminhada acadêmica e profissional me inspirou.

À querida amiga Patrícia Cichota, pela ajuda financeira na efetivação da matrícula no mestrado.

Ao meu companheiro de todos os dias Rafael, que esteve ao meu lado nessa caminhada, compreendendo minhas ausências e minhas angústias. Este trabalho, agora finalizado, permitirá que nossos sonhos se concretizem e as horas vagas sejam destinadas a nós. Obrigada pela compreensão e carinho.

À Professora Dra. Ivânia Campigotto Aquino, pela orientação, pela oportunidade de convívio, confiança e pelos inúmeros ensinamentos transmitidos. Mestres como Você fazem a diferença na vida de seus alunos.

À banca examinadora composta pelos professores Dr. Luís Augusto Fischer (UFRGS) e Dr. Luís Francisco Fianco Dias (UPF) pela contribuição e participação na defesa deste trabalho.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, *Campus Veranópolis*, do qual faço parte, pela liberação de horário e pela concessão de bolsa para pagamento das mensalidades.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em estudos literários, que participaram, ativamente, na concretização dessa conquista.

A todos aqueles que acreditaram nessa temática, pois sabem que estudar gênero não é algo ultrapassado e que as diferenças entre os sexos ainda são constantes e visíveis nos dias de hoje.

“Não sou, nem devo ser a mulher-maravilha, apenas uma pessoa vulnerável e forte, incapaz e gloriosa, assustada e audaciosa... uma mulher.”

Lya Luft, *Canção das Mulheres*

RESUMO

Por meio de um estudo bibliográfico, a proposta desta pesquisa é analisar a construção das personagens Frida (*Frida Meyer - 1924*) e Lore (*Um Rio imita o Reno - 1939*) sob o enfoque dos estudos culturais de gênero, estabelecendo relações entre os discursos ficcional e histórico. Na abordagem, procuram-se evidenciar os recursos discursivos utilizados pelos narradores, os quais permitiram a criação do retrato da mulher germânica representantes do processo de imigração e colonização do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Personagens femininas. Recursos discursivos. Gênero. Imigração alemã. Romance e sociedade.

ABSTRACT

This bibliographic research aims to analyse the construction of two female characters: Frida (Frida Meyer – 1924) and Lore (Um Rio imitativo Reno – 1939). The work uses Cultural and Gender Studies and establishes the relation between fictional and historical discourses. This essay highlights the discursive resources used by narrators that have formed the image of the German women who represent the migration and the colonization process in Rio Grande do Sul.

Keywords: Female characters. Discursive resources. Gender. German migration. Novel and Society.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	ROMANCE, SEDUÇÃO E MORALIDADE	12
2.1	CAMINHOS DO ROMANCE NO BRASIL.....	17
2.2	ROMANCE NO RIO GRANDE DO SUL.....	21
2.3	ROMANCE DE IMIGRAÇÃO.....	28
3	IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO SUL DO PAÍS: ASPECTOS HISTÓRICOS	33
3.1	A MULHER IMIGRANTE NAS COLÔNIAS ALEMÃS DO RIO GRANDE DO SUL.....	43
4	O UNIVERSO DO FEMININO: QUESTÕES DE GÊNERO	48
4.1	OS MOVIMENTOS FEMINISTAS.....	55
5	GÊNERO E LITERATURA: A CONDIÇÃO FEMININA DE FRIDA E LORE	61
5.1	A MULHER ALEMÃ NA SOCIEDADE DE FICÇÃO: OS AUTORES E AS OBRAS.....	61
5.2	MULHER-SUJEITO DE SUA TRAJETÓRIA DE VIDA: FRIDA MEYER.....	66
5.3	MULHER-OBJETO DE SUA TRAJETÓRIA DE VIDA: LORE WOLFF.....	74
5.4	FRIDA MEYER X LORE WOLFF: SEMELHANÇAS E CONTRASTES NA CONSTRUÇÃO DAS PERSONAGENS.....	81
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
	REFERÊNCIAS	88

1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, as questões de gênero e sexualidade me inquietaram. Ao longo da minha vida, frequentemente, deparei-me com as diferenças notáveis entre homens e mulheres. Situações como a inferiorização no trabalho, vida do lar e até a preparação das meninas para o papel de mulheres e mães faziam-me refletir a respeito do tema. Oriunda de uma pequena cidade no interior do estado de Santa Catarina, acreditava que, em centros maiores, essas “diferenças” fossem abortadas ou suprimidas do meu ambiente. No entanto, vivenciei situações tão preocupantes e, por algumas vezes, até maiores do que as encontradas na pequena cidade.

Durante a Graduação em Letras e por meio da dissertação de mestrado elaborada pela minha irmã, no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de Passo Fundo, e pelos inúmeros livros que ela trazia para nossa casa, descobri que, além de minhas observações sobre o assunto, havia teoria para fundamentar e me auxiliar na formação de um pensamento crítico a respeito e, conseqüentemente, na ampliação da minha visão desse universo. Percebi também que, por anos, a história das mulheres esteve esquecida nos estudos literários e que fatos ligados à política, economia e sociedade estiveram sempre à frente nas pesquisas e no interesse geral da população.

Com base no dicionário *Aurélio*, a palavra “gênero” significa: “grupo de seres que se assemelham por seus caracteres essenciais”, “reunião de corpos orgânicos que constituem espécie; raça; família; sorte; qualidade; casta; modo; maneira; objeto; coisa”, entre outras distinções mais ligadas à biologia. No entanto, o conceito que pretendo destacar não consta em dicionários, apenas nos livros de estudiosos que abordam o tema. Segundo Louro (1997, p. 22), o conceito gênero “pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico”.

O ingresso no Mestrado em Letras na linha de pesquisa Produção e Recepção do Texto Literário representa a oportunidade ideal para desenvolver um novo estudo de gênero, analisando o retrato das mulheres imigrantes alemãs dentro da produção do romance do Rio Grande do Sul, no conjunto de obras que já podemos considerar um subgênero, o chamado romance de imigração. A busca por obras que referenciassem o tema escolhido foi constante, porém o que encontrei foram alguns artigos e capítulos sucintos, fato que me instigou a contemplar de maneira mais profunda a construção do trabalho de dissertação.

Sabemos que a literatura nacional é marcada por romances que reproduzem imagens históricas brasileiras em seus diferentes aspectos e situações, como também reconstituem os espaços geográficos. No caso específico do Rio Grande do Sul, a relação com a história e a geografia se apresenta como um projeto contínuo de ficção. Outra questão importante é a relação que estabelecemos entre História e Literatura, ou seja, essa ligação nasce através do discurso, fazendo com que o historiador se aproprie do universo literário. Nesse sentido, Aristóteles (1992, p. 252) afirma que “não é obra de um poeta dizer o que aconteceu, mas o que poderia acontecer, e o que é possível acontecer, segundo o que é verossímil e necessário.” Por isso, podemos dizer que a ficção é a capacidade de um “fazer acreditar” mediante um testemunho autêntico sobre a realidade.

Segundo Aquino (2016), a literatura é, além de um fenômeno estético, uma manifestação cultural; portanto, uma possibilidade de registro do movimento que realiza o homem na sua historicidade, seus anseios e suas visões do mundo. Sob essa concepção, podemos dirigir o olhar ao que está no centro da produção literária gaúcha, ou seja, a interpretação da formação da sociedade, da cultura e da delimitação do território. Nesse meio, encontramos os romances sobre imigração e colonização, os quais representam verdadeiras peças historiográficas a conferir heroicidade aos episódios da conquista e ocupação do território.

Por esse fato, e por meio de uma pesquisa bibliográfica, o desenvolvimento desta pesquisa parte da análise da construção das personagens Frida (*Frida Meyer*) e Lore (*Um Rio imita o Reno*), sob o enfoque dos estudos culturais de gênero, estabelecendo relações entre os discursos ficcional e histórico. Na abordagem, procuramos evidenciar as falas utilizadas pelos narradores, os quais permitiram a criação de imagens e conceitos das mulheres alemãs representantes do processo de imigração e colonização do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, a respeito da natureza da literatura, Aquino (2016, p. 11) afirma,

Mesmo que os literatos a tenham sempre produzido sem um compromisso com a verdade dos fatos, construindo um mundo singular que se contrapõe ao mundo real, é inegável que, por meio dos textos artísticos, a imaginação produz imagens, e o leitor, no momento em que, pelo ato de ler, recupera tais imagens, encontra uma outra forma de ler os acontecimentos constitutivos da realidade que motiva a arte literária.

Sabemos que, entre os múltiplos aspectos estudados na literatura sul-rio-grandense, pouca atenção tem sido dada à questão da produção romanesca a respeito do processo imigratório no século XIX. Nesse movimento, evidentemente, surgiram inúmeras e diferentes

questões culturais e de gêneros que poderiam ser discutidas. Mesmo assim, permanece um campo pouco visitado pelos estudantes e pesquisadores. No entanto, apesar de escassos, existem estudos de gênero na literatura gaúcha presentes na bibliografia consultada, como é o caso da dissertação de mestrado de Simone Aires Vogel, intitulada *Figuras femininas de origem alemã no romance A Face do Abismo, de Charles Kiefer* (2003), que aborda o processo imigratório por meio das figuras femininas no romance *A Face do Abismo*, de Charles Kiefer, e também a tese de doutorado de Cleci Fávaro: *Imagens Femininas: contradições ambivalências, violências – região colonial Italiana do Rio Grande do Sul – 1875/1950* (1995), que descreve a imagem feminina e suas contradições na região colonial italiana do Rio Grande do Sul. Esse trabalho rompe com o mito ainda presente no imaginário coletivo de que a mulher imigrante teria deixado seu país e se instalado no Rio Grande do Sul sem sofrer qualquer alteração nos seus valores. Nesse contexto, os romances que compõem o *corpus* deste trabalho estão repletos de eventos que transmitem a força e as fraquezas da imagem feminina, juntamente com a história da colonização e a formação do estado pelas colônias alemãs nas terras gaúchas.

É importante enfatizar que não tenho descendência alemã e moro há poucos anos no Rio Grande do Sul, porém a justificativa pessoal instaura-se na ânsia de contribuir às pesquisas relacionadas à mulher descendente dentro das comunidades alemãs e a forma com que foram retratadas na literatura, ou seja, analisando, por meio dos romances de imigração, conflitos internos referentes a fatores culturais relacionados às questões de raça, poder, identidade, entre outros, que são apresentadas pelas figuras femininas. Além disso, como neta de imigrantes italianos e poloneses, sinto-me desafiada a conhecer uma cultura tão diferente da minha.

Por meio da literatura, também percebemos que as personagens femininas nos romances de imigração, descendentes de alemães, lutam para se estabelecer, pois a sociedade em que se inseriram vive constantes transformações, já que não é mais alemã, e sim apenas possuiu traços dessa cultura. São mulheres que saem à procura de uma identidade que é esquecida ou perdida com o processo migratório. É através dessa busca que indagamos o lugar da mulher na literatura e na sociedade, principalmente na gaúcha, uma vez que os romances escolhidos são ambientados em espaços territoriais que se formaram com a vinda dos alemães para o Sul do Brasil.

Estruturalmente, esta dissertação está assim organizada: a primeira parte corresponde a esta introdução. O segundo capítulo faz uma breve análise do perigo que os livros de romance representavam para jovens e mulheres e o surgimento do gênero no mundo; em seguida, os

caminhos que esse estilo percorreu e como essas leituras chegaram ao Brasil e de que maneira dialogaram com a realidade local. A terceira seção é dedicada à história do romance no Rio Grande do Sul e a última descreve como os romances de imigração abordam o processo imigratório das colônias alemãs e como eles iniciam sua produção no Rio Grande do Sul.

O terceiro capítulo relata aspectos históricos da imigração alemã no sul do país e contempla o dia a dia da mulher migrante nas colônias aqui instaladas. O quarto capítulo discute acerca do universo feminino, as questões de gênero e suas primeiras manifestações no Brasil e no mundo.

O quinto e último capítulo é dedicado ao estudo do gênero e literatura abordando a questão do feminino nas personagens em análise. Em seguida, apresentamos de maneira breve as obra e seus respectivos autores e as marcas da imigração alemã que esses romances carregam, encerrando com a análise das personagens *Frida Meyer* e *Lore Wolf*, duas personagens criadas no século XX. Essa abordagem confronta personagens da literatura com a representação da mulher sulina no século XX, pois, embora a mulher gaúcha muitas vezes comandasse os negócios e o lar em razão da ausência do marido (devido às guerras), era o homem quem representava o poder máximo dentro de casa e, na sua presença, a mulher retornava à sua posição submissa.

De maneira geral, observamos a chegada dos alemães no país e todo o processo de adaptação na “nova terra”, a integração com o meio e, ainda, a influência da cultura germânica na formação de uma nova identidade feminina, estudo que ajuda a compreender a representação dessas personagens femininas nas obras *Frida Meyer* e *Um Rio Imita o Reno* descrevendo a mulher germânica nos romances de imigração.

2 ROMANCE, SEDUÇÃO E MORALIDADE

A ideia do romance do escritor italiano Umberto Eco, *O Nome da Rosa* (1981), é uma verdade muito antiga, pois livros (numa visão limitada), sempre foram “perigosos” para a humanidade; por isso, deveriam ter acesso restrito ou até mesmo ser destruídos. Desde os tempos mais remotos, milhares de livros foram incendiados e, na época da Revolução Francesa, a lei do terror estimulou o ataque em muitas bibliotecas.

Em *Uma história da leitura*, Alberto Manguel (1997) relata que, em 1660, Carlos II na Inglaterra, filho do Rei, baixou um decreto prescrevendo que o Conselho da época deveria instruir os nativos, servos e escravos das colônias britânicas no cristianismo, pois acreditava que a salvação da alma dependia da capacidade de cada um ler a palavra de Deus por si próprio. Entretanto, os donos de escravos temiam a própria ideia de ter uma população negra alfabetizada, podendo despertar ideias revolucionárias e perigosas presentes nos livros. Acreditavam, também, que escravos que conseguissem ler a Bíblia poderiam em seguida ler panfletos abolicionistas e logo encontrar a tão sonhada liberdade. Essas leis de proibição à leitura permaneceram até metade do século XIX. Aprender a ler para os escravos não era passaporte imediato para a liberdade, mas uma maneira de ter acesso a um dos instrumentos poderosos de seus opressores: o livro.

Depois de quase dois séculos do decreto de Carlos II em 1872, Anthony Comstock fundou, em Nova York, a Sociedade para Extinção do Vício, o primeiro conselho de censura dos Estados Unidos. Comstock considerava-se um leitor dos leitores, aquele que sabia o que era boa e o que se considerava má literatura; estava convencido de que aquilo que chamava de “literatura imoral” pervertia a mente dos jovens, que deveriam se ocupar com temas espirituais mais elevados.

Que livros lia Comstock? Ele era um seguidor involuntário do conselho jocoso de Oscar Wilde: "Jamais leio um livro que devo resenhar; ele o torna muito parcial". Às vezes, porém, folheava os livros antes de destruí-los e ficava horrorizado com o que lia. Achava a literatura da França e da Itália "pouco melhor que histórias de bordéis e prostitutas nessas nações lúbricas. Com que frequência se encontram nessas histórias torpes heroínas adoráveis, excelentes, cultivadas, ricas e encantadoras em todos os aspectos, as quais têm por amantes homens casados; ou, depois do casamento, os amantes cercam a jovem esposa, gozando de privilégios que pertencem somente ao marido!". Até mesmo os clássicos não estavam acima da exprobração. "Tome-se, por exemplo, uma obra bem conhecida de Boccaccio", escreveu em seu *Traps for the young* [Armadilhas para os jovens]. O livro era tão imundo que Comstock faria qualquer coisa para "evitar que ele, como uma besta selvagem, se soltasse e destruísse a juventude do país". Balzac, Rabelais, Walt Whitman, Bernard Shaw e Tolstoi estavam entre suas vítimas. A leitura cotidiana de Comstock, dizia ele, era a Bíblia. (MANGUEL, 2004, p. 165).

Sabemos que o romance é construído com base na realidade. Essa característica do gênero remete ao pensamento de Aristóteles, o qual afirma que elementos da realidade observável poderiam compor o universo constituído pelo poeta em seus textos. Por força disso, fez a seguinte consideração:

O poeta deve ser mais fabulador que versificador; porque ele é poeta pela imitação e porque imita ações. E ainda que lhe aconteça fazer usos de sucessos reais, nem por isso deixa de ser poeta, pois nada impede que algumas das coisas, que realmente acontecem, sejam, por natureza verossímeis e possíveis e, por isso, venha o poeta a ser o autor delas. (ARISTÓTELES, 1992, p. 116).

O gênero serviu de estratégia aos escritores oitocentistas para criarem uma ficção em que o leitor se identificasse com os procedimentos adotados pelos personagens, percebendo grande semelhança com sua vida ou com a vida que gostariam de ter. É nesse sentido que a obra representava certo perigo. Além disso, Watt (2010) salienta:

O primeiro e melhor representante daquele estilo especial de leitura – a única literatura realmente popular de nossa época – que consiste em falar do público sobre si mesmo. A humanidade é captada de AL como se reflete na vida comum [...] e [...] copiada com a mais minuciosa fidelidade, (WATT, 2010, p. 53)

Critérios como moralizar as obras eram muito fortes no século XIX, pois se temia que a literatura pudesse influenciar o comportamento dos leitores. Além disso, a igreja recomendava as leituras aos seus fiéis, as quais deveriam ser supervisionadas pelos pais, maridos e tutores e, gradativamente, substituídas pela leitura da Bíblia.

Os romances são a leitura universal e têm-se tornado uma mania. [...] Já que não é possível, pois, acabar com essa peste, ao menos vós pais, vós maridos, vós tutores, vós todos a quem a Providencia confiou a guarda e direção da mocidade [...] não consentais que os que vos estão subordinados leiam sem prévio exame esses escritos insidiosos, que manso e manso vão infiltrando nos tenros e impressionáveis corações da juventude o veneno corrosivo da incredulidade, da indiferença religiosa e da santificação de todas as paixões. (GAMA, 1859, p. 2).

A Igreja Católica, a partir do século XIX, passa a incentivar a leitura de romances “honestos”, os quais deveriam ser a leitura única dos fiéis e constar nas prateleiras das bibliotecas paroquiais e das escolas femininas. “Eram considerados romances honestos aqueles que colocavam em cena uma boa lição de moral e que favorecessem a edificação da alma e do caráter.” (LINS, 2013, p. 201). Além disso, Lins (2013) ainda complementa:

Esses livros reforçavam os valores morais da primeira metade do século XX quanto à escolha do par, a forma, de se relacionar no namoro, o noivado e também aprimorar o caráter, fortalecer a vontade, orientar a jovem leitora para os valores consagrados da pureza, honra e beleza moral segundo o modelo apontado pela ética e pela hagiografia católicas, que tinham a preservação da virgindade como supremo objetivo, condição última da tranquilidade de consciência e atributo insubstituível para o casamento e a dignidade da mulher. (LINS, 2013, p. 201).

Na leitura de romances, a vigilância era maior sobre as moças. “Elas eram alvo de um cuidado extraordinário da parte dos adultos para que não se desviassem desses padrões.” (LINS, 2013, p. 201).

Apesar de não recomendado por alguns, no século XIX, o romance foi conquistando cada vez mais leitores e defensores. Aos poucos, firmou seu lugar e adquiriu, com os letrados da época, a aceitação que obtivera por parte do público leitor. Entretanto, ainda havia, sobretudo entre os religiosos, quem o acusasse de leitura inútil, causadora de desperdício de tempo. Os detratores do romance acreditavam que ele era particularmente nocivo às mulheres, vistas como mais voltadas à fantasia e à imaginação e, por isso, mais influenciáveis, mais vulneráveis aos efeitos da leitura. Temia-se que, enlevadas pelas leituras romanescas, as mulheres poderiam se desviar da função que a sociedade lhes reservava, o que interferiria na vida familiar e, conseqüentemente, na esfera social. De acordo com as escritoras Marisa Lajolo e Regina Zilberman, o tipo de leitura destinado às mulheres foi bastante discutido:

A partir do século XVIII, a questão da educação feminina apresenta peso econômico à sua já notória dimensão ética, ao gerar virtuais consumidoras de literatura. E ressoa ideologicamente, ao tornar-se matéria de discussão o tipo de leitura a ser destinado ou absorvido pelo ascendente público de saias. Condenam-se gêneros e preferências, por produzirem efeitos supostamente deletérios; e acusa-se de vicioso o gosto de ler, por desviar a mulher das tarefas domésticas. (LAJOLO & ZILBERMAN, 1996, p. 23).

Manguel (1997) ainda conta que, próximo de sua casa em Buenos Aires, havia uma papelaria que também vendia livros, principalmente vistosas coleções encadernadas em cores diversas, de acordo com o gênero. Os livros de capa amarela traziam aventuras de piratas, enquanto os verdes continham lendas arturianas, histórias de bichos ou *Os Três Mosqueteiros*. Havia ainda aqueles encadernados em cor-de-rosa, que traziam histórias como as de Louise May Alcott (*Little Women*) e da condessa de Ségur, além de toda a saga de Heidi, a famosa personagem de Johanna Spiry. Desses, lembra o autor, não podia sequer se aproximar: “suas capas eram uma advertência, mais clara do que qualquer holofote, de que aqueles eram livros que nenhum menino decente leria. Eram livros para meninas.” (MANGUEL, 1997, p. 256).

Manguel (1997), ainda afirma que o romance, compreendido como uma história de amor e aventuras, já existia na literatura grega; enquanto a epopeia e o teatro eram claramente destinados ao público masculino. Esses primeiros romances dos quais poucos fragmentos sobraram eram dirigidos às mulheres ou, pelo menos, àquele limitado número de mulheres da época que tinham alguma instrução.

Manguel (1997, p. 256) observa que “desde as primeiras linhas, os livros destinados às mulheres estiveram associados com o que mais tarde seria chamado de amor romântico” e afirma:

Lendo essa literatura permitida, [...] as mulheres, de algum modo, devem ter encontrado estímulos intelectuais nesse mingau: nas labutas, perigos e agonias dos casais amorosos, as mulheres às vezes descobriam alimento insuspeitado para o pensamento. (MANGUEL, 1997, p. 256-257).

Ainda segundo o autor, a partir da leitura que lhe era permitida, ou mesmo daquela que, embora proibida, a mulher acabava realizando às escondidas, conseguia construir e afirmar sua identidade e individualidade, mas nem sempre de forma "passiva" ou "alienada", como sempre acreditaram os críticos da dita "literatura feminina".

É relevante considerar que os perigos da leitura estão justamente relacionados ao fato de o homem deparar-se com as verdades camufladas pela ficcionalidade que o tocam com maior profundidade do que as verdades ditas diretamente. Assim, ao fantasiar, o texto literário conduz o leitor a outro universo, no qual ele pode sair de si mesmo, ser outro, estabelecer pontos de contato entre o que ele é e o que gostaria de ser. A leitura literária, portanto, permite ao leitor viver o que não vive, ser o que não se é, “se leen para que los seres humanos tengan las vidas que no se resignan a no tener.” (LLOSA, 2002, p. 4).

Algumas das personagens da literatura consagrada, como Emma Bovary, da obra *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert, demonstram claramente os perigos da leitura de romances. Emma cria um universo de desejos e sensações desenvolvidos mediante a leitura dos romances que escolhe e, por meio dessas leituras, constata que sua vida não possui as emoções nem as aventuras dos livros, sendo apenas a esposa de Carlos Bovary. A sogra de Madame Bovary argumentou que os romances envenenavam a alma de Emma e convenceu o filho a cancelar a assinatura que Emma mantinha junto a uma biblioteca circulante, mergulhando-a mais ainda no pântano do tédio (MANGUEL, 2004). Supõe-se que acaba traindo-o na tentativa de encontrar nos homens aquilo que as leituras dos romances lhe conduziam e proporcionavam.

Os livros, de certa forma, são uma espécie de refúgio; mesmo fictícios, transportam-nos à realidade e ao mesmo tempo nos aproximam dela.

Cada livro era um mundo em si mesmo e nele eu me refugiava. Embora eu me soubesse incapaz de inventar histórias como as que meus autores favoritos escreviam, achava que minhas opiniões frequentemente coincidiam com as deles e (para usar a frase de Montaigne) Passei a seguir-lhes o rastro, murmurando: 'Ouçam, ouçam . Mais tarde, fui capaz de me dissociar da ficção deles; mas na infância e em boa parte da adolescência, o que os livros me contavam, por mais fantástico que fosse, era verdade no momento da leitura, e tão tangível quanto o material de que o próprio livro era feito. (MANGUEL, 2004, p. 8).

Com valores morais, o romance encaminhava o público a absorver alguma lição útil para seu dia a dia. Nas críticas que surgiram, há um consenso em torno da necessidade de o romance ter uma função moralizadora e doutrinadora, aqueles capazes de disseminar atitudes que demonstram boa conduta e criar o horror a ideias libidinosas.

O romance como forma de reinventar a realidade, cujo interesse residia na busca da verossimilhança, alimentando ao mesmo tempo o espírito histórico e as descrições minuciosas do cotidiano, formava a noção que norteava a ficção do século XIX. Sobre a função desses movimentos reais ou recriados em torno dos quais predominam os romances, Antonio Candido aponta:

O eixo do romance oitocentista é pois o respeito inicial pela realidade, manifesto principalmente na verossimilhança que procura imprimir à narrativa. Há nele uma espécie de proporção áurea, um “número de ouro” obtido pelo ajustamento ideal entre a forma literária e o problema humano que ela exprime. (CANDIDO, 1969, p. 111).

A forma de inserir um conjunto de regras no romance para conduzir os hábitos humanos já estava presente nos prefácios da ficção inglesa do século XVIII. Esse procedimento tem como um dos objetivos instruir o leitor para a formação da sua virtude.

Sobre a forma de escrever romances para moralizar, chamando atenção para as virtudes humanas, o aspecto moralizante da obra resume-se no ensinamento de uma ética um tanto limitada: é preciso pagar pelo vício e o crime não compensa.

De maneira geral, as histórias de ficção enalteciam as relações humanas, prescrevendo regras de boa conduta principalmente para mulheres, com intuito maior de publicar novas páginas que eram uma espécie de formação moral para o público leitor do século XIX.

2.1 CAMINHOS DO ROMANCE NO BRASIL

Muito antes que os primeiros romances brasileiros fossem compostos, já havia por aqui quem apreciasse prosa ficcional e se interessasse pelas narrativas escritas na Europa. Em meados do século XVIII, a presença dos livros franceses era forte no Brasil e sua influência foi importante, pois, além de mediar produtos culturais ingleses, a França também era produtora original de bons romances. Somente após a Independência, o gênero foi importado para o Brasil, constituindo-se, já nas primeiras manifestações, como uma forma de apresentar o país aos habitantes, devido, especialmente, às temáticas e aos cenários que construíram em suas narrativas.

O escritor Machado de Assis escrevia romances na metade do século XIX e foi por meio da sua produção que o sistema de consolidação do gênero encontrou uma nova estrutura e um jeito de se estabelecer. No desenvolvimento do processo, foi necessário encontrar o jeito brasileiro do romance, pois o molde europeu, se aplicado à matéria local, produzia desajuste, contrassenso (SCHWARZ, 2000). Ainda, o ritmo de nossa vida ideológica, no entanto, foi outro, pois era determinado pela dependência do país, uma distância que não acompanhava os passos longos da Europa. De acordo com o autor, o Brasil põe e repõe as ideias europeias, num sentido impróprio.

Foi a necessidade de construir uma identidade nacional que a publicação das primeiras obras da literatura brasileira veio a responder:

Justamente devido a essa inflação literária, a literatura contribuiu com eficácia maior do que se supõe para formar uma consciência nacional e pesquisar a vida e os problemas brasileiros. Pois ela foi menos um empecilho à formação do espírito científico e técnico (sem condições para desenvolver-se) do que um paliativo à sua fraqueza. Basta refletir sobre o papel importantíssimo do romance oitocentista como exploração e revelação do Brasil aos brasileiros. (CANDIDO, 2006, p. 137.)

Na caracterização de Luckács (1966), a consciência histórica do romancista conta mais do que a representação do passado. Por meio dessa consciência, o escritor habilita-se a conhecer adequadamente seu povo para extrair desse conhecimento a “verdade histórica”. Esse início do romance coincidiu com o começo de toda a história do Brasil como nação independente.

Assim, depois da independência, sob o domínio da expressão romântica, os escritores empenharam-se em criar a nação por meio da abstração, da simbolização, processo no qual a imagem do índio e da natureza era a força maior. Em conjunto, colocaram em cena questões históricas, vivificando épocas e sujeitos da formação nacional. (AQUINO, 2007, p. 15).

Como mencionado anteriormente, o romance existiu no Brasil antes de haver romancistas brasileiros. Quando apareceram, foi natural que seguissem modelos, bons e ruins que a Europa havia estabelecido em nossos hábitos de leitura. As únicas referências sobre como formular um romance eram através dos modelos europeus, pois tudo que se conhecia aqui era importado de lá. “Assim, apesar das diferenças de situação material, pode-se dizer que se formaram em nossos homens de letras configurações mentais paralelas às respostas que a inteligência europeia dava a seus conflitos ideológicos.” (BOSI, 1979, p. 100).

Desde o século XIX, a vida intelectual brasileira foi marcada pelo tema da identidade nacional. Na dialética entre nacional e estrangeiro, pertencimento e ruptura, os letrados brasileiros estabeleciam um diálogo com literaturas europeias que não enfrentavam o mesmo dilema, uma vez que lá o estado nação se formou em um momento cujos embates culturais se travaram em torno da própria língua literária, e não de formas literárias.

Antonio Candido (2000) atribui as limitações do romance brasileiro à “rede pouco variada de relações sociais” que caracterizava o início da urbanização no Brasil, que coincidiu com a época da importação do gênero romanesco. Ainda segundo Candido (2000), essa falta de variedade impediria qualquer estudo mais profundo das complicações psicológicas surgidas com a nova ordem social. Diante disso, Schwarz (2000, p. 36) defende que “a mesma dependência global que nos obriga a pensar em categorias impróprias, nos induzia a uma literatura em que essa impropriedade não tinha como aflorar.” Além disso, as diferenças eram notórias entre a sociedade brasileira e a europeia.

a ninguém constringia frequentar em pensamento salões e barricadas de Paris. Mas trazer às nossas ruas e salas o cortejo de sublimes viscondessas, arrivistas fulminantes, ladrões ilustrados, ministros epigramáticos, príncipes imbecis, cientistas visionários, ainda que nos chegassem apenas os seus problemas e o seu tom, não combinava bem. Contudo, haveria romance na sua ausência? (SCHWARZ, 2000, p. 37).

No mais célebre de seus textos críticos, Machado de Assis reflete sobre um tema que havia preocupado obsessivamente a crítica de sua obra pelos anos afora: quando o seu famoso artigo *Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade* foi publicado no jornal *Novo Mundo* entre 1870 e 1879. Nesse artigo, Machado dedica uma atenção ao que se produzia no Brasil em literatura:

Notícia da literatura brasileira: instinto de nacionalidade é uma defesa da ideia de que o bom escritor é, sobretudo, o escritor de talento, e não o escritor que faz do nacionalismo uma bandeira, ou aquele que se limita a cantar as coisas típicas ou exclusivas de sua terra. Dirá, em frase que parece antecipar uma das mais

reincidentes (e míopes) críticas que sua própria obra haveria de receber: [...] manifesta-se às vezes uma opinião que tenho por errônea: é a que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local. (ASSIS, 1973, p. 803).

Portanto, foi através de Machado de Assis que se encontrou uma maneira adequada para representar tudo que era brasileiro, pois através dele o Brasil tem um novo romance de língua portuguesa e com retratos mais condizentes com a realidade do país.

Os primeiros romancistas, atentos ao momento de formação que o país estava vivendo, criaram um tipo de romance que ainda vive nos dias de hoje, o romance histórico.

O romance histórico constitui provavelmente o projeto mais antigo e contínuo da ficção brasileira. Os românticos adoram – no porque correspondia a um gênero de vanguarda na primeira metade do século XIX, criação exclusiva do período, que cabia transplantar para o Brasil, pois o país em formação, logo após se separar de Portugal, precisava de narradores de seu passado. Tanto melhor que fossem romancistas, que poderiam recorrer à imaginação para conferir heroicidade aos episódios da conquista do território, nem sempre conhecidos, nem sempre dignos de tratamento épico. (ZILBERMAN, 2000, p. 33).

Contudo, o romance como patrimônio nacional foi resultado de um longo processo de construção. Do surgimento dos primeiros exemplares nacionais no século XIX até sua consolidação, um longo e penoso caminho foi percorrido. Vítima de muitas críticas, o romance foi alvo, naquele século de debates fervorosos que encaminharam a sua aceitação enquanto gênero literário de grande valia, digno de ser lido e inserido nas escolas, ganhando espaço na literatura nacional.

O romance romântico dirige-se a um público mais vasto, que abrange os jovens, as mulheres e muitos semiletrados; essa ampliação na faixa dos leitores não poderia condizer com uma linguagem finamente elaborada nem com veleidades de pensamento crítico: há o fatal "nivelamento por baixo" que sela toda subcultura nas épocas em que o sistema social divide a priori os homens entre os que podem e os que não podem receber instrução acadêmica. O fato é que o novo público menos favorecido busca algum tipo de entretenimento sendo o folhetim o que melhor responde à demanda e melhor se estrutura no seu nível. (BOSI, 1979, p. 112).

Como gênero, o romance brasileiro foi se modificando no processo de construção da cultura, de constituição da sociedade e da afirmação da identidade do país. Ao surgir, representava as classes mais abastadas e os ideais de fundação de uma nação monárquica em território tropical. Em seu desenvolvimento, passou a ser um meio de problematização das adversidades sociais, fato que mudou sua estrutura e ampliou seu campo de representação.

No momento em que já estava propriamente estabelecido, o romance brasileiro escrito por autores consagrados apresentava uma série de personagens femininas construídas por homens, quase sempre com características negativas e desordenadas,

[...] personagens femininas construídas com características desordenadoras. Elas são postas na ficção como um obstáculo que o homem deve superar. São negativas e por isso opõem-se a toda positividade que significa o homem. N'A Moreninha, de Joaquim Manoel de Macedo, elas são qualificadas de 'maitracas', tal é a sua capacidade de fazer barulho, ou preocupar-se com coisas insignificantes. São, portanto, fúteis. Romances como *Senhora*, *Lucíola* ou a grande maioria dos de José de Alencar, *Dom Casmurro* e *A mão e a luva*, de Machado de Assis, são exemplos de arrumação estética e motivo de festejo dos livros e de seus autores. Essas obras permitem que tranquilamente haja um desnível ou desequilíbrio dos gêneros (o que de forma alguma é demérito, pois há outros bons livros em que a personagem feminina trilha ou parece trilhar uma construção mais positiva, concluindo com a edificação e não com a punição — de que são exemplos autores como Guimarães Rosa e Jorge Amado.). Raramente é um desnível onde o homem termina punido. A narrativa de *Senhora* parece ser uma simulação progressista, porém, não há de fato uma mobilidade de identidade masculina, que permanece a mesma, e ironicamente é recompensada na conclusão da narrativa. Enquanto a personagem feminina, que se disfarça de avançada e crítica para retornar à posição reacionária de mulher submissa, quando, da pior maneira, ao menos poderia constituir-se nas matronas masculinizadas de que reclama Gilberto Freyre, em seu *Casa-Grande & Senzala*. "Personagens como Capitu, Desdêmona e Madame Bovary¹ trazem a mesma marca da destruição de Psiqué, Helena e Pandora". (PINHO, 2014, p. 166).

De acordo com Souza (2005, p. 21), "o autor, não anula a linguagem social em que se insere e vive. Ele, por meio dessa linguagem, torna a linguagem literária mais profunda e verdadeira." Dessa forma, podemos afirmar, por meio de análises de textos de alguns autores da literatura brasileira, que a mulher foi descrita e representada nos livros de uma forma evolutiva, "ou seja, à medida que a literatura romanesca ajustava-se a exigências inovadoras, mudanças similares são observadas na vida real, expressas de maneiras diversas." (SOUZA, 2005, p. 21).

Bakhtin (1998, p. 106) afirma que o discurso romanesco reage de maneira muito sensível ao menor deslocamento e flutuação da atmosfera social ou, como foi dito, reage por completo em todos os seus momentos. Introduzido no romance, o plurilinguismo é submetido a uma elaboração literária. Todas as palavras e formas que povoam a linguagem são vozes sociais e históricas, que lhe dão determinadas significações concretas e que se organizam no romance em um sistema estilístico harmonioso, expressando a posição socioideológica diferenciada do autor no seio dos diferentes discursos da sua época. (BAKHTIN, 1998, p. 106).

Portanto, podemos claramente afirmar que o romance descreve o pensamento de uma época, faz denúncias e revela ideologias, ou seja, os romancistas recorriam a imaginação para retratar um determinado contexto histórico na literatura nacional.

2.2 ROMANCE NO RIO GRANDE DO SUL

Da mesma forma que o Brasil, no final da década de sessenta do século XIX, quando as guerras se afastaram do império brasileiro, os gaúchos se depararam com a necessidade de contribuir com os propósitos nacionalistas e de criar uma literatura que contemplasse a realidade local. No plano político, o Rio Grande do Sul engaja-se na luta pela libertação dos escravos, endossando os ideais republicanos e iniciando um processo para participar mais ativamente do poder de decisão nacional. No plano cultural, especificamente na literatura, os intelectuais firmam uma posição favorável às ideias românticas e a manifestação do nacionalismo contido no centro da escola adotada.

A adesão de novos parâmetros levou os homens das letras a encaminhar a historiografia literária do Rio Grande a uma tarefa já realizada no plano nacional, ou seja, a de organizar um índice com o esboço bibliográfico dos poetas brasileiros. O responsável pelo acontecimento, Antônio Joaquim Dias, expõe o seu plano, pouco original, nas páginas da *Arcádia*, jornal ilustrado, literário, histórico e biográfico, que começa a circular em 1867. Conforme defende Vinícius Marques Estima, em sua Dissertação de Mestrado,

As primeiras preocupações em se pensar os domínios da literatura gaúcha podem ser encontradas nas páginas de *Arcádia*, periódico que circulou nas cidades de Rio Grande e Pelotas, entre os anos de 1867 e 1870, sendo de fundamental importância na fixação do ideário romântico na Província, uma vez que reuniu em torno de si os primeiros intelectuais dedicados ao exercício da crítica literária. Pelas páginas dessa publicação, Glodomiro Paredes escreve “Poetas e Poesia. Crítica?” (1869), um dos primeiros artigos dispostos a avaliar a situação literária do Rio Grande. Compreendendo que a produção sulina se encontrava ainda em um estágio “embrionário”, o crítico avalia a dependência com relação aos modelos artísticos em voga no centro do País como um fator que limitava a literatura local, constatação que o leva a avaliar que esse quadro só seria ultrapassado na medida em que os autores desvinculassem sua arte dos parâmetros nacionais e voltassem sua atenção para o que havia de mais original e particular nos cenários de sua terra. (ESTIMA, 2009, p. 28).

De acordo com Paredes (1997), as diferenças culturais presentes na região sul com o restante do Brasil eram inúmeras, e por isso, a literatura apresentada no restante do país seria incapaz de representar a cultura gaúcha, pois “o Rio Grande que, moralmente, forma uma nação à parte, também terá uma literatura propriamente sua.” (PAREDES apud

BAUMGARTEN, 1997, p. 215). Além disso, o crítico aponta um caminho pelo qual jovens escritores poderiam percorrer para formar uma literatura própria e que representasse por completo o povo gaúcho. De acordo com Moreira:

É considerado regional toda obra que, intencionalmente ou não, traduzisse peculiaridades locais de uma determinada região. Isto é, toda obra seria regional quando uma realidade particular ali estivesse representada. Em outras palavras, o elemento local seria o critério para sua determinação. (MOREIRA, 1982, p.9)

Segundo Regina Zilberman (1992), as manifestações ocorridas no século XIX marcaram o surgimento da literatura sulina, porém seu desenvolvimento dar-se lentamente, devendo-se esse vagar às circunstâncias mais primitivas do meio: “As cidades eram pequenas, e reduzidos os instrumentos de difusão, somando-se a isto a dependência às diretrizes políticas oriundas do Rio de Janeiro.” (ZILBERMAN, 1992, p. 12).

Além das diferenças regionais presentes na literatura gaúcha, Carlos Dante de Moraes (1954) afirma que devemos levar em consideração que autor gaúcho não são apenas os nascidos no estado, como também os que migraram de outros lugares e que, de alguma forma, contribuíram com a literatura sulina. “Como excluir, por exemplo, um Carlos von Koseritz, alemão naturalizado brasileiro? Ele se assenhoreou da língua nacional, fundou jornais, adestrou-se em mais de um gênero romântico e foi uma das figuras do ‘Parthenon Literário’”. (MORAES, 1954, p. 7).

Moreira (1982) ainda afirma que só se pode falar em literatura no Rio Grande do Sul a partir da década de setenta do século passado, com o grupo Partenon literário, que se formou em Porto Alegre em 1869, sob o incentivo de Apolinário Porto Alegre com o amparo de Caldre e Fião:

Salvo manifestações literárias isoladas, a vida literária nada mais registrava de significativo para que se pudesse afirmar a existência de uma literatura, segundo o critério acima proposto. Somente com a Sociedade Partenon Literário é que teve início a atividade literária no Rio Grande do Sul. (MOREIRA, 1982, p. 25).

A sociedade teve como objetivo integrar os intelectuais do Rio Grande do Sul com o intuito de promover literatura em nosso meio. Por intermédio dessa geração da metade do século XIX é que o Rio Grande do Sul se descobre para a vida literária, explorando seus costumes, hábitos e tradições. Conforme Guilhermino César, em *História da literatura do Rio Grande do Sul* (1971),

o estado de espírito romântico, já no caso em outras regiões do Brasil, ser-vir-lhe-ia de estímulo e forneceria os modelos. Mas na década de setenta, decisiva para os gaúchos, salvo José de Alencar e Castro Alves, os maiores românticos nacionais já estavam mortos ou haviam cessado de produzir. Chegamos, assim, aos primeiros dias da “Sociedade Partenon Literário”, de surpreendente atuação no âmbito provincial, quer pelo que realizou como entidade de fins culturais, quer pelo que fizeram individualmente os seus agremiados, cujos nomes passaram a capitanear a vida mental do Rio Grande, no livro, no jornal, na tribuna, bem como na luta aberta pela Abolição e pela República. (CÉSAR, 1971, p. 171-172).

Essa primeira geração de escritores trabalhou os valores já consagrados na cultura regional. A mesma força que motivou o romance brasileiro motivou as demandas locais, pois, para Moreira (1982), peculiaridades como clima, fauna, flora, topografia e condições sociais locais devem estar presentes em uma obra de arte, para que ela seja considerada e reconhecida como algo regional. Segundo a autora, prevalece a ideia de que é a terra o espaço determinante dos traços morais e físicos do gaúcho; por isso, é o elemento que determina a regionalidade, pois o espaço externo existe em primeiro lugar e define os valores das pessoas que ali vivem.

Abre-se com o Partenon o ciclo da literatura regionalista, dita gauchesca, como consequência de uma atitude mental necessariamente combativa. A região colonial, não tendo esse passado romântico por si mesmo, não lhes interessou senão episodicamente, como no caso de José Bernardino dos Santos. Para a região da fronteira, para o seu território banhado de sangue e ações heroicas, foi que se dirigiu a imaginação de Apolinário, de Taveira Júnior, de Múcio Teixeira (nas *Flores do Pampa*), de Caldre Fião, do desventurado Lôbo da Costa, de todos, enfim, que tinham algo que dizer sobre a gente pampiana, seus pesares e alegrias. (CÉSAR, 1971, p. 173).

Quando examinamos os textos jornalísticos escritos por essa geração, nos quais os autores se pronunciam, a nacionalidade fica ainda mais destacada. Além da unidade de pensamento, observamos a ligação no tratamento dos assuntos literários, mostrando o interesse dos rio-grandenses na discussão dos problemas literários brasileiros.

Mais uma vez não se trata de isolar para dividir, mas de somar para integrar. A referência, portanto, não tem um caráter regionalista, mas ensina que a história relaciona os eventos, aproximando-os e moldando-os segundo referenciais conhecidos pelos indivíduos. Assim, se o Rio Grande encontra-se em processo de institucionalização social, a história colabora, reconhecendo e afirmando as estruturas simbólicas necessárias para compor o tecido desejado. (MALLARD, 1995, p. 57).

Além disso, não podemos deixar de mencionar que o Rio Grande do Sul produziu a terceira obra na gradação dos romances brasileiros, numa época em que o gênero ainda estava se constituindo. Essa marca é *A Divina Pastora*, publicada em 1847, por José Antonio do

Vale, que mais tarde se designaria apenas por Caldre Fião, um gaúcho que vivia no Rio de Janeiro. Foi lá que publicou a obra, mantendo acesa a chama do seu amor pelo estado, delineando o contexto das aventuras narradas: entre a vila de São Leopoldo e a cidade de Porto Alegre, mostrando ao leitor uma matéria vasta, desde a relação do homem com a terra até o registro dos hábitos sociais e culturais da região, como a inclusão da linguagem gaúcha. Guilhermino César (1971, p. 141-142) confirma a importância dessa obra no estado:

Antes de *O Guarani*, de *As Minas de Prata* e da *Iracema*, mas precedida de três anos pela *A Moreninha* e de dois pelo *O Moço Louro*, surge *A Divina Pastora*, da autoria de Caldre Fião, indubitavelmente o primeiro romance rio-grandense de que se tem notícia. Se o precedem, no Brasil, Norberto de Souza e Silva, Teixeira e Souza e Macedo, o certo é que Caldre Fião aparece quase à mesma época, não se justificando, destarte, a omissão de seu nome entre os dos introdutores do gênero na literatura nacional. Afora isto, dever-se-á considerar ainda a importância intrínseca de sua prosa, principalmente no segundo de seus romances, *O Corsário*, livro sob muitos aspectos excelente, mesmo sem levarmos em conta a mediania da primeira geração romântica.

A época em que se passa a história narrada é a da Revolução Farroupilha, fato histórico no Rio Grande do Sul que ocorreu de 1835 a 1845, relatando a sociedade, incluindo a etnia alemã, a paisagem e a virtude dos habitantes da província de São Pedro do Rio Grande. Guilhermino César (1971) relata que *A divina pastora* passou um longo período desaparecida e que não foi possível estudá-la, sendo que o romance foi redescoberto tempo depois. Contudo, nem Guilhermino o conhecia, apenas mencionou sua existência; dessa forma, dada a ausência desse material, o pesquisador examina a composição de *O corsário* (1851), o segundo romance de Caldre e Fião, escrito e publicado no Rio de Janeiro.

Mesmo sendo o precursor no romance no estado, a geração que Caldre Fião ajudou a projetar no Partenon Literário não o esqueceu, mas também não contribuiu tanto para divulgar a influência literária que ele exercia em Porto Alegre e no Brasil:

Seus romances foram esquecidos; constituem hoje raridade bibliográfica, bastando dizer que não os encontramos na Biblioteca Nacional, nem no Gabinete Português de Leitura. A Biblioteca Pública de Porto Alegre, a Biblioteca Rio Grandense e a Biblioteca Pelotense também não possuem um só exemplar de *A Divina Pastora*. (CÉSAR, 1971, p. 143).

Caldre Fião não chegou a atuar decisivamente na ficção do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX, “mas a sua obra de prosador, não só no caso particular do Rio Grande, senão também na concernente às letras nacionais, tem o mérito de haver ajudado a criar o romance.” (CÉSAR, 1971, p. 150). Entretanto, devido à crescente vontade de

autonomia, o romance encontrou em nosso estado um alto grau de consciência de nacionalismo. “Aumentou ainda mais quando José de Alencar escolheu o gaúcho como tipo exemplar de nacionalidade e o fixou em sua obra. Mas desagradou Apolinário, no romance, na infidelidade retratada, tanto com relação à linguagem, como a representação do tipo.” (MOREIRA, 1945, p. 26). Diante disso, em 1872, Apolinário Porto Alegre publica *O Vaqueano*, um livro que, de certa forma, contesta a obra alencariana e insere termos da linguagem popular coloquial regional.

Somente no ano de 1884, em Porto Alegre, surgiu *A Federação*, tribuna e baluarte dos novos. No ano seguinte, a Sociedade Partenon Literário deixou de existir: “Mas a sua obra principal já estava concluída. Divulgara autores e livros, estimulara o trabalho intelectual, transformara os hábitos de vida mental do Rio Grande do Sul, em tudo conferindo dignidade à missão do homem de letras.” (CÉSAR, 1971, p. 185). Esse foi o maior legado dessa sociedade literária.

Praticamente, em pouco tempo depois, Simões Lopes Neto, por meio dos *Contos Gauchescos* (1912) e em *Lendas do Sul* (1913), consolidou em definitivo o regionalismo gaúcho nas obras: “a gauchesca não é pura manifestação do viver *criollo*, e sim se insere no esforço brasileiro de busca e construção de uma literatura autônoma.” (POZENATO, 1974, p. 27).

Conforme Fischer (2004, p. 40), a literatura não escolheu o homem urbano nem o descendente de açoriano que plantou trigo e trabalhou no comércio: “escolheu o gaúcho aquele, cuja ação real estava se reduzindo drasticamente. Era ele que, simultaneamente, encarnava a marca local, distintiva em relação ao centro do Brasil, de um sujeito heroico.”

Josué Guimarães, em seu livro *Escrever é um ato de amor*, já mencionava a riqueza cultural presente na história gaúcha:

se examinarmos a história do Rio Grande, vamos notar que é uma história de riqueza excepcional para qualquer criação literária. É uma história que atrai qualquer criação literária. É uma história que atrai qualquer romancista. História de grandes lutas, de grandes violências. História de uma gente que teve por missão marcar fronteiras. Isto é muito importante para a criação de um espírito nacional, brasileiro, de uma interpretação histórica, sociológica. Vivemos anos aqui, lutando para saber onde era a fronteira do Brasil – em Santa Catarina, depois o Rio da Prata. Com a Cisplatina começamos a definir essas fronteiras. E tudo isso com grandes histórias. Se bem que a “história”, ela é, no fundo, bastante artificial. Por trás da história, nas entrelinhas da história, podemos encontrar outras coisas muito mais interessantes, muito mais vivas, em que os combates não foram tão “combates”. Há muitos “heroísmos” por aí, motivados por interesses pessoais de riqueza, de domínio. (GUIMARÃES, 2006, p. 16-17).

Nessa temática, afirma Hutcheon (1991, p. 147) que “reescrever ou representar o passado na ficção e na história é – em ambos os casos impedi-lo de ser conclusivo e teleológico.” O que encontramos no romance é a representação artística de uma sociedade.

Assim, estava formada uma situação cultural e literária nova que teria muito futuro, trazendo como assunto um tipo social e histórico que integrava aos poucos o “Rio Grande do Sul literário” com o restante do Brasil.

Entretanto, a questão da mulher no romance gaúcho não foi uma temática muito prestigiada entre os escritores mais consagrados, como ressalta Santos (2012):

Em *Os Deuses de Raquel* (1975), Moacyr Scliar concede à protagonista a mesma ambivalência que caracteriza seus personagens masculinos – um ser dividido, sem identidade. *Manhã Transfigurada* (1982), de Luiz Antonio de Assis Brasil, segundo Zilberman (1985: 88) traz "o conflito entre o código imposto à mulher e seu esforço de libertação." Camila, a personagem principal, embora adote a determinação e desafie as leis sociais e religiosas, sucumbe de modo teatral e arrasta consigo todas as pessoas que lhe estão próximas. Em *A mulher afortunada* (1981), Donald Schüller também propõe a temática da emancipação feminina, no entanto, a temática serve como pano de fundo para que o narrador conte a história da mulher no Rio Grande do Sul – seu heroísmo na defesa da família e do amor, contraposto a sua fragilidade, que a diminui e marginaliza. Quanto a *Chimarrita* (1985), de Donald Schüller, a obra destaca-se de acordo com Zilberman porque (1985: 90):

[...] recapitula o itinerário do Rio Grande do Sul, analisando-o sob a ótica da mulher que sofreu a ação predatória do machismo. Assim, verbaliza outra versão do passado, agora na voz do(a)s oprimido(a)s e [...] expressa o empenho da mulher em prol de sua autonomia, propondo-se a repensá-la na perspectiva temporal que cristalizou preconceitos ainda vigentes, para revelar seus pontos em comum. Em *Camilo Mortágua* (1980), de Josué Guimarães, destacam-se duas figuras femininas: Mocinha e Leonor. Ambas, porém, configuram-se como estereótipos. Mocinha é "a figura delicada [...] alegre e sorridente" (1997: 133), a moça que ama, que se entrega docilmente e que, quando abandonada, prosta-se num silêncio abnegado, em que o amor ainda é o móvel de tudo. Leonor, por sua vez, aparece como "uma das mulheres mais belas" (1997: 233), a mulher que brilha socialmente, que domina pela sedução, pela malícia e que não teme, para satisfazer seus desejos, ofender e magoar aos que a cercam. A obra, pois, insere-se no cânone da literatura sul-rio-grandense, não concedendo à mulher a condição de ser que atua independentemente do homem, de ser que constrói sua própria identidade, de ser que atua doméstica e socialmente. Cabe destacar, por fim, a produção de Érico Veríssimo, considerado pela crítica como aquele que valoriza a personagem feminina em suas obras. No entanto, uma análise superficial de romances como *Clarissa e Música ao Longe* permite a avaliação de uma moça sujeita aos padrões sociais, presa às tradições. Quanto a trilogia de *O Tempo e o vento*, na obra seres femininos que adquirem a condição masculina para sobreviver num universo dominado pelo macho e que, em consequência, perdem a identidade pessoal. (SANTOS, 2012).

Entretanto, Zilberman (1985) afirma que o escritor Simões Lopes Neto representa a personagem feminina de forma diferente dos demais, pois foi o primeiro que tratou da questão da sexualidade da mulher.

Todavia, embora os poetas mencionem amores e abandonos, solidão e ânsia de morte, decorrente da desilusão afetiva, está ausente, por sublimado, o erotismo feminino. A paixão, se existe, dá-se num ambiente descarnado, em que as imagens neutralizam o desejo. Este se apresentará na ficção de um autor, e regionalista: João Simões Lopes Neto. Com efeito, é ele quem sugere, num conto como “O negro Bonifácio” (dos Contos gauchescos, 1912), a manifestação da paixão feminina, que, contrariada, pode motivar a mutilação do parceiro. Em “O menininho do presépio”, do mesmo livro, narra o despertar da paixão entre o homem e a mulher, tendo a natureza, ao fundo, como cúmplice e imagem do sentimento emergente. Por sua vez, o erotismo feminino e seus efeitos sobre os homens são ainda tema da “A salamanca do jarau”, nas Lendas do Sul (1913), quando a mulher mostra-se sob o prisma da sensualidade e atração física, como ainda desconhecia a literatura do Rio Grande do Sul. (ZILBERMAN, 1985, p. 79).

Zilberman (1985) ressalta ainda que Simões Lopes Neto inicia um novo retrato em que as personagens podem representar novas definições e novos espaços dentro da literatura do Rio Grande do Sul, uma vez que, conforme a autora,

sem qualquer legitimidade e reconhecimento social, mesmo entre as classes dominantes, a mulher não tinha na literatura nenhum aliado. Não era personagem interessante, não se registrando, dentre os ficcionistas do século XIX, qualquer figura feminina de destaque: ou são as pálidas amadas dos heróis, filhas ou irmãs de grandes ou médios proprietários rurais em época de casar, ou são elementos colaterais da trama, de caracterização epidérmica e participação ocasional. (ZILBERMAN, 1985, p. 77).

Contudo, guerreiras ou maléficas, as características que as moldam são sempre muito parecidas, pois todas elas têm a habilidade de seduzir, como afirma Conceição (2007):

Todas elas são formosas, sedutoras, envolventes. Além disso, todas elas, de alguma maneira, assumem aspectos positivos e negativos, o que as coloca no mesmo patamar. Portanto, suas diferenças se unem, não são mais dois modelos de mulher e sim uma só, com todas as características destacadas nos contos, promovendo uma imagem unitária da figura feminina. A mulher pode ser tanto uma coisa quanto outra. A conjunção que as relaciona não é mais de alternância ou de contradição, e sim de adição. (CONCEIÇÃO, 2007, p. 81).

Com uma análise ainda que superficial, percebemos que a literatura em contexto geral e também a produzida aqui no estado, principalmente nos primórdios, está distante dos conceitos da igualdade de gênero. No entanto, muitos passos foram dados, novas obras foram publicadas, escritoras femininas também marcaram presença e tudo leva a crer que as diferenças diminuirão.

2.3 ROMANCE DE IMIGRAÇÃO

A literatura, por muitas vezes, revelou a busca do equilíbrio do homem, momento em que exprime seus sentimentos, denúncias, silêncios, dúvidas e certezas, erros e acertos. Essa afirmação retrata bem a proposta pretendida nesta seção, visto que refletir acerca da imigração no Brasil implica buscar conhecimentos que nos leve a discutir a existência do imigrante ao atravessar as fronteiras de outro território, passando, de fato, a existir na sociedade que assim o caracteriza. Cada obra é testemunho das nossas inquietações, muito semelhante à literatura de imigração, que, conforme Carneiro (1997, p. 156), “a estrutura narrativa da literatura de imigração organiza-se sob a forma de relatos, partes integrantes das histórias de vida”.

Sabemos que romances brasileiros da segunda metade do século XX que abordam o tema imigrante e imigração trazem a reflexão sobre o deslocamento de pessoas cujas histórias estão repletas de percursos e percalços na saída da Europa, acalentando o sonho de dias melhores na terra prometida. Pire (2012) defende que esses romances possuem marcos temporais determinados, motivos centralizadores (expulsores, receptores) e legislação que assegura, reduz ou coíbe os direitos das pessoas que viajam; mas, como todo movimento social, transborda suas circunscrições, fazendo escapar seu objeto, tornando imprecisa a sua apreensão. A autora ainda exemplifica com alguns romances que tratam dessa temática:

Romances como *A república dos sonhos* (1984) de Nélide Piñon; *O quatrilho* (1985), de José Clemente Pozenato; *Relato de um certo Oriente* (1989) de Milton Hatoum e *Nur na escuridão* (1999) de Salim Miguel, tomados aqui como exemplos, mostram histórias de famílias espanholas, italianas e libanesas respectivamente que se trasladaram para o Brasil entre o final do século XIX e o início do século XX. No caso do romance que aborda o imigrante alemão, podemos incluir as obras *O guarda-roupa alemão* (1970) de Lausimar Laus; *A Ferro e fogo: Tempo de solidão* (1973) e *Tempo de guerra* (1975) de Josué Guimarães; *A asa esquerda do anjo* (1981) de Lya Luft; *Valsa para Bruno Stein* (1986) e *A face do abismo* (1988) de Charles Kiefer; *A valsa da Medusa* (1989) de Valesca de Assis; *Videiras de cristal* (1990) de Luiz Antônio de Assis Brasil e *Jornada com Rupert* (2008) de Salim Miguel. (PIRE, 2012, p. 97).

Na literatura brasileira, encontramos várias obras que retratam esse momento, como por exemplo, *Brás, Bexiga e Barra Funda* (1927), de Alcântara Machado, que avalia a situação do imigrante italiano na cidade de São Paulo; *O cortiço* (1980), de Aloísio de Azevedo, que descreve a situação de dois imigrantes portugueses na difícil realidade social do Rio de Janeiro; *Canaã* (1905), de Graça Aranha, que cria dois personagens imigrantes

alemães - Milkau e Lentz -, narrando as tensões da colonização alemã no estado do Espírito Santo.

Na produção literária gaúcha que trata do tema imigração, nosso acervo também é frutífero. Além dos precursores, temos exemplos de alguns contemporâneos, como Moacyr Scliar, *O centauro no Jardim* (1980), que trata da imigração judaica; José Clemente Pozenato, que, em *O Quatrilho* (1985), narrou os primeiros anos da imigração italiana no sul do Brasil; em 1995, Fábio Barreto adapta a obra para o cinema, sendo, posteriormente, também indicada ao Oscar:

A saga italiana inspirou a prosa e a poesia de seus descendentes, a partir sobretudo dos anos 70. Ary Trentin, José Clemente Pozenato, Jayme Paviani e Oscar Bertholdo, componentes do grupo Matrícula de Caxias do Sul, traduziram primeiramente em versos a trajetória épica de seus antepassados. Ary Trentin, no livro *Barcas e arcas*, de 1981, não perde de vista o que a travessia oceânica na direção do Brasil e a instalação na nova terra tinha de epopeia; mas reveste o tema da conotação lírica que o faz original. Publicado em 1985, *O quatrilho*, de José Clemente Pozenato, por sua vez, dá ao assunto o tratamento romanesco que ainda faltava, narrando os primeiros anos de vida dos italianos, as origens agrícolas de suas atividades e a paulistana transferência para o comércio, fato que estimula o crescimento urbano e mudanças nas relações humanas. (ZILBERMAN, 1992, p. 116).

O escritor Josué Guimarães, cujo foco foi a reconstituição da presença alemã em *A ferro e fogo* I (1977) e II (1985), e Assis Brasil, que recria a revolta dos Muckers, um grupo de imigrantes alemães que lutam até a morte contra as forças da Guarda Nacional em nome da única coisa que ainda resta: a fé. Charles Kiefer, com *A face do abismo* (1988) e *Uma valsa para Bruno Stein* (1995); Lya Luft, com *As parceiras* (1980) e *A asa esquerda do anjo* (1981), obras impregnadas de cultura alemã; Leticia Wierzchowski, pioneira no retrato da presença étnico-cultural dos poloneses na região sul com *Uma ponte para Terebin* (2006) e *Cristal Polônês* (2003). Segundo Gritti (2004), além de os imigrantes poloneses serem numericamente inferiores aos imigrantes alemães e italianos, eles se encontram em desvantagem também na produção de obras sobre sua presença no Brasil e no Rio Grande do Sul.

Ainda sobre literatura de imigração, Kuhlmann (2010, p. 6) afirma:

Num país como o Brasil que recebeu fluxos migratórios, muitos deles maciços, é compreensível que a imigração esteja inserida na literatura. Isso porque, a literatura registra realidades que lhe foram anteriores ou que lhe são contemporâneas, descrevendo a forma com que as pessoas interagem socialmente e até mesmo as múltiplas opiniões que coexistem em determinado período.

Entretanto, neste trabalho, os dois romances em análise se encaixam dentro da imigração alemã no Rio Grande do Sul, quais sejam: *Frida Meyer* (1924), *Um Rio Imita o Reno* (1939), dois romances que se passam no espaço urbano, num período em que já se observa, nitidamente, aspectos de assimilação da nova cultura. Nesse particular, para melhor entendermos os romances estudados, temos de colocá-los no contexto histórico da imigração e colonização alemã no Brasil. De acordo com Zilberman (1992, p. 113), os alemães foram os primeiros grupos de imigrantes a serem retratados nos romances:

O grupo de ascendência germânica foi o primeiro a receber a atenção dos romancistas, como Vianna Moog, com o citado *Um rio imita o Reno*, de 1939 e Erico Veríssimo, com *O Tempo e o Vento*, de 1949. Nos anos 50 e 60, o tema não despertou atenção particular, mas na década de 70, Josué Guimarães, na trilogia inacabada *A Ferro e Fogo* (1972-1975), e Gladstone Osório Mársico, em *Cogumelos de outono*, o reativaram. (ZILBERMAN, 1992, p. 113).

Segundo Fischer (1998, p. 113), é possível desenvolver muitas teses sobre a literatura feita nessa época, em língua portuguesa, por exemplo, a vida dos imigrantes alemães e de seus descendentes. “A primeira é que os descendentes não são mais alemães ou alemãs, mas alemãos e alemoas – e essa mudança já faz toda uma diferença.” Fischer (1998) ainda frisa que os personagens alemães apresentam características secas, de poucas palavras, por vezes cruéis, de coração mole, mas nunca em público, desajeitados, ao contrário de outros, que podem ser espalhafatosos, beberrões, expressivos, sedutores. Histórias de vida marcadas pela dureza do campo ou da cidade que prezam como valores superiores o trabalho e a família.

[...] queria o quê de gente que chegava aqui, era fisicamente distinta, não falava a língua do lugar, sequer conhecia a natureza e ainda era regularmente explorada? Trabalho e família era tudo que restava, era tudo que havia. É também um traço imigrante colono, não especificamente alemão [...] (FISCHER, 1998, p. 14).

Na produção literária gaúcha, muito da história da imigração é contada por meio do universo romanesco e da trama de personagens que recontam a trajetória alemã no estado.

Na literatura brasileira, a partir das décadas de 1970 e 1980, personagens imigrantes figuram com maior densidade psicológica, recebem maior espaço nas narrativas, exercem o protagonismo, no momento em que a segunda e a terceira geração de filhos desses imigrantes relata, em língua portuguesa, sua história e de seus ascendentes. São autores que falam de uma perspectiva, no mínimo dupla, em função da língua materna e da língua por meio da qual se expressam. Cabe a pergunta sobre como esses romances abordam esse movimento, como relacionam seus enredos com tantos outros textos que constituem a massa discursiva sobre a imigração (o normativo, o histórico, o político). (PIRE, 2012, p. 97).

As obras, nesse sentido, abordam questões como diferenças raciais, conflitos teutos e até mesmo problemas com o governo. *Frida Meyer* e *Um Rio Imita o Reno* foram escritos na época em que todos os fatos narrados aconteciam, narrativas que podemos chamar de “locais”, pois se passavam nas cidades de São Leopoldo e Porto Alegre.

Vale destacar uma curiosidade em relação aos dois escritores: apenas um possui descendência alemã, Clodomir Vianna Moog, o qual teria declarado que se sentia mais Vianna do que Moog. O outro, Vivaldo Coaracy, transmite, em seu discurso, um conhecimento peculiar da comunidade germânica do centro de Porto Alegre; contudo, não nasceu no Rio Grande do Sul, é carioca. No entanto, os dois compõem uma história exclusiva sobre imigrantes alemães, prezando pela voz do narrador para apresentar personagens, narrar os fatos de suas vidas e descrever os espaços em que se encontram.

O romance *Frida Meyer* constitui uma obra pouco conhecida dos leitores e também aos olhos da crítica. Além da tese de doutorado de Ivânia Campigotto Aquino e do projeto de reconduzir a obra nas prateleiras da biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo escritor e professor Luís Augusto Fischer, este será o segundo trabalho acadêmico a estudar o livro e o primeiro a analisar a personagem em destaque mediante os estudos de gênero.

Sobre *Um Rio Imita o Reno*, surgiram diversas reações da crítica e jornais da época. Para a grande maioria, o livro agradou por tratar das questões sobre a comunidade germânica, racismo e imigração, justamente na época de atuação de Hitler, alcançando grande repercussão entre a população gaúcha. Ao contrário de *Frida Meyer*, essa obra já foi analisada em algumas dissertações e teses, sendo objeto de estudo de historiadores e pesquisadores da área, mas nada mais profundo sobre a personagem *Lore*.

Escritos em épocas próximas, uma das questões que liga os dois romances é o retrato de fortes personagens femininas na construção da família alemã, mulheres marcantes que dificilmente abandonam a imaginação quando concluída a leitura. Além disso, como abordado anteriormente, uma das características marcantes do romance é particularizar suas personagens, dando nome e sobrenome, como é o caso de Vivaldo Coaracy, que batizou todos os integrantes da família Meyer e demais personagens do círculo. Já em *Um rio imita o Reno*, Vianna Moog, além de ter esse cuidado ao contar a história de Lore Wolff, o autor tem a delicadeza de discorrer a história de acordo com as estações do ano, marcando o tempo narrativo num período aproximadamente de um ano. A mudança das estações fica bem mais evidente a partir do capítulo XXI do romance, momento em que fica claro o desfecho de cada personagem.

Fatos como diferenças raciais, conflitos entre brasileiros, teutos e governo são temas abordados nos dois romances em análise. *Frida Meyer* e *Um rio imita o Reno* foram escritos no período em que os fatos narrados ocorriam; por isso, são romances sobre o presente, no sentido de serem contemporâneos aos fatos narrados. Dessa forma, as obras reconstroem os fatos, reinterpretam os acontecimentos e contextualizam o processo de colonização do estado do Rio Grande do Sul pelos imigrantes alemães.

3 IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO SUL DO PAÍS: ASPECTOS HISTÓRICOS

A política de imigração voltada para a colonização de terras públicas começou a ser traçada antes da Independência, momento em que um decreto assinado por D. João VI viabilizou o acesso a terra para estrangeiros. Relatos históricos sobre o Rio Grande do Sul contam que o estado era classificado como território português na época do Brasil Colonial, motivo de muitas disputas entre Espanha e Portugal e, anos depois, entre castelhanos e brasileiros, pois até 1808 o desenvolvimento do Brasil estava vinculado também ao trabalho do colonizador português, que por muitos anos explorou a mão de obra de índios e negros. Diante disso, em 1822 o então governo imperial liderado por Dom Pedro I adotou com estratégia política e econômica a criação de colônias nessa região, incentivando o desenvolvimento da agricultura e da economia.

As relações entre Brasil e Alemanha ganharam ainda mais força a partir do casamento da princesa dona Leopoldina da Áustria e dom Pedro de Alcântara, o imperador Dom Pedro I. Essa união, com fortes laços políticos, deu início à abertura para negociações das mais variadas. A Imperatriz brasileira, de origem germânica, foi a grande incentivadora para a vinda dos alemães ao país. Conforme Müller (1998, p. 243):

É claro que Portugal não concordaria no êxodo, pois esse mesmo Pedro fizera a independência do Brasil. Espanhóis eram os vizinhos sulinos de olho nas terras. Ingleses, franceses e holandeses não podiam ser cogitados, pois já haviam tentado estabelecer-se no Brasil em outros tempos. Aliás, os holandeses por pouco não levaram o nordeste. Alemães! Leopoldina, a querida imperatriz (...). E D. Pedro tinha mais uma razão de simpatia por eles pela fama de bons soldados e de soldados o Brasil precisava, já que os soldados portugueses, em sua maioria, haviam voltado a Lisboa após a independência. (MULLER, 1998, p. 243).

Embora encontremos na história o termo “alemão” para designar os imigrantes, a palavra mais adequada é “germânico”, porque a Alemanha da época não existia como unidade nacional, e sim pequenos reinados independentes entre si. O que identificava a todos era a língua. Os passaportes da época registraram a origem das pessoas como sendo da Prússia, de Schleswig-Holstein, Renânia, Hesse ou Pomerânia. A Alemanha passou a existir a partir de 1870, que criou, por meio da unificação, um só governo e um só reino.

Como foco do Império, a vinda de imigrantes europeus para povoar regiões brasileiras passou a ser política intencional do governo, pois, além de iniciar a produção agrícola e industrial, eles desenvolveriam a economia do país. Diante desse objetivo, a corte portuguesa

promoveu a abertura de portos a outros países e, em janeiro de 1808, foi permitida a entrada legal de estrangeiros no Brasil.

a interligação entre os países seria estabelecida por meio da dominação e do fluxo de mercadorias; portanto, a busca de lucratividade dessa então potência mundial passava pela reorganização econômica das demais nações. É o que verificamos no Brasil. Ora, o principal passo a ser dado era transformar os habitantes desta vasta terra em consumidores potenciais visto que, como escravos, não desfrutavam de poder aquisitivo, logo, não consumiam. Assim, como eram em grande número, constituindo o mundo do trabalho na época no Brasil, os ingleses não obteriam os lucros desejados ao expandirem aqui seu mercado. (AQUINO, 2007, p. 49-50).

Cabe ressaltar que a Inglaterra tinha como propósito acabar com a escravidão em qualquer lugar do mundo, favorecendo, assim, a criação do trabalho assalariado e o início de pequenos proprietários. Com base nesse cenário, buscava-se uma boa relação de diálogo com a Europa, pois a nação que acaba de nascer precisava de uma estrutura. Certamente, não era apenas por razões humanitárias, havia importante interesse econômico atrás dessa missão. Apesar da pressão inglesa, acabar com a escravidão no Brasil não era tarefa fácil em tão pouco tempo, pois a extinção do tráfico negreiro afetaria grandes proprietários de escravos e de terras, ou seja, justamente a camada social que sustentava o Império brasileiro na época. Diante disso, a Inglaterra deu um prazo ao Brasil, e apenas em 1850 foi extinto o tráfico de escravos e, gradativamente, o Brasil percorreu para o caminho da abolição.

Entre as múltiplas ligações entre escravidão e imigração, Sodré (1976, p. 245) afirma que “a questão da imigração europeia do século passado está intimamente ligada à escravidão.” No entanto, essa ideia é bem relativa diante do contexto que o Rio Grande do Sul apresentava, pois o espaço para o trabalho livre para o emigrante era bem mais aberto que nos outros estados e não se apegaria na substituição do trabalho escravo. Além disso, havia a condição de serem donos da terra. Zubaran (1994, p. 65) reforça a ideia de que no Rio Grande do Sul o propósito era outro.

No caso do Rio Grande do Sul, é importante lembrar que o estabelecimento de imigrantes teutos, a partir de 1824, não visou a substituição do trabalho escravo, mas sim a colonização das terras meridionais através do estabelecimento de núcleos coloniais onde os imigrantes se tornariam pequenos proprietários dedicados a uma agricultura policultora. Foi a possibilidade de tornarem-se proprietários de terras que motivou um grande número de agricultores e artífices alemães a emigrarem para o Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX.

A historiografia também faz questão de afirmar que os imigrantes não possuíam escravos, que repudiavam a escravidão, pois na cultura germânica foram ensinados a valorizar

o trabalho livre. Consoante Muller (1998, p. 239), “as relações entre os colonos e os negros não tinham as conotações da relação entre portugueses e eles. Os negros chegaram a ter relações de emprego com os colonos, mas sem nenhuma conotação escravista, embora a relação fosse escalonada: branco é branco e preto é preto.”

Ainda sobre a ideia da substituição da mão de obra escrava no Brasil, é relevante observarmos a tese defendida por Dreher (1995), que afirma ser este um dos motivos mais importantes para o processo imigratório. O autor relata que o principal objetivo da vinda de imigrantes europeus para o Brasil era branquear a população brasileira. Descreve, também, a preocupação da elite, que era minoria populacionalmente em relação aos negros, escravos ou libertos, mestiços e indígenas. Essa afirmação é compreendida ao analisarmos o dado de que apenas 23% da população era branca e a elite dominante nesse pequeno grupo étnico era menor ainda (DREHER, 1995). Sobrinho (2014), também defende a ideia do branqueamento populacional e da importância dos imigrantes para compor novos soldados no exército:

Assim, percebe-se como era importante o branqueamento para os interesses da aristocracia brasileira. O que chama a atenção nesse sentido é que o "medo negro", após ser sucumbido pelo processo de imigração alemã, deu lugar ao "medo germânico" ou à germanofobia. Porém, o "medo germânico" possui um caráter muito mais pela não "brasileirização" dos germânicos com relação à cultura brasileira, principalmente sob o aspecto religioso, apresentando a diferenciação de um Brasil latino-católico e de uma Alemanha protestante. Todavia, este medo germânico possuiu caráter efêmero que os imigrantes alemães intensificavam o processo de inserção social no decorrer do século XIX. Julga-se a questão do branqueamento da população brasileira como o principal fator da imigração europeia para o Brasil. Porém, existem outros tantos que também são de fundamental importância para que ele ocorresse, por exemplo, a necessidade de soldados para o exército, ficando mais evidente essa realidade na Província do Rio Grande do Sul devido a seu aspecto de região fronteira e de constante combate contra os platinos. (SOBRINHO, 2014, p. 32).

Infelizmente, os primeiros imigrantes alemães que decidiram se instalar e formar colônias no Nordeste “naufragaram”, como foi o exemplo da colônia Leopoldina em 1818 na Bahia, sendo a primeira colônia fundada no século XIX por imigrantes europeus (suíços e alemães) em 1818, homenageando a então princesa Dona Leopoldina. Relatos sobre essa colônia denunciavam que o solo não era dos melhores e que o clima era insalubre, sendo considerado muito perigoso para os recém-chegados. Com tantas intempéries, a Colônia Leopoldina não foi um projeto bem-sucedido; por isso, muitos colonos se desesperaram e a mão de obra imigrante foi substituída mais uma vez pela escrava.

Por esse fato e outros, as correntes imigratórias alemãs buscaram se estabelecer mais na região Sul, onde achavam ter condições mais favoráveis para o desenvolvimento da

agricultura e da vida familiar do que em outras partes do Brasil. Essa participação da imigração alemã perdurou entre o ano de 1824 até a década de 1930 com presença significativa nas cidades de São Paulo, Porto Alegre e Curitiba. Números mais expressivos seguiram para o sul do país a partir de 1824, momento em que foi fundada a colônia de São Leopoldo no Rio Grande do Sul, quantidade que indica que os alemães entraram no Brasil na primeira metade do século XIX.

Logo após um curto tempo, no ano de 1828, o estado de Santa Catarina também recebeu seus primeiros grupos de alemães, os quais fundaram a Colônia de São Pedro de Alcântara, que se localizava na estrada que levava a Lages. Depois de duas décadas, iniciou com maior intensidade a vinda de imigrantes alemães sendo fundada a Colônia Blumenau, no médio Itajaí-Açu (1850), a Colônia de D. Francisca, nas terras da Princesa D. Francisca, casada com o Príncipe de Joinville (1851), a de Itajaí- Brusque, no médio Itajaí-Mirim (1860), e a de Ibirama no alto Itajaí-Açu (1899).

A data de julho de 1824, além de um novo lar, representava para os imigrantes alemães a esperança do fim da fome, doenças e o começo de novos dias nas margens do Rio dos Sinos. Lavradores, marceneiros, ferreiros e artesãos construíram o marco de uma nova história no Rio Grande do Sul. As profissões dos imigrantes eram das mais variadas, mas o governo tinha preferência por agricultores, pois seu objetivo era aumentar a produção agrícola. Apenas 43,54% dos indivíduos que imigravam exerciam a profissão como agricultores em seu país de origem (WERLANG, 1998, p. 42). Todas essas habilidades profissionais tiveram de se adequar às intenções do governo da época, o qual almejava, acima de tudo, o desenvolvimento agrícola. No entanto, muitos dos antigos trabalhadores assalariados proprietários de terras coloniais puderam exercer suas antigas profissões, como sapateiros, alfaiates, marceneiros, tudo dependia da necessidade do mercado local, que crescia graças às atividades coloniais. A colonização trouxe para o estado, além de novos profissionais no meio rural, novas expansões culturais, dinamizando a economia da região.

Vítimas de um sistema social que os submetia a inúmeras dificuldades de sobrevivência, os emigrados alteraram sua vida e localidade sem deixar para trás a cultura, religião e a língua, trazendo para o novo mundo tudo que herdaram da Alemanha. O fluxo em massa juntamente com o isolamento geográfico levou à formação de núcleos coloniais homogêneos que mantinham os costumes e hábitos da antiga nação. O isolamento das colônias e a preservação da cultura alemã de forma tão fechada fizeram com que o governo percebesse o perigo do “enquistamento étnico” que estava ocorrendo naquela região, pois na

Europa o movimento do pan-germanismo se desenvolvia, o que acarretou mudança na legislação imigratória e na regulamentação das colônias.

O ano de 1824 ainda revelou muitas mudanças no estado do Rio Grande do Sul. Como constata Muller, e por isso, podemos dividir a história do estado em antes e depois da imigração:

1824. Mais precisamente 25 de julho de 1824. Em uma data de tal como base de uma divisão em “antes e depois”. Isso porque as mudanças ocorridas a partir dela são tão marcantes que o Rio Grande do Sul, digamos, mudou de cara. Nesse “mudou” não se fazem comparações, porque cada etnia tem sua personalidade, tem suas peculiaridades e certas intimidades que a colocaram em lugar especial no conjunto do Estado do qual se fala ou o qual se estuda. (MULLER, 1998, p. 243)

De acordo com Dreher (1995), os colonos viam na América a possibilidade de ascensão social muito mais rápida do que na Europa, devido à sua estrutura social ser menos rígida do que a europeia. Além disso, o espírito aventureiro estava presente no emigrante, numa busca da felicidade no desconhecido fruto da mentalidade de começar uma nova pátria, garantindo o acesso a terra, a possibilidade de trabalho e a tão sonhada estabilidade econômica, sendo que a propaganda feita pelos agentes de emigração tanto no Brasil quanto em outros países era atraente.

A colônia de São Leopoldo foi o primeiro local a ser povoado, sendo considerada um dos grandes sucessos da política de colonização do governo imperial da época. No entanto, apenas o primeiro grupo que chegou a São Leopoldo recebeu a maior parte dos benefícios que lhes foram anunciados antes de emigrar. Os colonos do segundo grupo, também vindos no ano de 1824, sentiram de imediato as falsas promessas, pois nem a demarcação de terras tinha sido realizada e, além de tudo, as diferenças climáticas e geográficas eram gigantescas. Em uma segunda fase, houve uma alteração da política de distribuição de terras, conforme descreve Fischer (2004, p. 33-34): “Aqui, receberiam (durante algum tempo, ao menos) boas condições de trabalho: um lote de terra, sementes, animais. Já na geração seguinte, porém, conheceriam uma situação bem menos favorável (as terras da região do rio dos Sinos já distribuídas, impondo um deslocamento maior para os que chegavam)”. Acordos que prometiam desde a cidadania brasileira, liberdade religiosa e não pagamento de impostos por dez anos, promessas falsas que iludiram muitos alemães e que recrutaram maior parte deles. Essas reclamações foram um problema para as instâncias governamentais, fazendo com que até o governo alemão intervisse em favor dos seus junto ao governo brasileiro; entretanto,

com o alto nível cultural em diferentes áreas do conhecimento e a dedicação ao trabalho, contribuíram para que muitas diferenças fossem esquecidas.

Nas colônias formadas por alemães, foram assentados, com o passar do tempo, colonos de outras origens étnicas, como italianos e poloneses. Além disso, estava também a filiação da religião protestante, sendo considerada a mais praticada pelos imigrantes alemães, representando uma mudança no Brasil, pois a Constituição da época admitia apenas o catolicismo.

A língua era uma barreira quase intransponível, nos primeiros tempos; a religião era outro diferencial a complicar a integração; outras particularidades culturais logo chamariam a atenção, como o fato de que, entre os não católicos especialmente, todos sabiam ler e escrever, incluindo as mulheres, o que implicava uma maior igualdade social. (FISCHER, 2004, p. 34).

A política de colonização brasileira privilegiou o imigrante europeu como “colono ideal”, distribuindo menos terra para os brasileiros na região sul, sendo excluídos dessa forma de acesso a terra.

Considerando a importância das interpretações históricas, o interesse primordial deste estudo consiste em buscar o entendimento sobre a instalação dos imigrantes no Rio Grande do Sul. Para isso, convém relativizar a ideia da intimidade entre imigração e escravidão no quadro deste estado brasileiro. Aqui, a mão-de-obra escrava era em menor proporção em relação à de outros estados. O espaço para o trabalho livre do imigrante estava, portanto, mais aberto, e não se atrelaria à substituição do trabalho escravo. Com isso, o imigrante alemão encontrava-se em melhores condições de se lançar à atividade que viesse a escolher, pois poderia ser proprietário, não empregado; além da condição de dono da terra, por doação ou financiamento ocuparia terras devolutas e não substituiria o negro junto aos latifundiários ou a grandes fazendeiros. (AQUINO, 2007, p. 51).

Portanto, o imigrante alemão instalou-se no Rio Grande do Sul pela política de colonização em vigor da época e pela necessidade de fazer as terras sul-rio-grandenses produzirem também como mão de obra branca, cultivando as grandes extensões de terra existentes. Além disso, o governo visava garantir a posse e a exploração de regiões menos povoadas pela questão limítrofe. Por isso, o imigrante alemão enquadrava-se nas necessidades de uma ação eugênica de um estado europeizado e escravista.

Vieram assim grupos de variada procedência, não para substituir o braço escravo, como ocorreu em São Paulo, mas para o trabalho agrícola e o estabelecimento de minifúndios, conferindo características peculiares ao fenômeno. A colonização converteu-se num dos principais tópicos da vida sulina, não apenas por explicar singularidades europeizantes que tomou a cultura e o *modus vivendi* locais, mas também por atestar uma modalidade original de formação histórica e funcionamento social. (ZILBERMAN, 1992, p. 110).

Enfrentando as mais diversas situações e dificuldades, as terras foram exploradas, igrejas foram erguidas e as colônias aos poucos conhecidas como “as terras dos alemães”; conseqüentemente, houve falta de demarcação de terras, medo da mata fechada, dos animais selvagens e também dos índios (conhecidos como bugres) que aos poucos foram exterminados ou deslocados para longe das colônias: “Os índios que lhes roubaram algumas crianças de início” (FAGUNDES, 1998, p. 174). Com os ataques indígenas nas propriedades, foram contratados os caçadores de bugres, os bugreiros, que tinham como meta torná-los mais “civilizados”, porém o que ocorreu foi a execução de muitos deles. Essa trágica marginalização dos índios e caboclos ocorreu por força da colonização.

Eles sofreram duramente na viagem. Aqui e de chegada lavaram os olhos de verde, certo, mas muito do prometido lhe foi sonogado. E ganharam duas parcerias: a solidão e o medo. Medo, sim: medo do mato, das feras, dos índios, dos negros. A selva foi domada com linhas e picadas. As feras se espantaram com o fogo. Os índios, que lhes roubaram algumas crianças de início, foram caçados pelos “bugreiros”. E os negros lhes ensinaram a tomar *Zimaron* e a matar uma vaca – uma vaca, imaginem só! – para fazer o farto *surasken*. (FAGUNDES, 1998, p. 174).

Através da imigração, o colono se insere numa outra necessidade do Império: povoar áreas de terras devolutas – terras ocupadas por índios – muitas vezes, o que gerou um terrível confronto, um conflito entre o “civilizado” europeu e o “selvagem” indígena (MAGALHÃES, 2005, p. 13). Isso fez com que as colônias se tornassem, durante várias décadas, homogêneas, isoladas, tornando difícil a assimilação de costumes, principalmente o uso da língua portuguesa. Além do mais, a questão racial, a língua e a cultura e a ruptura entre cristãos no Brasil com a vinda dos alemães protestantes provocaram certo estranhamento e um conflito social que foram supridos por volta de 1870 com a chegada de imigrantes italianos, pois conviviam com o abandono espiritual num país essencialmente católico. As leituras bíblicas e reuniões de culto tornaram-se imprescindíveis, pois injetavam um ânimo com a “palavra divina”, assim como propiciavam uma parada momentânea no trabalho (LANG, 1998, p. 17). Ainda sobre religião, Sobrinho (2014, p. 42) destaca:

Segundo, o fato de a religião protestante determinar que seu fiel devesse ler e interpretar a bíblia acabava formando uma população alfabetizada, com a comunidade organizando escolas comunitárias. Nessas escolas, além da leitura se aprendia noções básicas de estudo de ciências e matemática. O mesmo não ocorria nas regiões católicas, onde não era necessário (nem aconselhável) que seu fiel lesse a bíblia, uma vez que o padre seria responsável pela leitura e interpretação. Assim, não seria necessário se aprender a ler, ocasionando um menor índice de escolaridade, o que representa uma menor capacidade de conhecer e se adaptar às evoluções da sociedade.

A vinda dos imigrantes alemães, como anunciado anteriormente, mudou a face do Rio Grande do Sul, pois mudanças na parte econômica, como a produção agrícola (devido à proximidade com os rios) e artesanatos, por exemplo, a fabricação de rodas de carroça e ferramentas para lavoura eram produtos que começaram a ser comercializados. Além disso, a alimentação, como azeites, licores, banha, farinha e cerveja, formou aos poucos a industrialização do estado, sendo que o Vale dos Sinos se tornou uma gigante concentração industrial, a venda desses produtos oportunizou a inserção do colono europeu na nova economia do Rio Grande do Sul.

Desde as primeiras colônias, os alemães foram assentados próximos a grandes rios navegáveis - Sinos, Caí, Taquari, Jacuí e Pardo - o que facilitava o transporte de seus produtos coloniais e manufaturados. Estas regiões eram distantes das ocupadas pelos estancieiros, o que foi positivo, relatam vários historiadores, para o desenvolvimento do estado, visto que eram atividades econômicas diferentes das praticadas nas estâncias (o charque). (AQUINO, 2007, p. 74).

Na parte cultural, a imigração exigiu do governo outras medidas legais, como a educação escolar dos filhos, considerada necessária diante da omissão do Estado, facilitando o uso cotidiano da língua materna. Após a lei entrar em vigor, os colonos criaram escolas para ensinar as crianças a ler e a escrever; por volta de 1938, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrava o menor número de analfabetos nas colônias alemãs. A educação familiar e escolar era entendida como a base do sucesso existencial. As crianças tinham a obrigação de aprender a calcular, escrever e ler, pois não se admitia familiar analfabeto (motivo de desonra e vexame) (LANG, 1996, p. 19). O currículo dessas escolas estava organizado de forma que as crianças aprendessem valores essenciais para uma boa relação nas comunidades rurais, na religião e no trabalho. Para isso, havia uma grande preocupação em se construir conhecimento com base na realidade do aluno, por isso, o cuidado na elaboração do material didático adequado para a realidade local e regional.

Nos relatos de Kreutz (1994), o Rio Grande do Sul tinha se tornado a partir de 1900, entre os estados brasileiros e os países latino-americanos com imigração alemã, o estado com o maior número de escolas comunitárias dessa etnia, mas também se firmou como centro de referência para a produção de material didático e criação de estruturas que davam apoio à escola. Diante disso, percebemos que os imigrantes alemães viam no ambiente escolar uma necessidade fundamental para o processo de desenvolvimento humano:

Formação cultural não é luxo e sim uma necessidade imprescindível; disso está convencido o colono, por tradição antiquíssima de seus antepassados. É por isso, que ele faz sacrifícios para mandar seus filhos para a escola, que é construída quanto antes na nova povoação. Não havendo professor formado que possa tomar a direção da escola, os imigrantes improvisam um pedagogo que tenha as necessárias aptidões para ministrar instrução e disciplina a seus filhos. É de notar que em toda parte os colonos alemães mantiveram escolas particulares para seus filhos, construídas e mantidas com o suor, sacrifício e escassos meios pecuniários. Assim se explica como entre eles, praticamente, não existiam analfabetos. (KREUTZ, 1994, p. 148).

Entretanto, em 1937, o Estado Novo, em sua campanha nacionalista, proibiu definitivamente o ensino em línguas estrangeiras obrigando as escolas a adotar currículos oficiais e demitir professores que não fossem de nacionalidade brasileira. Além disso, o uso da língua materna foi proibido, causando estranhamento principalmente nos meios rurais onde a maioria dos colonos desconhecia (ou falava mal) a língua portuguesa, ensejando denúncias e prisões temporárias pela “falta de brasilidade” (SEYFERTH, 2012, p. 21). Essa campanha prosseguiu até 1945 quando o Estado Novo anunciou seu término.

Sendo proibido o idioma alemão em solo brasileiro, muitos não resistiam à “tentação de se reunirem furtiva e clandestinamente nas casas de quem tivesse um receptor de ondas curtas - segundo depoimento do diretor gerente da Rádio Germânia FM, de Teutônia, Dr. Fritz Follmer - para saberem o que estava acontecendo na distante e saudosa Alemanha. E não foram poucos os que chegaram a ser presos por esta ousadia e transgressão da lei da época.” (ROCKENBACH, 1998, p. 127).

Era preciso reprimir a qualquer custo aquela língua “rebelde”, aquele idioma renegado. Os alemães desenvolveram um verdadeiro medo das autoridades, pois já não sabiam se delas poderiam encontrar proteção ou esperar grandes punições. Deveriam se calar, pois não poderiam se expressar naquele idioma proibido. No entanto, não podemos esquecer que o período em que tudo isso aconteceu correspondeu ao da ditadura militar da era Vargas, que tinha como base “ampliar o nacionalismo” e impedia o uso de outras línguas que não fosse o português.

Além da proibição da língua, muitas bibliotecas familiares foram proibidas; daquele momento em diante só poderiam ser lidos livros em português. Muitas famílias, na tentativa de não perder todo aquele acervo cultural e afetivo, obrigaram-se a esconder seus livros em abrigos que dificilmente seriam descobertos, conforme relato de Stein (1998, p. 339) quando criança:

Quando entramos na floresta com as cestas sobre os ombros, atravessou-me, pela primeira vez, um sentimento não muito claro. Surgiu mais como uma pergunta. Por que é preciso esconder livros? Como até então eu não viria nenhum livro em português, não imaginava por que era preciso esconder livros. A partir de então a floresta ocultava um segredo.

Poucas coisas na história do Brasil produziram um impacto tão extenso e duradouro como o Estado Novo. Todas essas medidas restritivas forçavam uma “nacionalização” que atingiria principalmente a significativa população teuto-brasileira, com forte intervenção na imprensa e nas escolas alemãs. No contexto do amplo nacionalismo a partir de 1937, o Estado tomou medidas que feriam as organizações comunitárias étnicas produzidas pela imigração. Mudanças na legislação e ação direta do exército brasileiro interferiram na vida cotidiana dos imigrantes, principalmente os do sul, pois tinham em mente que o senso de cultura brasileira só poderia ser adquirido por meio do sistema educacional imposto e pela mistura das populações.

De todos os grupos estrangeiros nas zonas de colonização, o alemão foi o que desencadeou maior preocupação das autoridades. Distinguidos como um núcleo fechado dentro de sua própria cultura, de sua língua, nacionalidade e acusados de interferir o processo de nacionalização, pois mantiveram sua própria identidade, provocaram nas autoridades admiração e medo e nos brasileiros certo complexo de inferioridade diante de tanto patriotismo. Conforme Bomeny (1999), no livro *Repensando o Estado Novo*, a preocupação sobre o ensino e o perigo de novas nacionalidades não partia apenas do Estado Novo, o alerta foi do início do século e teve seu registro já em 1906 quanto ao perigo de se criarem nacionalidades dentro do Brasil.

O uso de línguas estrangeiras em público era considerado potencialmente perigoso aos defensores da nacionalidade. O ensino somente em língua portuguesa foi obrigatório nos anos de 1938 e 1939 inviabilizando as escolas etnicamente alemãs, que, por não cumprirem algumas exigências da nova legislação, encerraram suas atividades. Além disso, as escolas deveriam ter nomes brasileiros, somente brasileiros natos podiam ocupar cargos de direção, os professores deviam ser brasileiros natos ou naturalizados graduados em escolas brasileiras, as aulas deviam ser ministradas em português, sendo vetado o ensino de línguas estrangeiras para menores de 14 anos, as subvenções de governos e instituições estrangeiras foram proibidas. O Decreto-lei n. 406 de 4-5-1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional, em seu capítulo VIII, reafirmou essas medidas. Além disso, a legislação modificou os currículos, com introdução de disciplinas obrigatórias como história e geografia do Brasil, educação moral e cívica e educação física (que devia ser ministrada por instrutores militares). O estímulo ao patriotismo, o uso de símbolos nacionais e a comemoração das datas nacionais também são pontos destacados na legislação federal. Militares que participaram da campanha deram especial atenção ao civismo como instrumento da assimilação e meio de formação de uma “consciência nacional”. Nesse aspecto, a questão educacional extrapola os

limites da escola para chegar à população adulta através de solenidades públicas de exaltação aos símbolos e heróis nacionais.

Em meio à imposição e repressão, havia também quem defendesse o comprometimento dos alemães com o Brasil, pois era impossível negar o amor dos germânicos nas terras brasileiras.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e da Era Vargas em 1945, o mundo passou a percorrer caminhos mais democráticos. A partir de 1980, registra-se uma explosão das manifestações de integração desse povo, que conquistou espaços em toda mídia estadual. Manifestações autênticas brotaram da negação, da identificação cultural e da preocupação em preservar o que sobreviveu dos regimes autoritários. O tempo passou, mas as marcas da identidade étnica, principalmente no Rio Grande do Sul, ainda são vistas na cultura, nos hábitos alimentares, na arquitetura e até no desenvolvimento econômico do estado. Com certeza, um passado que não deve ser esquecido, e sim refletido.

3.1 A MULHER IMIGRANTE NAS COLÔNIAS ALEMÃS DO RIO GRANDE DO SUL

Deixados à própria sorte, enfrentando inúmeras dificuldades, os imigrantes alemães donos de um pedaço de terra, poderiam almejar autonomia econômica, movendo o desejo de transformar a família em uma pequena empresa que contava com a presença feminina. Mais do que importante, o papel da mulher eram novos braços indispensáveis no comando da casa, auxílio na lavoura e na criação dos filhos. Os próprios coordenadores das colônias ressaltavam: “O imigrante que trabalha na terra, necessita do auxílio de uma mulher e boa dona de casa [...] uma esposa aqui é tão necessária como o pão de cada dia”. (PRIORE, 2004, p. 288).

Jean Franco, em seu ensaio “Sentido e sensualidade: notas sobre a formação nacional”, ao refletir a posição ocupada pela mulher em uma “sociedade imaginada”, relata que sua importância estava diretamente relacionada com a maternidade e a preparação de novos homens para essa sociedade, ficando a mulher restrita ao espaço da casa; ainda, ao ser-lhe atribuída uma imagem de “pureza”, era delimitado ainda mais o espaço feminino. A educação da mulher estava totalmente voltada para a criação de homens patriotas que defenderiam a nação.

O trabalho imigrante estaria ligado à formação das pequenas propriedades e à mudança de mão de obra “escrava” para a livre. Os alemães eram vistos como um grupo unificado que trabalhava com o intuito de melhorar suas condições de vida nas novas terras.

Entretanto, as diferenças culturais, aliadas ao sobrepeso das tarefas peculiares do público feminino, criavam certo descompasso com as que não se adaptavam.

Não existem muitos documentos sobre o dia a dia das mulheres imigrantes alemãs no sul do país, apenas pequenos hábitos domésticos. Afinal, a observância da história sob um viés feminino se utiliza muitas vezes de dados fragmentados, leituras feitas “pelos beiradas”, pois os documentos ditos oficiais com atas, relatórios, discursos políticos, entre outros não contemplam a mulher. Diante dessa constatação, comenta Priore (2004),

Através das cartas e da literatura que tematizam a época e a região é possível afirmar o que se esperava de uma “moça alemã”. Ela devia saber se fazer respeitar; ser asseada; ser boa mãe e filha; ter uma sexualidade restrita ao casamento; ser solidária com os vizinhos e parentes, além de econômica e comedida. (p. 289)

Em outras colônias imigratórias as mulheres também foram esquecidas, conforme aponta Cleci Favaro na imigração italiana. Excluídas dos arquivos, dos documentos oficiais, ficaram escondidas [as mulheres] nas ‘tralhas’ dos sótãos e dos porões, entre fotografias amareladas, bonecas de pano, flores secas, algumas cartas e bilhetes [...] A memória feminina é construída então sobre ‘pequenos nada’s’, testemunhos parados no tempo.” (FAVARO, 1995, p. 2-3).

Diante disso, constata-se como é árdua a tarefa de escrever tendo o gênero feminino como temática, já que muitas vezes as contribuições desse público à sociedade são apagadas ao historiador. A leitura de textos literários serve como alternativa para encontrarmos dados sobre a mulher e obter maiores informações. Em contrapartida, encontram-se mais facilmente representações sobre a mulher que tenham por base discursos masculinos determinando quem são as mulheres e o que devem fazer. Daí maior ênfase na realização de análise visando a captar o imaginário sobre as mulheres, “[...] a apreensão de seu cotidiano, embora à luz da visão masculina.” (SOIHET, 1997, p. 295).

Descritas por um viés masculino e sob guarda deles, geralmente, nas propriedades rurais da Alemanha, a mulher ficava sob os cuidados da autoridade máxima que era o marido. Eram eles que comandavam a conduta da mulher, tanto quanto dos filhos e dos empregados. “Ao homem cabiam os cuidados com a plantação e os pastos [...]; à mulher cabia a administração de tudo o que se referia a casa.” (RENAUX, 1995, p. 19). A elas cabia a confecção das roupas de lã e linho, ambas de fabricação própria. Havia criadas que cuidavam dos estábulos sob suas ordens. Muitas emigraram sem nunca terem pegado na enxada. Nem todas que emigraram eram agricultoras: “Como teste levei o machado, com o qual deveria ser

limpa a capoeira à mão: meu marido riu ao ver como eu era inábil. Mas é que isso não era nem uma panela, nem uma agulha de costura, era necessário aprender a trabalhar dessa forma.” (RENAUX, 1995, p. 80). Muitas migraram contra sua própria vontade:

Foi muitas vezes, a contragosto que as esposas acompanharam os maridos até a nova Colônia. Inúmeros relatos dão conta das queixas de mulheres nesse sentido. Frau Schelle, por exemplo, ao chegar à Colônia, percebendo que a região era mais inóspita do que se imaginava, chorou sentada sobre o baú de viagem e classificou o marido de “uma verdadeira besta” por ter tido a infeliz ideia de vir para este lugar onde “só se via céu e mato”. (PRIORE, 2004, p. 289).

No entanto, há relatos que somente as mulheres das camadas médias que tinham vindo a contragosto. Porém, eram as que escreviam e por isso, “puderam deixar tais depoimentos. A participação da mulher alemã da área rural e das camadas populares urbanas era importante demais para que sua opinião não fosse levada em consideração na hora de migrar para o Brasil”. (PRIORE, 2004, p. 289). Além de tudo, não foram só as mulheres que viram apenas “céu e mato”, os homens também ficaram surpresos ao se depararem com a propaganda enganosa feita ainda na Alemanha.

Contudo, nas famílias pobres da Alemanha, a mulher fazia o mesmo trabalho do homem. Tanto ela quanto os filhos a partir de 7 e 8 anos levantavam-se diariamente às 2 horas da manhã para iniciar os trabalhos no estábulo e no campo. Mesmo na condição de camponesas, muitas dessas mulheres podiam contar com o auxílio de criadagem. Nos pequenos e médios estabelecimentos agrícolas, as mulheres eram igualmente responsáveis pela produção (RENAUX, 1995, p. 16-22).

As famílias dos pequenos proprietários rurais e dos jornaleiros tinham existência miserável, sendo que a mulher necessitava trabalhar para si e também para os outros. Ainda, entre os proletários dos campos, havia aqueles que empobreceram e foram para as fileiras de mão de obra nas fábricas locais. Todos aqui têm uma coisa em comum: a miséria e a falta de esperança de melhorar de vida (REANUX, 1995, p. 22).

As esposas dos artesãos residentes nas cidades ficavam encarregadas em auxiliar na produção da pequena indústria doméstica, cabendo-lhes a venda dos produtos artesanais feitos na oficina, bem como o ensino dos jovens aprendizes. Dentre todas as mulheres apontadas neste breve resumo, as esposas de artesãos das cidades poderiam ser consideradas companheiras de seus maridos (RENAUX, 1995, p. 24-25).

Havia alemães pobres, médios e ricos. Gans (2004) assim os classifica quanto ao nível socioeconômico tomando por indicativos o trabalho que realizavam e o meio em que viviam

no Brasil. Se na colônia se tornaram referência no cultivo da terra e na produção de gêneros alimentícios, na cidade não foi diferente quanto à notoriedade daquilo que realizavam, especialmente como grandes comerciantes, industriais, donos de pequenos negócios, mas também no exercício de profissões especializadas, como alfaiates, ferreiros, marceneiros e, ainda, como executores de tarefas mais populares e pouco qualificadas, como criadas em casas de família (mulheres), afiadores e reparadores de guarda-chuva.

Os jornais da época apontavam as exigências necessárias para o sexo feminino que embarcava nesse processo imigratório,

Em 1910, o jornal *Blumenauer Zeitung* apontava as novas exigências para o sexo feminino, atribuindo às mulheres a exclusividade dos trabalhos domésticos e questionando sua participação em atividades agrícolas. Num texto longo, paira a dúvida sobre o rendimento do trabalho feminino na “roça”, pois este a retiraria dos seus cuidados de mãe e dona de casa, “... pois eles são a função própria da mulher em qualquer etapa da vida ...”. Se a mulher se mantivesse trabalhando na roça, a família teria “sensíveis prejuízos” em dinheiro devido à perda de forças de seu corpo, ao abandono em que ficariam as crianças e os serviços domésticos. (PRIORE, 2004, p. 289).

Nota-se que as mulheres estão constantemente buscando seu espaço e também configurando sua identidade. A luta pela identidade das imigrantes alemãs torna-se um pouco mais dificultosa, pois, além dos questionamentos normais que envolvem o assunto, elas se encontram deslocadas geograficamente, ou seja, suas “fronteiras” necessitam construir uma comunidade.

Na cultura germânica, a mulher já possui um modo de ser diferente do modo conhecido pela mulher brasileira. E com o processo imigratório, ela desloca sua cultura para uma nova sociedade, causando um conflito com a sociedade que a recebe, além de ter sua identidade questionada, uma vez que está em contato com um outro modo de ser dentro do espaço social. (VOGEL, 2003, p. 53).

Como as famílias viviam exclusivamente da produção de alimentos, era necessário ter filhos para ajudar nas atividades da lavoura. “As famílias apresentava-se como uma pequena empresa e, enquanto os filhos cresciam, o maior número de tarefas repousava sobre os ombros das mães.” (RENAUX; ALENCASTRO, 1998, p. 324). Os autores ainda comentam que, no início, houve certo estranhamento entre o vestuário tradicional alemão, principalmente no feminino. Muitos imigrantes trouxeram trajes típicos de sua região de procedência.

Em meio à gente do campo, o número de saias que a camponesa vestia indicava seu estado civil ou o status da família. Nas famílias mais prósperas, o número de saias usadas sobrepostas pelas moças e mulheres podia chegar a dezesseis. Mas, nas colônias brasileiras, onde não havia necessidade de símbolos hierárquicos para identificação da posição social, o hábito foi abandonado. (RENAUX; ALENCASTRO, 1998, p. 323).

Muitos textos trazem referências sobre costureiras. Entretanto, apenas uma vez por ano se reformava ou se confeccionava um vestido, principalmente nas datas de Pentecostes e no Natal. Além disso, a maneira com que a mulher imigrante alemã participava ativamente no trabalho ao lado do marido e nas tarefas domésticas gerava certo preconceito, pois dessa forma, dizia-se que as “brasileiras não eram boas donas de casa”.

De acordo com Priore (2006, p. 296), a imagem idealizada das mulheres de origem alemã desconsiderava a classe social à qual pertenciam, eram consideradas “trabalhadeiras”. Se por um lado as mulheres imigrantes são enaltecidas, por outro o isolamento dos grupos era visto com preocupação. A partir do projeto de nacionalismo e da Primeira Guerra Mundial, os imigrantes passaram a ver a miscigenação como uma ameaça à pureza da raça.

Essas mulheres se deslocam à procura de uma identidade esquecida ou perdida com o processo migratório pelo qual seus descendentes passaram. Por meio dessa busca, fazem-nos questionar principalmente sobre o lugar da mulher na literatura e na sociedade, principalmente na gaúcha, já que os romances são ambientados em cidades, fictícias ou não, no sul do Brasil.

As mulheres que permaneceram isoladas nas colônias – muitas das quais embarcaram na aventura da imigração para o Império por escolha dos maridos ou dos pais, e não por vontade própria – tinham consciência das carências que afligiam os imigrantes. Fora da cultura aldeã tradicional europeia, sozinhas num meio ambiente hostil e desconhecido, muitas delas viveram melancolicamente. (RENAUX; ALENCASTRO, 1998, p. 324).

Inseridas em um novo mundo, nelas ficou apenas a recordação de uma forte saudade da antiga pátria, sofrendo profundamente a solidão na floresta das colônias sul brasileiras.

4 O UNIVERSO DO FEMININO: QUESTÕES DE GÊNERO

A história das mulheres é cheia de silêncios. A dificuldade em se obter registros se deve inicialmente ao apagamento de seus traços, tanto públicos quanto privados. Sabemos que os modos de registros das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade. Pela falta de informações concretas, as mulheres são mais imaginadas do que descritas. Assim, o olhar predominante de homens nos arquivos, quase sempre, “cala” as mulheres.

Caballero (2001) defende que falar da antiguidade nos leva a penetrar num mundo em que o silêncio constitui o cotidiano da história. De acordo com a autora, na Grécia Antiga, a sociedade era composta na sua grande maioria por aqueles considerados não cidadãos (estrangeiros, mulheres, velhos, crianças e negros), ou seja, a Grécia estava constituída na ausência de suas mulheres. Dessa forma, temos um discurso histórico, filosófico e literário em que a mulher é totalmente desconsiderada como cidadã.

Segundo Regina Navarro Lins (2015), os gregos não tinham a mulher em patamar muito elevado,

a cidadania ateniense era preciosa, tanto para mulheres como para homens. Entretanto, havia entre os sexos uma diferença tão grande como a que se observa entre o cidadão e escravo. Um menino ia para a escola aos sete anos. Aprendia gramática, poesia, música, aritmética, mitologia, esportes. Com dezoito ou dezenove, ele adotava a clâmide, que era a capa de homem, e fazia juramento perante o Estado. Tornava-se gentil-homem, guerreiro, gerente de bens e filósofo amador. Uma jovem, ao contrário, permanecia confinada em casa até o casamento, e nada aprendia, além de poucas tarefas domésticas. Era condenada a passar maior parte do tempo nos aposentos destinados às mulheres em seu lar, o gineceu, em geral situado no andar superior da residência. Quando chegava à adolescência, tinha o noivado arranjado por seus pais. Muitas jovens punham de lado suas bonecas, ou as dedicavam a Artemis, apenas na véspera do casamento. (LINS, 2015, p. 48-49).

Sem poder jamais fugir do ambiente doméstico, a mulher esteve sempre limitada a casa. “Pela religião primitiva, a felicidade após a morte não podia ser garantida a ela durante a vida, mas apenas e unicamente depois do falecimento.” (CABALLERO, 2001, p. 127). Também na Grécia, a mulher para o homem se assemelhava a um escravo, pois somente essa categoria executava trabalhos manuais: “em Atenas ser livre era, principalmente, ser homem e não mulher [...]” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 11). As mulheres não tinham mais direitos políticos e legais do que os escravos, “a cidadã grega só possuía dois direitos: gerar descendentes legítimos e o de herança.” (LINS, 2015, p. 49).

Lins (2015, p. 95) ainda afirma que “era bem melhor ser uma mulher em Roma do que na Grécia”, já que em Roma não havia gineceu, como na Grécia, e por lá, as mulheres saíam de casa sem pedir permissão ao marido e o casal era convidado para jantares, ao contrário da Grécia, onde se convidavam somente homens. Além disso, as mulheres de classe alta de Roma desfrutavam de uma liberdade rara no mundo antigo. Porém, as desvantagens legais as impediam de influenciar os outros ou passar por cima das determinações masculinas.

Na Idade Média, as representações dos modelos femininos apareceram com certa frequência nas imagens do medievo. Tal assunto era encontrado com facilidade nos textos literários, que tinham por finalidade propor modelos de conduta e condenar aquilo que era considerado vício. Por ser realizada quase sempre pelo público masculino, a literatura medieval é um testemunho fundamental dos estereótipos feitos por clérigos e artistas que revelavam raramente o que elas representavam na realidade. De acordo com Macedo (2002, p. 65):

A descrição e a classificação dos comportamentos femininos seguiam critérios religiosos ou morais. Assim, perfilam-se imagens de uma mulher luxuriosa e pecadora, de uma mulher essencialmente casta e virtuosa, que personificaria a salvação, de uma dama e de uma mulher ardilosa por natureza, sempre disposta a trapacear o homem.

Esses valores se tornaram importantes para a compreensão daquela época e dos códigos de comunicação presentes na expressão do pensamento masculino. A sociedade medieval em geral era iletrada, o acesso às letras também era vedado às mulheres; além disso, era necessário impedir que elas se tornassem ousadas, tagarelas, ambiciosas. Uma mulher poderia aprender a ler e a escrever desde que entrasse na vida religiosa ou fosse dama da alta sociedade, pois, instruída, ela seria emancipada e, nessa condição, os “perigos” aumentariam.

Quanto às mulheres germânicas da Idade Média, Macedo (2002) afirma que pouco se sabe a respeito da situação desse grupo em particular. A referência documental que se tem é a *Germânia*, obra de Tácito, um famoso historiador romano daquela época que pretendia oferecer um modelo de vida social pura, diferente daquele que vigente em Roma e por ele desaprovado.

Segundo Tácito, elas acompanhavam seus homens em todas as atividades, associando-se a eles nos perigos e nos trabalhos, na paz e na guerra. Viviam “protegidas pela virtude”; não eram corrompidas nem seduzidas por espetáculos e festas, como acontecia em Roma. Admirado com a pequena incidência de adultério entre os povos germânicos. Tácito lembra que, quando ocorre “a punição é súbita, e o esposo lhe inflige: cabelos cortados, nua na presença dos parentes, a culpada é banida da casa pelo marido, que a conduz por toda a localidade açoitando-a com

uma vara”. [...] Quando dispunham de bens consideráveis, não podiam administrá-los. Ao contrair matrimônio, recebiam um dote do marido. Se provassem sua virgindade na noite de núpcias, teriam direito a uma doação suplementar, chamada *morgengab*. Ao mesmo tempo, recebiam bens móveis e imóveis do pai. Tinham a propriedade, mas nunca a posse, que sempre passava ao marido. (MACEDO, 2002, p. 17-18).

Depois de casadas, as mulheres germânicas perdiam o direito de herdar bens paternos. Tornavam-se pessoas estranhas à família de origem. Também não herdavam os bens do marido. “Eram proprietárias apenas dos bens recebidos por ocasião do casamento.” (MACEDO, 2002, p. 18).

A era medieval foi um período em que a igreja estava muito próxima das famílias. O medo de que o céu não seria o novo lar no momento da morte condicionou a vida terrena das pessoas. A maior preocupação era garantir a salvação divina, através da submissão a Deus, ao clero e ao marido. Macedo (2002) enfatiza as relações sociais entre igreja, família e o casamento nesse período.

O casamento era antes de tudo um pacto entre as famílias. Nesse ato, a mulher era ao mesmo tempo doada e recebida, como um ser passivo. Sua principal virtude, dentro e fora do casamento, devia ser a obediência, a submissão. Solteira, era identificada sempre como *filia de*, *sóror de*. Casada, passava a ser personificada como *uxor de*. Filha, irmã, esposa: os homens deviam ser sua referência. (MACEDO, 2002, p. 20).

Na literatura religiosa, “encontram-se alguns dos mais importantes juízos à natureza feminina.” (MACEDO, 2002, p. 66). Nela, existiram duas tendências que se opõem, sendo que Eva era a figura paradigmática. Grande parte dos argumentos moralistas vinha dos textos bíblicos.

[...] Eva teria sido feita à imagem e semelhança de Deus, mas a partir de Adão; assim sendo, consideraram-na mera projeção divina. Essa distinção e gradação entre o homem dotado da imagem divina (*imago*), e a mulher detentora apenas da semelhança divina (*similitudo*), para eles constituía uma prova da “inferioridade natural” do sexo feminino. (MACEDO, 2002, p. 66).

Venosa e traiçoeira, a mulher foi acusada pelo outro sexo por ter introduzido em toda a terra o pecado e o sofrimento.

Eva cometera o pecado original ao comer o fruto proibido. O homem procurava uma responsável pelo sofrimento, o fracasso, o desaparecimento do paraíso terrestre, e encontrou a mulher. Como não desconfiar de um ser cujo maior perigo consistia num sorriso? Nesse retrato, a caverna sexual tornara-se uma fenda viciosa do inferno. (PRIORE, 2011, p. 25).

Além disso, a igreja sempre foi dirigida exclusivamente por homens que detêm todos os meios de produção simbólica. A mulher ainda hoje é excluída sistematicamente de todas as decisões do poder religioso. A “mulher pode ser mãe de um sacerdote ou de um bispo, mas jamais poderá aceder a estas funções. O homem, na figura de Jesus de Nazaré, foi divinizado, enquanto a mulher é mantida como simples criatura.” (MURARO; BOFF, 2002, p. 92). Conforme mais um trecho bíblico explicado pelos autores,

a mulher é eternamente maldita, feita um ser inferior, tentadora e sedutora do homem. Ela sente-se atraída pelo homem, pelo seu desejo sexual, apresentado negativamente. O texto bíblico diz explicitamente que “o homem a dominará” (Gn 3, 16). Como se depreende, a inversão é total de grande perversidade. (MURARO; BOFF, 2002, p. 96).

De acordo com Muraro (1997, p. 128), durante a Idade Média, foram elas que “questionaram a condição de mulher, através de sua sexualidade e do seu saber, e foram maciçamente punidas, enquanto as mulheres mais ricas se dedicavam ao amor cortês, à submissão às normas que se originavam dele”.

Além dos conceitos sobre a mulher definidos pela igreja, na Idade Média muitas foram acusadas de bruxaria, um grupo considerado indesejável e pernicioso. Quando analisamos aquele contexto histórico, compreendemos que bruxas eram as parteiras, as enfermeiras, benzedoras ou até mesmo aquelas que conheciam as ervas medicinais para curar doenças. Segundo Lins (2015), a caça às bruxas iniciou pelo fato de algumas mulheres terem adquirido esse tipo de “conhecimento”.

Desde a Antiguidade as mulheres detinham um saber próprio, transmitido de geração em geração: faziam partos, cultivavam ervas medicinais, curavam doentes. Na Idade Média seus conhecimentos se aprofundaram e elas se tornavam uma ameaça. Não só ao poder médico que surgia, como também do ponto de vista político, por participarem das revoltas camponesas. (LINS, 2015, p. 276).

Acreditava-se que os feitos mais comuns das feiticeiras iam desde o roubo noturno de sêmen de homens, abortos até a imposição de doenças. Afirmavam que as obras do demônio eram concretizadas na terra por um único grupo: o público feminino. Toda essa crença levou ao extermínio de muitas mulheres, como explica Lins (2013, p. 279):

Os processos contra feitiçaria e sua queima na fogueira passaram a ser episódios cada vez mais comuns, até mesmo nos centros civilizados da Europa. Vários pronunciamentos de bulas papais advertiam as cortes clericais contra as atividades das feiticeiras, e insistiram na necessidade de seu extermínio. Os teólogos redigiram apaixonados apelos ao público, e os pregadores aterrorizaram as suas congregações com sermões sobre os perigos e os sintomas da feitiçaria.

Além disso, os inquisidores afirmavam que a feitiçaria era muito mais comum entre as mulheres do que entre os homens, “basicamente, a mulher é criatura fraca e inferior; além disso, ela é torturada por insaciável desejo carnal. Isso faz com que se torne presa fácil das arremetidas do diabo, que se oferece para satisfazer tal desejo.” (LINS, 2015, p. 284).

Outro fato curioso sobre a história das mulheres ocorreu na Revolução Francesa, pois, de forma voluntária, elas se alistaram no exército e combateram, ao lado de homens, contra as forças que ameaçavam invadir o país. Muitas delas teriam se apresentado com nomes falsos e através de disfarces masculinos. Além de conseguirem se alistar, protegiam-se do risco da violência sexual, muito frequente naquele período de guerra. Além disso, seu papel foi decisivo, pois foram elas “que tomaram a iniciativa dos atos mais violentos, em defesa do pão para seus filhos.” (MURARO, 1997, p. 128).

Algumas foram para a Revolução pelo sentimento de amor ao país, outras, somente para acompanhar seus maridos, amantes ou irmãos. Amorin (2010.) aponta que “as circunstâncias da Revolução tiveram também um aspecto de liberação. Quando tudo estava em jogo, as mulheres puderam inventar novos papéis para si própria.” Apesar de grupos contrários, a autora ainda ressalta a bravura dessas mulheres em meio ao público masculino da Revolução Francesa:

O número expressivo de prêmios e aplausos às soldadas atesta a boa vontade dos chefes militares e até dos governantes em Paris. Mesmo levando-se em conta que elas transgrediam as normas de comportamento feminino, apropriando-se de atributos inerentemente masculinos como as armas e o serviço militar. As mulheres-soldados foram até certo ponto aceitas porque tinham moral elevada, dignidade e bons costumes; eram combatentes, e não libertinas. Embora a violência não seja normalmente associada à mulher, na guerra elas matavam “os escravos dos tiranos”, prestando um serviço à nação. Eram discretas, e muitas vezes seu sexo só era descoberto quando feridas na batalha. Essas qualidades eram importantes numa época em que o presidente do Comitê de Segurança Pública declarou que “sem moral não há República” (outubro de 1793). (AMORIN, 2010).

No entanto, Penna (2003) ressalta que a Revolução Francesa não foi a chave imediata de libertação e igualdade do público feminino:

Acontece que a Revolução de 1789 não teve consequências momentosas no terreno da “libertação” feminina. Os jacobinos muito berravam “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, ao carregarem os aristos para o machado, mas ficou tudo na retórica. As mulheres continuaram desiguais e limitadas em sua liberdade: contentando-se em ir assistir às execuções aos gritos histéricos do “Ça ira! Ça ira! Ça ira!” e, ocasionalmente, fazer arruaças ou carregar a cabeça ensanguentada de uma princesa na ponta de uma lança. (PENNA, 2003, p. 147-148).

Na Idade Moderna, a religião focou a sexualidade feminina como o lugar do conflito, começando nas origens do mundo, entre as forças do “mal” e a potência de Deus. Culpada também pela expulsão do paraíso, só lhe restava dedicar-se a pagar seus pecados para contemplação do “divino” e para domesticar os seus desejos.

A literatura é um campo em que se pode com segurança perceber traços do pensamento feminino. As mulheres pertencentes ao mundo religioso foram as mais envolvidas com a escrita na Idade Moderna. Na criação literária da época, essas mulheres estavam fortemente envolvidas, abrangendo desde o patrocínio dos artistas até a criação e reprodução de obras. Em todos os tempos, as mulheres causavam certo medo aos homens:

A mulher é a Outra, a estrangeira, a sobra, a noite, a armadilha, a inimiga. A mulher é Judite ou Dalila, que se aproveita do sono do homem para cortar-lhe os cabelos: a sua força. Este medo ancestral, primitivo, ligado talvez à sexualidade (e que a psicanálise tanto expressa quanto tenta elucidar), encontra em cada época sua expressão própria. (PERROT, 2005, p. 265).

No século XIX, a ideia segundo a qual as mulheres têm o verdadeiro “poder” é muito difundida. A primeira ordem, pertence à imagem da mãe reprodutora, “assustador poder da vida escondido naquele ventre fecundo, mais temível ainda se ela se recusa a procriar. Junta-se a ele o temor dos estranhos saberes da mulher feiticeira.” (PERROT, 2005, p. 266).

Conforme Priore (2011), a literatura brasileira também vinha carregada de erotismo quando retratava a mulher.

Não faltavam marcas no apetite masculino em relação à morena ou mulata na literatura dos séculos XVIII e XIX. O risco de pérolas e corais, os olhos de jabuticaba, as negras franjas e a cor do buriti são os signos sedutores dessa fêmea que convida ao paladar, à deglutição, ao tato. São elas as verdadeiras presas do desejo masculino, mulheres – caça, que o homem persegue e devora sexualmente. Morenice e robustez eram, então, padrões de erotismo velado de beleza. (PRIORE, 2011, p. 21).

Observamos, ainda, que as histórias infantis descrevem as personagens femininas com uma carga negativa assustadora, pois sempre por trás das madrastas, bruxas, ogres encontra-se apenas um homem frágil.

Se formos comparar as figuras femininas da literatura infantil contemporânea com as das histórias tradicionais, percebemos que bem pouca coisa se modificou. As velhas histórias propõem mulheres mansas, passivas, inexpressivas, unicamente ocupadas com a própria beleza, decididamente ineficientes e incapazes. Por outro lado as figuras masculinas são ativas, fortes, corajosas, leais e inteligentes. (BELOTTI, 1975, p. 102).

Nessas histórias, as mulheres deveriam ser castas e submissas ao homem, aguardando ansiosamente para receber sua “proteção”. No entanto, o mais grave nessas obras é a ideia de que a mulher só conseguirá sair da miséria e vencer na vida por meio de um relacionamento amoroso com um homem.

A partir daí podemos entender melhor como as heroínas dos contos de fadas, no registro dos irmãos Grimm, desse período, fizeram tanto sucesso. Elas foram se tornando passivas e assexuadas. Cinderela, Branca de Neve, A Bela Adormecida, modelos de heroínas românticas que, ao contrário do que se poderia imaginar, no que diz respeito ao amor, ainda são muito parecidas com muitas das mulheres de hoje. (LINS, 2013, p. 171).

Além disso, nesses contos de fadas trazidos pela autora, até existem algumas mulheres que fazem mágicas, mas a mensagem central não é a do poder feminino, e sim a da impotência e submissão.

O homem, ao contrário, é poderoso. Não só dirige todo o reino, como também tem o poder mágico de despertar a heroína do sono profundo com um simples beijo. Além da incompetência de lutar por si própria, comum às principais heroínas, Cinderela é enaltecida por ser explorada dia e noite, trabalhando sem reclamar e sem se rebelar contra as injustiças. Padece e chora em silêncio. Seu comportamento sofrido, parte do treinamento para ser tornar a esposa submissa ideal, é recompensado. Seu pé cabe direitinho no sapato e ela se casa com o príncipe. (LINS, 2013, p. 171).

Contudo, o silêncio é um mandamento imposto através dos séculos pelas religiões, pelo sistema político e pelos manuais de comportamento. Silêncio também na vida privada. Já dizia Michelle Perrot (2005): “seja bela e cale a boca”; um conselho muito dado às moças do século XIX para evitar que dissessem bobagens ou cometessem alguma indiscrição. Portanto, sua postura normal era a de ouvir, esperar e guardar palavras apenas no seu íntimo. Esse silêncio “simbólico” não era apenas o da fala, mas também o da expressão e da escrita, corpo e rosto sempre muito velados.

Pois o silêncio era ao mesmo tempo disciplina do mundo, das famílias e dos corpos, regra política, social, familiar – as paredes da casa abafam os gritos das mulheres e das crianças agredidas, pessoal. Uma mulher conveniente não se queixa, não faz confidências, exceto, para as católicas, ao seu confessor, não se entrega. O pudor é sua virtude, o silêncio, sua honra, a ponto de se tornar uma segunda natureza. A impossibilidade de falar de si mesma acaba por abolir o seu próprio ser, ou ao menos, o que se pode saber dele. (PERROT, 2005, p. 10).

Para Simone Beauvoir (1949), autora de *O Segundo Sexo*, as mulheres nunca disputaram esse “império” com os homens. Até mesmo o feminismo não é, segundo ela, um

movimento autônomo, pois a análise da condição feminina está mais ligada a uma antropologia estrutural e triunfante do que a uma história inexistente aos seus olhos.

Nos registros públicos, as mulheres quase nunca apareceram, a não ser quando perturbavam a ordem, o que, de fato, acontecia em menores proporções em comparação ao universo masculino. Isso porque a mulher comportava uma presença inferior e, sobretudo, temia proceder qualquer queixa, enquanto vítima, em relação aos homens. Os arquivos familiares até pouco tempo atrás não despertavam muita atenção dos historiadores. Entretanto, esse olhar negligenciado sobre os diários ou correspondências íntimas foi se modificando, pois era a descoberta da história do universo feminino contada pelas próprias mulheres.

Infelizmente, muitas destruições foram realizadas nesses arquivos, até mesmo por “elas”, pois, ao destruir seus cadernos íntimos, evitariam as possíveis incompreensões e ironias de seus futuros herdeiros: “Não se deixará vestígios desta parte secreta de si mesma, deste pecado que foi gozado.” (PERROT, 2005, p. 36). Assim, as mulheres apagariam de si as marcas de seus passos no mundo.

4.1 OS MOVIMENTOS FEMINISTAS

Construído pela sociedade, o termo gênero contribui para exacerbar a distinção entre indivíduos de sexos diferentes. Dessa forma, o conceito abrange características psicológicas, sociais e culturais que são repassadas desde a infância. Originado na Europa no final do século XVII, esse termo passou a ser utilizado nos anos 80 pelo movimento feminista no Brasil, surgindo como categoria de análise em estudos que objetivavam demarcar lugares e distinguir o que é da ordem do masculino e do feminino.

O Gênero se faz sexo, como o Verbo se faz carne. Homens e mulheres são identificados por seu sexo; em particular as mulheres são condenadas a ele, ancoradas em seus corpos de mulheres chegando até ser prisioneiras deles. Assiste-se, então, a biologização e à sexualização do gênero e da diferença entre os sexos. (PERROT, 2005, p. 470).

Foucault (1993) defende que o século XVII seria o início de uma época de repressão, falar em sexo era algo comprometedor, próprio das sociedades chamadas burguesas.

Denominar o sexo seria, a partir desse momento, mais difícil e custoso. Como se, para dominá-lo no plano real, tivesse sido necessário, primeiro, reduzi-lo ao nível da linguagem, controlar sua livre circulação no discurso, bani-lo das coisas ditas e extinguir as palavras que o tornam presente de maneira demasiado sensível. Dir - se-ia mesmo que essas interdições temiam chamá-lo pelo nome. [...] o pudor moderno

obteria que não se fala dele, exclusivamente por intermédio de proibições que se completam mutuamente: mutismos que, de tanto calar-se, impõe o silêncio. Censura. (FOUCAULT, 1993, p. 21).

Conforme Scott (1995), as abordagens do termo gênero feitas pelos/as historiadores/as dividem-se em duas categorias distintas: uma essencialmente descritiva e outra de ordem causal. Na abordagem descritiva, gênero geralmente é sinônimo de mulheres. Porém, além de substituta do termo mulheres, em seu outro aspecto, o termo sugere que qualquer informação sobre as mulheres é também uma informação sobre os homens. O que significa que “o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino.” (SCOTT, 1995, p. 75). Esse uso rejeita o mito de que homens e mulheres podem ser isolados e compreendidos em esferas separadas.

Falar de gênero “é falar a partir de um modo particular de ser no mundo, fundado, de um lado, no caráter biológico do nosso ser, e, de outro, no fato da cultura, da história, da sociedade, da ideologia e da região desse caráter biológico”. Nesse sentido o gênero possui uma função analítica semelhante aquela de classe social; ambas as categorias atravessam as sociedades históricas, trazem à luz os conflitos entre homens e mulheres e definem formas de representar a realidade social de intervir nela. (MURARO; BOFF, 2002, p. 18).

No século XIX, aprender a ler, normalmente, só era permitido aos homens, e ainda hoje em alguns países do mundo é assim, como explicam Muraro e Boff (2002, p. 190):

Apenas em 1948 é que as mulheres americanas e inglesas se reuniram em Seneca Falls, nos Estados Unidos, e reivindicaram os seus direitos ao aprendizado da leitura, ao voto, à herança, e também exigiram um salário pelo seu trabalho doméstico e emprego no domínio público. De fato, até o século XIX as mulheres eram pouco mais que escravas.

Como referenciado anteriormente, o movimento feminista organizado teve origem nos Estados Unidos, na década de 60 e, logo em seguida, avançou pelos países do ocidente. Seu principal objetivo era a libertação da mulher e, acima de tudo, sua emancipação. No Brasil, o primeiro grupo de mulheres feministas surgiu em São Paulo, no ano de 1942. Dessa forma, os temas relacionados à mulher passaram a fazer parte em eventos e fóruns nacionais.

Os Estados Unidos desempenharam um papel de vanguarda na Revolução sexual e, sem dúvida alguma, no desenvolvimento dos direitos das mulheres, razão pela qual estamos dando tanta ênfase naquilo que suas mulheres fizeram e escreveram. No entanto, não se deve esquecer tampouco que, no atual Congresso, apenas dez mulheres, uma das quais negra, podem ser incluídas entre os 435 membros da Câmara dos Representantes. No Senado há duas únicas mulheres, uma delas Hillary Clinton, preparando-se para concorrer à Presidência. Algo parecido no nosso Congresso. (PENNA, 2003, p. 149).

Segundo Werlang (2006, p. 25), o feminismo não é, por exemplo, queima de sutiãs ou um grupo raivoso de mulheres “feias” ou “mal amadas”, tampouco uma ideologia sustentada em privilégios para as mulheres e desvantagens para os homens. “Ao contrário, seus diversos matizes representam a ampla variedade de mulheres no mundo, com crenças, desejos, objetivos e valores distintos.” Além disso, o movimento feminista defendia que as diferenças entre os sexos não pode oportunizar relações de subordinação da mulher ao homem, nem de opressão da mulher na vida social, profissional ou familiar.

Como o movimento feminista a princípio visava, basicamente, o direito ao voto, foram chamadas de sufragistas as e estavam intimamente ligadas ao movimento operário no qual, embora existisse um grande contingente feminino, elas não tinham postos de comando. Mesmo as organizações de mulheres trabalhadoras eram chefiadas por homens e estavam sujeitas a terem suas políticas trabalhistas decididas por eles. (WERLANG, 2006, p. 30).

Misturavam-se e conflitavam-se diferentes ideologias: “o direito a voto, a abolição da escravatura, conflitos entre mulheres da classe média e mulheres operárias. As sufragistas participaram de algumas greves violentas.” (WERLANG, 2006, p. 30). Entre elas, podemos destacar a do dia 8 de março de 1857, quando foram queimadas vivas por reivindicarem melhores salários e uma jornada de trabalho de 12 horas.

Muitas lutas ocorreram a partir de 1908, porém foi apenas na segunda metade do século XIX que o movimento de mulheres se considerou vitorioso,

pois foi nesse período que a maioria dos países industrializados concedeu o direito a voto às mulheres, que passaram a crer que esta conquista as levaria a emancipação feminina e que estava derrubada a barreira que as impedia de entrar no mundo público. (WERLANG, 2006, p. 31).

No entanto, “as discriminações continuaram, tanto nas profissões liberais quanto nas fábricas.” (MURARO, 1997, p. 136). A partir da eclosão dos movimentos feministas, as mulheres deixaram a posição apagada e de pouca expressão que lhes cabia na sociedade patriarcal para um estágio de maior visibilidade social e mais acentuado progresso pessoal.

Além de alguns direitos negados, o casamento para as mulheres era o divisor entre a casa e a rua. O colonizador europeu trouxe para o novo país uma maneira específica de organizar a família. Esse modelo, constituído por pai e mãe “casados na igreja”, correspondia aos ideais definidos pela própria igreja católica em 1545. Somente dentro dessa família, sacramentada pelo matrimônio, seria possível educar os filhos de “maneira adequada”. A

mulher nesse projeto era essencial, pois cabia a ela ensinar aos filhos a educação do espírito, rezar, participar de missas e festas religiosas.

Pobre ou rica, a mulher possuía, porém, um papel: fazer o trabalho de base para todo o edifício familiar – educar os filhos segundo os preceitos cristãos, ensinar-lhes as primeiras letras e atividades, cuidar do sustento e da saúde física e espiritual deles, obedecer e ajudar o marido. Ser, enfim, a “santa mãezinha”. Se não o fizesse, seria confundida com um “diabo doméstico”. Afinal, sermões difundiam a ideia de que a mulher podia ser perigosa, mentirosa e falsa como uma serpente. (PRIORE, 2013, p. 12).

Como mencionado, a busca pelo casamento era algo comum desde quando as mulheres tinham pouca idade. Algumas se preocupavam em casar jovens por vontade própria, enquanto outras viam no matrimônio uma rota de fuga para sair da casa dos pais e melhorar sua condição de existência. A idealização de uma vida melhor após a saída da casa da família, ou então, uma visão romântica da vida a dois levava inúmeras jovens a casarem cedo. É relevante ressaltar que essa era uma prática em boa parte das comunidades imigrantes. Quanto mais idade os jovens ganham, mais difícil seria casar, principalmente para as mulheres.

O enxoval, cuidadosamente preparado nos meios populares, rurais, sobretudo, é uma longa história entre mãe e filha. A confecção do enxoval é um legado de conhecimento e de segredos, do corpo e do coração, longamente destilados. O armário de roupa branca é ao mesmo tempo um cofre-forte e um relicário. (PERROT, 2005, p. 38).

As mulheres estavam quase sempre vinculadas ao âmbito doméstico e, ao longo dos anos, submeteram-se a diversas formas de exploração independentemente de onde residiam. Verificando a condição feminina ao longo dos séculos, é possível afirmar que ela foi moldada conforme os costumes e cultura de cada comunidade.

Ela deve ser, antes de tudo, uma boa dona-de-casa. A verdadeira dona de casa que sabe cuidar de seus filhos e colocar ordem em suas roupas, esta verdadeira amiga da família pobre, deve ser considerada como o ministro do interior e das finanças do operário e seu trabalho é muito superior, como valor ao trabalho do homem. (PERROT, 2005, p. 180).

Com a Revolução Industrial, a mulher entra para o mercado de trabalho e conquista mais um espaço. Entretanto, isso só foi possível “porque o sistema competitivo faz mais máquinas do que machos.” (MURARO; BOFF, 2002, p. 13). Além disso, as indústrias viam na mão de obra feminina uma forma de baratear os salários, trazendo definitivamente a mulher à produção. Apple (1988) menciona que o trabalho remunerado feminino é constituído em torno de dois tipos de divisão: primeiro, está relacionado a uma divisão vertical do trabalho, em que as mulheres se

constituem em um grupo que está em desvantagem em relação aos homens no que diz respeito às condições de trabalho. Uma segunda divisão seria a divisão horizontal, que significa que as mulheres se concentram em determinados tipos de trabalho, com isso são maioria em trabalhos de escritório e docência, por exemplo. Apple (1988, p. 16) também menciona a dinâmica de classe; o trabalho feminino, segundo o autor é mais propenso à proletarização. “O trabalho da mulher é considerado de alguma forma inferior ou de menos status pelo simples fato de ser uma mulher quem o faz.”

No entanto, com o final da Primeira Guerra e o retorno do trabalho masculino nas famílias, a mulher foi obrigada a ausentar-se do mercado de trabalho para ceder seu lugar aos antigos integrantes: os homens. Toda a ideologia que valorizava a diferenciação de papéis por sexo, atribuindo à condição feminina o espaço doméstico, é fortemente reativada. Além disso, como atesta Priore (2004, p. 588), o trabalho fora do lar era muito criticado.

Para médicos e higienistas, o trabalho fora do lar levaria a desagregação da família. De que modo às mulheres que passavam a trabalhar durante todo o dia, ou mesmo parcialmente, poderiam se preocupar com o marido, cuidar da casa e educar os filhos? O que seria de nossas crianças, futuros cidadãos da pátria abandonados nos anos mais importantes de formação do seu caráter? Tais observações levavam, portanto, à delimitação de rígidos códigos de moralidade para mulheres de todas as classes sociais.

Enquanto o mundo do trabalho era perigoso para elas e representado com a “metáfora do cabaré, o lar era valorizado como o ninho sagrado que abrigava a rainha do lar e o reizinho da família.” (PRIORE, 2004, p. 588). No entanto, a Segunda Guerra acelerou a tendência que já havia iniciado, pois a força do trabalho feminino vinha gradativamente aumentando na virada do século. De acordo com Lins (2013, p. 228-229),

a Segunda Guerra funcionou como um catalisador, impulsionando mudanças sem precedentes na ocupação feminina, especialmente em relação às esposas. [...]. Inicialmente, a Comissão da força de Trabalho, relutou em encorajar as donas de casa a procurar emprego, enfatizando, ao contrário, as responsabilidades que elas tinham em relação às famílias. Mas muitas cidadãs patriotas, organizações e revistas intimaram as esposas, assim como as mulheres solteiras, a ocuparem os empregos vagos deixados pelos soldados e a preencherem as novas vagas exigidas pela indústria de guerra.

Apesar das mudanças que ocorriam depois da Segunda Guerra Mundial, com o aumento da população urbana e o acesso à informação e ao lazer, continuava-se a acreditar que ser mãe e dona de casa era o único destino das mulheres. Não importavam os desejos ou a espontaneidade, o que prevalecia ainda eram as regras, pois os conselhos das revistas

femininas da época recomendavam não fugir aos “padrões” durante os chamados Anos Dourados. Nesse contexto, eram os homens que escolhiam as “recatadas” e de “boa família”, somente essas tinham a preferência.

Segundo Mary Del Priore (2013), em seu livro *Histórias e Conversas de Mulher*, nos anos emblemáticos de 1970 e 1980, foi uma verdadeira revolução: as mulheres entraram no mercado de trabalho e tomaram pílula. Porém, o nível de violência contra mulheres aumentou e houve até quem as matasse por usar um biquíni, fumar ou assistir *Malu Mulher*, série de televisão sobre uma médica divorciada e emancipada.

A sua condição de inferioridade fez com que, por muitos anos, ela não tivesse direito algum perante a justiça e sociedade. No Brasil, a mulher casada não tinha direitos próprios e sua condição atribuía-lhe o dever de solicitar aos maridos os mais variados tipos de autorizações. O código civil de 1916 definia a mulher casada como incapaz de realizar certos atos e previa que ela necessitava de autorização do cônjuge para exercer diversas atividades, inclusive a de ter uma profissão. Esse cenário apenas sofreu mudanças com a publicação do Estatuto da Mulher casada, 1962, que amenizou as discriminações e emancipou o público feminino em diversas áreas.

A conquista da autonomia profissional, a evolução dos modelos familiares, o controle da procriação transformaram sua imagem e situação social. A presença das mulheres consolidou-se notoriamente no mundo do trabalho no Brasil apenas nos anos 80. De acordo com Bourdieu (2002, p. 108), além da inserção no mundo do trabalho, uma das mudanças mais importantes na condição das mulheres e um dos fatores mais decisivos na sua transformação, “é sem sombra de dúvida, o aumento do acesso das jovens ao ensino secundário e superior.”

O ponto essencial do feminismo, acentuo como conclusão a este pequeno prefácio ao aspecto mais saliente da Revolução Sexual do século XX, é a garantia da igualdade de direitos e segurança da mulher libertada – igualdade de oportunidades na escolha de carreiras e competição promocional; segurança contra abandono, assédio, assalto e estupro; autonomia no comportamento sexual e igualdade nas oportunidades e salários no trabalho. O preço do feminismo é, em suma, o respeito à ética da responsabilidade no casamento, na maternidade e no trabalho. (PENNA, 2003, p. 172).

Entretanto, apesar das inúmeras conquistas, estudos demonstram a persistência de profundas desigualdades entre os dois sexos: desigualdade econômica ou de acesso aos postos de decisão de poder. O caminho das mulheres tem ainda muito chão a percorrer.

5 GÊNERO E LITERATURA: A CONDIÇÃO FEMININA DE FRIDA E LORE

Na literatura, o gênero feminino foi representado, ora dando evidência a preconceitos, ora construindo críticas e denúncias acerca da condição da mulher em determinadas sociedades. Essa representação, na maioria das vezes, foi feita por vozes masculinas, uma vez que os escritores em maior parte, ao longo da história da literatura ocidental, são homens.

De acordo Zolin (2009, p. 2), para ter o direito de falar assegurado, enquanto o outro é silenciado, “o sujeito que fala se investe de um poder advindo do lugar que ocupa na sociedade, delimitado em função de sua classe, de sua raça e, entre outros referentes, de seu gênero, os quais o definem como o paradigma do discurso proferido.” Nos discursos da história, é notável que o sujeito que se expressa é de classe média alta, branco e pertencente ao sexo masculino.

No entanto, o crescimento expressivo do número de mulheres escritoras só se verifica a partir do século XX, como argumenta Zolin (2009):

A considerável produção literária de autoria feminina, publicada à medida que o feminismo foi conferindo à mulher o direito de falar, surge imbuída da missão de “contaminar” os esquemas representacionais ocidentais, construídos a partir da centralidade de um único sujeito (homem, branco, bem situado socialmente), com outros olhares, posicionados a partir de outras perspectivas. O resultado, sinalizado pelas muitas pesquisas realizadas no âmbito da Crítica Feminista desde os anos 1980 no Brasil, aponta para a re-escritura de trajetórias, imagens e desejos femininos. A noção de representação, nesse sentido, se afasta de sua concepção hegemônica, para significar o ato de conferir representatividade à diversidade de percepções sociais, mais especificamente, de identidades femininas antipatriarcais.

No que se refere ao objeto desta pesquisa, as personagens femininas dos romances de imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul são, predominantemente, de autoria masculina e de ponto de vista masculino. Os dois romances em estudo são exemplos disso. Compreendendo essa condição da produção ficcional, apresentamos uma leitura possível das questões de gênero presentes em *Frida Meyer* e em *Um rio imita o Reno*.

5.1 A MULHER ALEMÃ NA SOCIEDADE DE FICÇÃO: OS AUTORES E AS OBRAS

Os romances *Frida Meyer*, de Vivaldo Coaracy, e *Um Rio imita o Reno*, de Clodomir Vianna Moog, surgem como integrantes do conjunto de obras que representam, ficcionalmente, o processo de ocupação, instalação, consolidação, desenvolvimento e superação da imigração alemã, tanto a colonial-camponesa quanto a urbana. Menos

preocupados com abordagens das esferas econômicas e políticas, preocupam-se em desvelar aspectos sociais e culturais, para problematizar a essencialidade das influências na sociedade gaúcha na qual se desenvolveram como presença estrangeira.

Ao abordarem a experiência histórica do imigrante alemão e seus descendentes, os romances analisam, por meio da construção narrativa ficcional, a interferência que a preservação de costumes e da identidade étnica opera no social. Na construção de cada discurso, é possível constatar o olhar atento dos narradores a elementos característicos do pensamento e do modo de viver germânicos, ressaltados pelo uso da língua materna, da conservação da cultura e, principalmente, da valorização étnica como um fator que estabelece a nacionalidade.

Frida Meyer, o primeiro romance em análise, foi criado por Vivaldo Coaracy (1882-1967), o qual, como anteriormente mencionado, nasceu no Rio de Janeiro e desempenhou atividades como engenheiro, jornalista e escritor. Com desejo de estabilidade, foi para Porto Alegre em 1905 e por lá permaneceu por mais quinze anos. Além disso, a experiência profissional como professor na Escola de Engenharia de Porto Alegre também contribuiu para a construção do romance.

A primeira hipótese surge das relações pessoais e profissionais que Vivaldo Coaracy estabeleceu no sul. Ele foi professor na Escola de Engenharia de Porto Alegre, criada em 10 de agosto de 1896, na qual foi expressiva a participação da elite germânica da capital, desde a criação até a formação do corpo docente e do grupo de técnicos. Dentre seus colegas de trabalho, ele cita professores alemães: João Ferlini, João Luderitz, Diógenes Tourinho, Luís Englert, Alfredo Witgen, Manuel Itaquy, Adolfo Stern, Egydio Hervé, Hans Goetze, Jorge Porto, Pereira Neto, Coussirat de Araújo, Rasmussen, Celeste Gobbato, Pita Pinheiro, Pereira Parobé e João Simplício. (AQUINO, 2007, p. 105-106).

No Sul, Coaracy teve a oportunidade de conviver com grupos teuto-gaúchos. Essa experiência é relatada em seu livro *Encontros com a vida* (memórias 1962). Ele confessa que a personagem Frida foi inspirada em uma moça que conheceu quando morou em Porto Alegre:

[...] passou de repente pelo quadro das lembranças a sombra de uma alemanzinha de Porto Alegre. Era uma figura miúda daquela teuta, teuta franzina, teuta de pele clara cantada por um dos poetas do Sul. Não lhe direi o nome verdadeiro, naturalmente. Alguém havia me contado, mexericando, certa aventura meio escandalosa em que a moça andara envolvida. Ocorreu-me que esse caso, bem disfarçado, temperado com os acessórios de outros episódio e personagens, poderia servir de tema de novela. (COARACY, 1962, p. 189-190).

Segundo o autor, até então, nenhuma obra havia sido escrita sobre o universo dos imigrantes alemães: “Que eu soubesse ninguém ainda havia se ocupado em descrever a intimidade da sociedade germânica de Porto Alegre, com suas peculiaridades, em relato isolamento voluntário.” (COARACY, 1962, p. 190). Além disso, “o que lemos em *Frida Meyer* é efetivamente a subjetividade criada com base na observação direta que o escritor fez do real, como ele mesmo testemunha.” (AQUINO, 2007, p. 103).

O autor ainda explica por que o romance não circulou:

O meu romance foi, creio, a última publicação da Editora Monteiro Lobato antes da falência em que submergiu a empresa. O trabalho nem chegou a ser lançado popularmente no mercado. A quase totalidade da edição foi arrolada entre os bens da massa falida [...] Além disso, era livro de autor desconhecido. O seu desaparecimento em meio do fragor da falência sensacional passou despercebido. A crítica dele não tomou conhecimento. Apenas Sud Menuci, em rodapé do Estado de São Paulo, dele se ocupou muito favoravelmente, apontando-lhe qualidades. Caiu sobre a obra um silêncio sepulcral e a edição desapareceu não sei como. Muitos anos mais tarde, por acaso, no Rio de Janeiro, descobri meia dúzia de exemplares, já puídos pelo tempo, numa liquidação de alcaides da Livraria Freitas Bastos. Comprei-os. (COARACY, 1962, p. 192-193).

Por esses contratemplos, *Frida Meyer* foi um romance que naufragou, segundo o próprio Coaracy. Conforme ressalta Aquino (2007), apesar de reduzida circulação, um e outro exemplar da obra ainda existem. Em entrevista sobre seus estudos desse romance, a pesquisadora relatou que fez contato, por telefone, com a filha de Vivaldo Coaracy, a senhora Ada Coracy, buscando informações sobre a história da obra. Ada morou durante quase toda a sua vida na Ilha de Paquetá, Rio de Janeiro, onde foi bibliotecária. Na época da conversa, ela vivia num lar de idosos, no Rio de Janeiro, com quase 90 anos. Dentre outras revelações, Ada destacou suas lembranças de infância referentes às caixas cheias de exemplares do livro que existiam na sua casa, formando uma espécie de depósito. Disse também que o responsável pelo futuro do romance é o seu sobrinho, que vive em São Paulo. Confessou que gostaria muito de ver a obra de seu pai sendo reeditada e em circulação, pois foi um projeto significativo da vida da família. *Frida Meyer* figura como um romance desconhecido. É retirado, em partes, dessas condições pelas poucas pessoas que o leram.

Em *Um rio imita o Reno*, encontramos Clodomir Vianna Moog (1905-1988), um gaúcho natural de São Leopoldo. Filho de pai descendente de alemães e de mãe açoriana, fato que desagradou por completo a família Moog, “pois eles ofereciam resistência a casamentos com pessoas que não fossem de ascendência alemã.” (WEBER, 2013, p. 63). Trabalhou como ensaísta, jornalista, romancista, advogado e político. Na juventude, almejava a carreira militar e, através dessa vontade, mudou-se para o Rio de Janeiro. Porém, como não conseguiu prestar

exame para o ingresso na escola militar, retornou a Porto Alegre e na capital gaúcha concluiu a faculdade de Direito.

Por perder a mãe ainda criança, o autor afirmava que se considerava mais Vianna do que Moog:

Entretanto, o estilo de vida da colônia alemã contrastada com a minha formação doméstica. De maneira que aquilo me chocou. Eles me perguntavam coisas em alemão e eu respondia em português. Era uma fidelidade a figura de minha mãe e a educação que havia recebido. Nossos natais não incluíam a árvore, uma inovação alemã; colocávamos os sapatos nas janelas para o dia seguinte. Ficou muito marcada essa minha resistência a tudo que era germânico. (INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO, 1989, p. 6).

Na mesma época em que *Um rio imita o Reno* surgiu, iniciava também a Segunda Guerra Mundial e ações de Hitler se disseminavam pelo mundo.

Nesse sentido, o mundo pensado pelo romancista, ganha forma por um enredo do que acontece enquanto escreve, ou seja, mais uma vez, é com o presente que o autor lida em seu discurso. [...] O mundo externo delineado pela política de uma nação, dada pelo seu governo, em relação a outras nações transforma-se em mundo interno do romance de Vianna Moog. (AQUINO, 2007, p. 152).

Nesse contexto de batalhas, nasce a história que relata um amor interrompido devido aos preconceitos de raça. Trata-se de um namoro entre um engenheiro amazonense e uma jovem filha de imigrantes alemães, tudo se desenrola na cidade fictícia de Blumental, que, de acordo com Dreher (2006, p. 5), é a cidade natal do autor. “Vianna Moog leva-nos para Blumental, indiscutivelmente, São Leopoldo.” Além disso, o próprio escritor afirma que o romance foi lançado no momento oportuno, pois um livro que tratava de questões de raça surge pouco antes da Segunda Guerra Mundial.

No caso particular deste volume, a primeira circunstância que me ocorre mencionar é a oportunidade do aparecimento. Nisto *Um Rio Imita o Reno* foi perfeito. Apareceu na hora certa, nem antes, nem depois. Nunca os astros se acertaram tanto e tão bem com os deuses no arranjo da melhor oportunidade para o lançamento de um livro. Efetivamente, em fins de 1938 e começos de 1939 os tempos estavam mais do que maduros para o assunto do meu primeiro romance: a história de um amor contrariado por preconceitos de raça: E não só estavam maduros para esse tipo de enredo, como também para a denúncia dos perigos que nos rondavam em consequência dos sentimentos e ressentimentos que a quinta coluna, então muito ativa no Brasil, fomentava em nosso meio. (MOOG, 1966, s.p.).

Ao contrário de *Frida Meyer*, o livro alcançou muito prestígio ganhando duas edições no ano de 1939, “como primeira, de mais de cinco mil exemplares, esgotando-se em três semanas.” (AQUINO, 2007, p. 153). No entanto, alguns críticos ficaram incomodados com a

temática, tanto que o consulado alemão hitlerista se ofereceu para comprar todos os exemplares para evitar a circulação. Porém, “esse fato colaborou para que o autor e a obra ficassem ainda mais famosos.” (AQUINO, 2007, p. 153).

O escritor afirma que em 1943 a Paramount Pictures pretendeu fazer um filme sobre a obra, mas desistiu devido ao contexto da Segunda Guerra Mundial. Além disso, a versão da obra foi publicada em outros países: “Em 1943 foi publicado uma edição espanhola do livro, que rapidamente se esgotou. Em 1965, foi lançada uma edição em língua inglesa em Nova York.” (MOOG, 1966, s.p).

Apesar de *Um rio imita o Reno* ter feito muito sucesso, autores comentam que o escritor foi caindo no esquecimento. Apesar disso, alguns trabalhos acadêmicos foram produzidos em 2011. Nesse mesmo ano, o escritor Luís Augusto Fischer publicou o livro *Vianna Moog. Cadeira 4. Ocupante 3*, no qual se dedica totalmente a estudar o autor, fazendo um retrospecto desde seu nascimento, percorrendo toda sua vida literária até sua morte. De acordo com Fischer (2011), Moog fez faculdade de Direito por ser a única opção de praticar a vida intelectual na época.

Além disso, Fischer (2011) também relata que o escritor abordou problemas reais, destacando o autor juntamente com Gilberto Freyre e Mário de Andrade. Fischer (2011, p. 6) ressalta: “de fato, Clodomir Vianna Moog merece ser muito mais conhecido e mais lido. Por méritos próprios, deve figurar entre os grandes pensadores de sua geração, sem deixar de ser um romancista de méritos.”

Como percebemos, o que marcou profundamente a escrita de Moog foi produzir romances com base nas experiências que vivia. *Um rio imita o Reno* dedica-se a apontar os problemas políticos e culturais decorrentes da presença significativa de alemães em meio à população gaúcha; um livro que contém dados sobre a realidade do mundo alemão reconstruindo toda história de alemães e descendentes no Rio Grande do Sul. Além disso, com base nos relatos de sua vida, podemos supor que o autor é favorável à miscigenação e critica a questão das diferenças de raça.

Por fim, os dois romances estudados foram escritos no período dos 150 anos da imigração alemã no Rio Grande do Sul. Em ordem cronológica: *Frida Meyer* (1924) e *Um rio imita o Reno* (1939), sem desconsiderarmos que existem outros romances posteriores a esses. Os anos de suas publicações são particularmente significativos do ponto de vista histórico: 1924 é o ano do centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul. Curiosamente, é um autor de fora que atribui importância ao evento, por meio da Literatura; 1939 está incluído no período da consolidação do poder e das ideias devastadoras de Adolf Hitler, quando o

nazismo já se estendia sobre o mundo como a grande ameaça à humanidade. Além disso, a experiência histórica dos imigrantes alemães e de seus descendentes é narrada nos romances em análise numa mistura de ficção e história.

5.2 MULHER-SUJEITO DE SUA TRAJETÓRIA DE VIDA: FRIDA MEYER

No romance *Frida Meyer*, de Vivaldo Coaracy, encontramos como parte central da história uma personagem feminina teuto-gaúcha que é apresentada à sociedade germânica urbana, nas imediações da Praça XV, em Porto Alegre; surge, assim, a primeira história de ficção sobre alemães da capital gaúcha.

Frida é a filha mais velha do casal Meyer; além dela, a família possui mais três filhos, Ernesto, Olga e Elsa. Ainda criança, a personagem lembra com pesar a tristeza no semblante da mãe diante de tanta hostilidade do marido. “Desde pequenina vira-se sempre entre a figura silenciosa da mãe tristonha e o egoísmo feroz do pai violento e acre.” (COARACY, 1924, p. 2).

Além disso, ainda com pouca idade, a menina sem nenhum direcionamento familiar fora obrigada a deixar os estudos para contribuir nas tarefas da casa: “Quando completara os quatorze anos, Frida havia deixado o colégio, passava a auxiliar a mãe nas lidas cotidianas.” (COARACY, 1924, p. 6). Sabemos que, culturalmente, a sobrecarga das meninas nas tarefas domésticas sempre foi muito grande, desde cedo as famílias começam a naturalizar que cabem às meninas o papel de cuidadoras, enquanto aos meninos é livre o direito de brincar.

Com a morte da mãe, da qual a família sempre dependeu para sobreviver, pois ela pertencera à burguesia alemã da capital, a personagem Frida depara-se trilhando o mesmo caminho, ou seja, como a mais nova provedora do lar e com grandes responsabilidades sobre os ombros. Desde o seu enterro, os filhos se indagam sobre a imagem apagada que a mãe por anos demonstrou. O pai, uma figura amarga e de pouco afeto, marca profundamente a visão de Frida naquele instante:

Sempre assim o conheceu, rude, autoritário, apagando toda a família diante da sua personalidade, despido de afetuosidades, temperamento azedado pelo meio doméstico, filhos que não desejara e que lhe haviam tratado sem ser chamados, como dizia calmo e brutal quando a ocasião se apresentava. (COARACY, 1924, p. 2).

Com o passar dos dias, a melancolia aumenta com a falta da mãe e pela escassez do dinheiro, que, mesmo ralo, a figura paterna usa o que resta para satisfazer às suas vontades,

sem jamais demonstrar preocupação com o futuro dos quatro filhos. Nesse contexto, Frida enxerga o casamento como a única possibilidade de se libertar daquele mundo hostil.

De acordo com Priore (2013, p. 14), casar era uma forma de proteção, principalmente para moças com poucas condições financeiras: “Sim: só a mulher casada era mulher respeitada. A escolha do cônjuge obedecia a critérios práticos, sem dote e, portanto, sem escolha, as mulheres pobres se amasiavam para ter proteção.” No entanto, a voz do narrador deixa claro que Frida não teria opções de escolha, já que era desprovida de beleza e de grandes fortunas:

E a Frida, a vida apresentava-se assim mais árdua e mais negra. Olhava o futuro em busca da porta por onde fugisse aquela existência e só uma solução se apresentava: o casamento. O marido? Havia de aparecer. Não tinha fortuna, era verdade; mas assim franzina, pequena, loura de feições miúdas, misto de garoto e mulher, sabia-se atraente, picante. (COARACY, 1924, p. 13-14).

Diante das dificuldades financeiras que só aumentavam, Frida se recria, transformando a própria residência em uma pensão, surpreendendo todos da família, principalmente o pai. “E um dia, quando Meyer entrou para o almoço, surpreendeu-o no corredor um balde de cal; mais adiante uma escada de pintor deitada contra a parede; a um canto da sala de jantar uma desordem de móveis retirados dos quartos e para ali encostados.” (COARACY, 1924, p. 5). No entanto, mesmo sem ter outra saída, Meyer dificulta o processo, pois acha que a filha era ingrata e audaciosa para tal feito.

Bufava, num afrontamento de indignação real, e desandou, em dramática tirada, uma série de recriminações sobre a ingratidão dos filhos e os desaforos que era obrigado, na sua idade, a ouvir duma filha sem respeito a quem tinha faltado em tempo o rigor de que era merecedora. (COARACY, 1924, p. 6).

Esse pensamento representava a sociedade porto-alegrense da época, que acreditava que a mulher deveria ser submissa às ordens do pai ou marido, pois “ao sair de casa para trabalhar ou assumir negócios que lhe coubessem por dote ou herança, a mulher assumiria um comportamento visto como masculino. Inaceitável!” (PRIORE, 2013, p. 63). Porém, mesmo não sendo do agrado do pai, caía sobre os ombros da moça o sustento da família: “o problema imediato, urgente era outro. Cumpria manter a casa, pagar o colégio das irmãs, satisfazer parcialmente a sua necessidade de vestir-se bem.” (COARACY, 1924, p. 14). Sua responsabilidade assemelha-se ao que descreveu Belotti (1975, p. 21-22):

As mulheres trabalham, ao menos antes de se casar. Prescindido do problema da dependência econômica da família, poderíamos esperar que o nascimento de uma menina provocasse gritos de júbilo, exatamente por se tratar de um ser produtivo, disposto a trabalhar para levar dinheiro para casa e além disso, abraçar o trabalho doméstico, para qual o indivíduo do sexo feminino será treinado o quanto antes possível e do qual se fará com que não se subtraia mais: um ser dotado de energias formidáveis, de uma força invejável se consegue realizar aquilo que nenhum homem teria a vitalidade de fazer, um verdadeiro expediente triplo, constituído pelo trabalho doméstico, trabalho fora do lar, procriação e educação dos filhos.

Sem maiores instruções e acostumada com a vida do lar, Frida enxerga na pensão a única coisa com que pode trabalhar; dessa forma, mais uma vez rebate o pai que continua desaprovando a ideia: “Só sei ser dona de casa e, portanto, é como dona de casa que tenho que me arranjar.” (COARACY, 1924, p. 15). Além dos motivos financeiros e pela difícil vida em família, o narrador afirma que Frida, em seu íntimo, calculava cada passo e secretamente almejava riqueza e *status* social: “Frida aspirava, em suas ambições de vida elegante e gala social, chegar-se à parte da colônia que lá pelos moinhos de vento levava uma existência de luxo e fortuna [...], era aspiração máxima e secreta dos seus sonhos.” (COARACY, 1924, p. 21).

Após algumas reformas na residência, a família Meyer passa a conviver com três novas pessoas: Henrique de Freitas, a estrangeira madame Servine e um teuto-brasileiro, Germano Weiss, o primeiro namorado de Frida, sobre o qual o autor deixa claro que o namoro alemão tinha algumas “liberdades”, o que não era comum às mulheres brasileiras.

Essa de fato foi uma impressão forte que a colonização alemã causou na América, provavelmente porque na experiência dos imigrantes havia maior igualdade entre homens e mulheres do que na experiência das populações luso-brasileiras (e latinas em geral), como atesta o fato de que desde o século XVI as mulheres de língua alemã aprendiam a ler e escrever, direito este vetado às mulheres dos países latinos, em regra. (AQUINO, 2007, p. 113).

A maior parte das meninas brasileiras da época não aprendia a ler. Passavam a infância aprendendo bordado e costura. “Esperava-se que fossem incultas, piedosas, prisioneiras da casa.” (PRIORE, 2013, p. 19). Namoros permitidos eram aqueles sem consequência, baseados em troca de olhares, suspiros e distrações até chegar o grande dia: o casamento arranjado. Maridos eram escolhidos pelo pai conforme a situação financeira e social.

Com o desenrolar do romance, o narrador afirma que Frida tinha um namoro “de liberdades”, e o pensionista Freitas, movido pela curiosidade, passa a vigiar com interesse cada episódio daquela moça “sem pudores”:

Desde então começou a acompanhar com interesse o namoro de Germano e Frida. Porque era namoro franco, e a alemã, com intimidades grandes e disfarçadas sexualidades hipócritas, incompletas excitações de excessiva proximidade. (COARACY, 1924, p. 24).

De acordo com as expectativas de Frida, o namoro era uma forma de ascender economicamente. Esse pensamento era cultural em seu lar, seu pai também teve essa visão no momento em que formou a família Meyer, já que a mãe era oriunda de uma família com posses. Aos poucos, com a estabilidade da pensão, as questões financeiras foram organizadas e tudo voltou à normalidade na vida da personagem, menos os seus pensamentos, que iam ao encontro também de Freitas, pois a jovem percebeu que ele a notara. Diante disso, o narrador novamente deixa subentendido que a moça agia sempre de maneira “pensada”, bem “articulada”:

Logo, muito astuta, foi maquinando e provocando ensejos em que tal interesse se revelasse mais positivo, para poder determinar-lhe a natureza. Desabrochava-lhe no cérebro afeito os cálculos e a encarar o lado proveitoso dos acontecimentos uma ideia que talvez já de tempo lá estivesse semeada aguardando a hora de germinar. Aquele seria outro e mais gordo pescado em sua rede; não mais um futuro hipotético vencedor, mas quem já o era, assente de maneira firme na vida, com posição e dinheiro. O sentimentalismo dos seus dezoito anos não era freio bastante para a fazer hesitar um momento entre ambos. A simpatia que lhe inspirava Germano, brotada da comunidade de raça, o romantismo aparente deste namoro mais sério e pensado do que os anteriores, fugazes dos quais mal se recordava, não pesavam na balança dos seus cálculos. Era preciso examinar as possibilidades deste outro caso. Daí originou-se a série de pequenos manejos, ocasiões habilmente preparadas com que a matreira foi deitando isca e linha, a forma mais clara. Eram encontros inesperados na penumbra do corredor deserto; eram pretextos de lhe ir levar alguma coisa ao quarto quando ele estava em casa; eram súbitos desajeitos ao se cruzarem pela casa; aqui um casual roçar de mão logo retraída, mais tarde um olhar que desviava presto, como vexado de ter sido surpreendido... E toda essa estratégia sabiamente conduzida, sem implicar compromissos, sem que Germano percebesse. (COARACY, 1924, p. 32- 33).

Madame Servine, muito experiente, nota o conflito que a moça vive e recomenda que ela seja apenas amante de Freitas, o qual jamais levaria jeito para o casamento, porém, se a jovem aceitasse essa posição, poderia desfrutar de uma vida confortável e despreocupada:

O Freitas não é mais criança; deve andar pelos trinta e cinco. É a boa idade; a idade de encontrar uma mulher para fazer dele o que ela quiser, exceto casar... e talvez até casar... já se tem visto disso. Porque, *Fraulein*, todos eles um dia, encontram a Mulher; então pagam tudo por junto... o sonho de todas as moças, o seu também, é naturalmente achar um rapaz do tipo do seu irmão ou do Weiss, que case. Mas, creia o que lhe digo, se uma rapariga inteligente – isto é condição essencial, muito inteligente – tivesse coragem bastante para meter os pés em todos os preconceitos e escrúpulos e agarrar um homem desses no momento justo, na idade de que estou falando, daria o mais acertado passo da sua vida. (COARACY, 1924, p. 89 - 90).

Diante de tal recomendação, Frida fica insegura, pois os valores que recebeu iam contra as palavras de Servine. Além disso, a sociedade prezava muito pela honra da mulher.

A honra da mulher está vinculada à defesa da virgindade ou da fidelidade conjugal, sendo um conceito sexualmente localizado, já que esta é dada pela sua ausência através da virgindade ou pela sua presença legítima com o casamento. Essa ideia é tão poderosa que extrapola a própria mulher, abrangendo toda a família. (SOHET, 1989, p. 303).

Assim, Servine confirma que sua fala é um alerta para um futuro promissor e confortável, pois “a única moral válida é vencer.” A voz do narrador frisa que as ambições de Frida não se concretizariam com Freitas, pois “ela, com certeza quereria casar com ele, Henrique de Freitas, não era homem que casasse e muito menos com uma Frida Meyer.” (COARACY, 1924, p. 30). Apesar dos conselhos da amiga mais experiente, o namoro de Frida e Germano trilhava um caminho natural e sem pressa: “prosseguia na marcha habitual de todos os namoros, sem prejuízo das galanerias trocadas com Freitas, às escondidas. Tudo ia bem e Frida andava satisfeita.” (COARACY, 1924, p. 47).

Ao mesmo tempo, o narrador afirma que a protagonista não queria apenas fugir daquele ambiente de exploração que desde criança se encontrava; almejava mesmo um homem de dinheiro:

Não queria casar-se para levar a mesma vida que a mãe vivera, cativa de trabalhos domésticos e do cuidar dos filhos; bastavam-lhe o exemplo que vira e a experiência por que estava passando. Queria marido que a guindasse daquela existência para o ambiente de conforto, despreocupação e luxo onde se agitavam os Diedmann, os Schack, os Lang e os Thaler. Não queria dar um passo errado que se traduzisse no sacrifício de suas mais intensas aspirações. Era moça ainda, podia esperar. Não conseguisse abocar um homem de posição já feita na vida, como Freitas, estaria pronta a aguardar que o marido abrisse caminho, rasgando uma picada larga na ínvia mata das dificuldades; auxiliando-o-ia lealmente, com todas as forças que fosse capaz. Mas queria estar certa de que ele seria o homem para isso; de que ao fim de muitos anos ela chegaria a meta pré-escolhida. (COARACY, 1924, p. 114).

Após descobrir que Freitas possuía amantes no meio germânico e pelas inúmeras discussões com o pai, Frida passa por cima da moralidade destinada às mulheres e entrega-se a Germano; tudo isso, no momento em que ouve promessas de amor e casamento. “Ele tomou-a nos braços, esmagando-lhe o corpo franzino contra o peito. E ela, sensual e felina, com uma ânsia de voluptuosidade a ferve-lhe no sangue, abandonou-se.” (COARACY, 1924, p. 176).

Por muitas noites, Frida frequentou o quarto de Germano para acalantar os muitos planos feitos por eles. O narrador então se remete a Frida de maneira tendenciosa: “essa foi a

primeira duma série de noites em que Frida foi iniciada na depravação de todas as libidinosidades.” (COARACY, 1924, p. 175). Entretanto, a realidade foi amarga, pois Germano foge para Buenos Aires e deixa a namorada grávida e abandonada.

Dois dias depois da partida, ela recebera uma carta de Germano, escrita em Porto Alegre, mas com a marca do correio de Santa Maria. Longa epístola, cheia de juras de amor e de protestos em que lhe pedia que o não julgasse pelas aparências, que tivesse confiança nele que havia de voltar para cumprir o que devia; que lhe perdoasse o ter partido assim, mas depois do que houvera entre ambos não se sentia com a coragem de dizer-lhe face a face a verdade. (COARACY, 1924, p. 181).

Madame Servine, mais uma vez, entra em ação para solucionar o “problema”, conduzindo a jovem Frida a uma espanhola que fazia aborto no centro de Porto Alegre:

Isto não pode continuar assim, filha... e havia tanta doçura de sentimento, tanta simpatia de compreensão humana na voz da estrangeira, que Frida, quebrada a álgida rigidez da angústia que a vestia, se lhe atirou nos braços numa crise de pranto violento, vertedouro de todas as lágrimas que até então não pudera chorar. A outra passou-lhe o braço sobre os ombros, numa carícia meiga, e aconchegando-a ao colo deixou que aquele desabafo no qual se relaxava a tensão extrema dos nervos da moça seguisse o seu curso natural, sem procurar interrompê-lo. (COARACY, 1924, p. 187).

Como ressalta Soihet, a sociedade sempre julga o aborto como algo arquitetado por uma “mulher”. “Um aborto não seria quase nunca pensamento e obra de uma mulher [...] uma amiga que esteve em condições idênticas e que dá o endereço de uma parteira especialista em abortos.” (SOIHET, 1997, p. 102).

Priore (2011) também apresenta o discurso histórico da época em relação à mulher que cometia aborto:

As causas para tanta “depravação”? A mulher casada que engravida na ausência do marido, a mulher frequentadora do meio chique e cuja gravidez lhe impede de continuar a comparecer as festas e reuniões, etc. A *demimondaine*, perturbadora no exercício de sua profissão por uma gravidez inoportuna, a amásia que se vê surpreendida por uma gravidez inesperada, e finalmente a representante da classe burguesa, cujo modesto orçamento seria desequilibrado pela vinda de uma criança, que tem achado como único recurso para sua situação, a prática do aborto. (PRIORE, 2011, p. 103).

O narrador salienta que Frida encontrou apoio e compaixão na pensionista, mas que jamais apagaría de sua vida a “mancha negra” que deixara.

E quando, já mais calma, Frida se abandonava à reação salutar contra o estaqueamento mental daqueles dias. Mme. Servine foi, com manha diplomática que se enroupava numa profunda e carinhosa comiseração, arrancando sem esforço a

confissão completa de toda a vulgar aventura. Frida ansiava instintivamente por um pouco de simpatia a que se pudesse confiar, por alguém com quem repartir o peso da sua agonia. Encontrou tudo isso na pensionista que lhe escutou a história com um semblante atento revelador de suave tristeza. Mas quando ao fim da narrativa a moça ia recair no desprezo negro das horas passadas [...] (COARACY, 1924, p. 187).

Após tudo ser esclarecido, Servine explica à Frida que era preciso ter coragem para realizar o ato. Entretanto, só coragem não bastava, era preciso também ter forças o suficiente para não deixar que tal procedimento a abalasse para sempre. A personagem promete estar segura, mas no fundo sente espanto com a minuciosa descrição.

E na penumbra da janela, apoiada ao peitoril, cingindo a outra pela cintura, a Servine começou a falar-lhe quase ao ouvido, em voz baixa e insistente longamente. Frida escutava-a com os olhos dilatador de espanto, enquanto um tremor lhe invadia o corpo flébil. Ao longe, sobre o rio silencioso e escuro, as luzes mortiças dos barcos amarrados pontuaram funereamente a tristeza da noite. (COARACY, 1924, p. 188).

Numa situação que jamais sonhou para si, Frida se entrega a Henrique de Freitas, que, além de ser seu amante, passou a ser o provedor da casa dos Meyer. O narrador ressalta que, após cometer o aborto e a encontrar Freitas às escondidas, ela se reergue e retoma a vida: “Frida era outra garota. Transformara-se. Ativa e alegre, não lhe restavam vestígios sequer da mórbida apatia em que se deixava afogar.” (COARACY, 1924, p. 198). No entanto, um dos amigos mais íntimos, prestando atenção nos comentários sobre o “casal”, previne o amigo dizendo que “os Meyers eram marotos e capazes de armar-lhe uma cilada” (COARACY, 1924, p. 201), mais uma vez se referindo à integridade da moça. A voz do narrador confirma essa suposição:

A própria Frida que a princípio se contentava com solicitar indiretamente pequenos presentes de rendas, meias, cortes de vestidos e aceitava fingindo embaraço algumas joias modestas que ele lhe dera, já ia lhe pedindo dinheiro sem simular acanhamento ou inventar pretextos. ELE? sorria sempre e nunca negava. (COARACY, 1924, p. 201).

Além disso, o irmão de Frida, que sempre foi muito ajudado por ela, também se refere à jovem como alguém que não merecesse respeito: “tu é que não podes falar, hein! Olha que eu não me meto com a tua vida!” (COARACY, 1924, p. 202). Contudo, aos poucos Frida se incomoda pelo fato de todos os encontros serem às escondidas, mas se conforma com aquela condição, pois “os seus sonhos, os seus prospectos e planos estavam agora reduzidos a isso: uma concubinação vulgar que lhe proporcionasse uma aparência de lar e lhe desse uma

existência fácil. Frida nunca fora tão sincera, nem consigo mesma.” (COARACY, 1924, p. 222).

Meyer, que nunca cumpriu seu papel de pai, não cansava de repetir à filha

que a considerava igual a última das rameiras, despejando-lhe em cima uma inundação de insultos. Até a casa tinham chegado ecos dos comentários feitos cá fora em redor do caso, rumores do escândalo provocado. As pequenas, que não eram poupadas pela curiosidade indiscreta das colegas de escola, lho atiravam a face, principalmente a Olga, desenvolta e atrevida, que a acusava todos os dias de lhes estar ela prejudicando o futuro. (COARACY, 1924, p. 210).

Quando o caso vem à tona, Freitas recomenda-lhe o precioso mandamento que por séculos recaiu sobre as mulheres: o silêncio.

Ficar quieta é o melhor que tens a fazer: ficar quieta e deixar correr o tempo. Sabes muito bem que fogo que não se põe lenha se apaga por si. É a mesma coisa com todos os escândalos. Se ficarmos quietos, sem dar motivos a mexericos e comentários, daqui a pouco isso passará e com o andar do tempo ficará tudo esquecido, verás. (COARACY, 1924, p. 221).

Diante de tanta pressão, Freitas resolve articular uma reaproximação de Germano e Frida no momento em que descobre que o ex-namorado voltou de Buenos Aires. Assim, tiraria de si aquele “peso” dos ombros. No entanto, Frida, percebendo que novamente seria deixada, indaga-se:

o que podia ser ela agora? Nada mais do que amasia do Freitas. Todo o seu jogo teria de se cifrar em enleá-lo, prende-lo, comprometer-se cada vez mais com ele e de tal forma que o coagisse a obrigação moral de a manter como coisa sua, por-se com ela de cama e mesa. As suas ambições de futuro, os seus sonhos, os seus prospectos e planos estavam agora reduzidos a isso: uma concubinação vulgar que lhe proporcionasse uma aparência de lar e lhe desse uma existência fácil. (COARACY, 1924, p. 222).

O narrador ainda complementa: “nunca ela própria havia visto de modo tão preciso o desenganado estado de espírito a que estava reduzida.” (COARACY, 1924, p. 222). Ela, sem contestar, aceita, pois era uma nova forma de “endireitar” sua vida, que já estava bastante fracassada e bem longe do que a sociedade esperava da jovem moça.

Dessa maneira, Frida galga alguns degraus na sociedade dos teutos e, passando a ser Frau Weiss, é bem recebida na Alemanha, integrando-se ao grupo de Erna Lang, cujo comportamento, mesmo casada, também imita: vai encontrar-se com Freitas num quarto suspeito, na véspera deste viajar de volta para o Rio de Janeiro. (AQUINO, 2007, p. 120).

Por fim, o narrador termina dizendo: “as mulheres antigamente refugiavam-se num convento; hoje refugiam-se no casamento [...]” (COARACY, 1924, p. 246). A mulher naquela época precisava de um protetor. Para isso, devia casar-se. “O amor não era essencial para união matrimonial.” (PRIORE, 2013, p. 47). Vítima de um sistema machista, Frida ainda passa a ser vista como uma prostituta, ou como a forma mais “errada” de ser mulher. Os mesmos olhares que a condenaram não viram as desordens familiares que levaram a jovem Frida a procurar no amor de um homem a fuga de suas desgraças.

5.3 MULHER-OBJETO DE SUA TRAJETÓRIA DE VIDA: LORE WOLFF

Um rio imita o Reno, de Vianna Moog, é um romance que conta a história da pequena cidade fictícia de Blumental e seus habitantes, narrando a paixão do amazonense Geraldo Torres e Lore Wolff, filha de uma família de descendentes alemães, que se identifica com a cultura alemã – apesar de estar diante da conjuntura alemã histórica apenas. O romance é construído em quatro partes, cujos títulos caminham conforme as estações do ano.

Tudo se inicia com a chegada do engenheiro Geraldo no verão, um amazonense, filho de um cearense e uma índia, que recebe a missão de construir na cidade uma hidráulica, a fim de tornar a água potável e acabar com a epidemia de tifo que assombrava o lugar. Durante alguns dias, ele conhece várias pessoas de Blumental; entre elas, Lore, uma jovem loira, que através de seu piano encantou o amazonense: “Quem é? Pergunta, tomado de arrebatamento. - É Lore – responde o promotor. Estudou dois anos na Alemanha. É filha do velho Wolff, o da fábrica das sandálias. Um partidão doutor.” (MOOG, 1943, p. 23).

De acordo com Rempel (2004), o nome da personagem faz uma referência à Lorelei, sereia do rio Reno localizado na Alemanha. O nome provém de lendas germânicas sobre ninfas que viviam nas águas e que, nas noites de lua cheia, entoavam um irresistível canto que fazia os navegantes esquecerem o leme, o que conduzia seus barcos invariavelmente contra as rochas naquele perigoso trecho do rio, lendas que mostram o profundo medo masculino da “mulher peixe”.

Assim, Lore pode ser tida como uma variante de Lorelei que seduz Geraldo não pelo canto, mas pelas músicas que executa ao piano. A primeira menção a isso acontece quando o rapaz passa em frente à casa dos Wolff e “era todos sentidos para um som de piano [...] sentia os graves do piano em todo corpo”. [...] ao ouvir a execução da lenda da Iara, Geraldo, como índio, também “fora arrastado ao abismo pelas seduções de Lore. O piano ao cair das tardes fora apenas o canto da sereia. [...] estava perdido, irremediavelmente perdido, depois que seus olhos de taquiu se encontraram com os da feiticeira branca.” (REMPEL, 2004, p. 46).

Para analisarmos Lore, não podemos deixar de observar as falas de sua mãe, a personagem Frau Marta, a qual não é a protagonista do romance, no entanto, faz com que a heroína seja submissa em toda a obra. De personalidade forte e muito dura, “a mãe de Lore, Frau Marta, era quem realmente mandava na família, não era nobre, mas tinha orgulho da descendência alemã e sentia-se superior a qualquer outro ser pertencente a qualquer outro grupo que não fosse seu patrício.” (SACHINSKI; OLIVEIRA, 2014). Dona de uma voz de tom único, “que traduzia mais ordem do que qualquer convite, o narrador compara o andar de Frau Wolff ao de um bispo sob o pátio.” (REMPEL, 2004, p. 38).

No decorrer da narrativa, Lore expressa a falta de carinho que sentia de Frau Marta e relembra a época da escola, momento em que notara como as famílias brasileiras eram carinhosas com seus filhos.

Como era bonito o abraço brasileiro, um pai acariciando a cabeça da filha. Sua mãe era diferente. Nunca lhe dera um beijo. Não que não a amasse. Mas era o jeito dela. Horror ao sentimentalismo. O pai para evitar os olhares de censura da mãe, até se desacostuma de acarinhá-la. Quanto a Karl, nesse nem era bom falar. Um bruto, com seus ares de superioridade, a querer mandá-la, a querer fazer tudo melhor do que os outros. (MOOG, 1943, p. 107).

Instalado na cidade, todos os fins de tarde, Geraldo caminhava para ouvir o piano de Lore. Além de algo ter despertado o personagem, para ele, não era apenas a música que ouvia, aqueles momentos eram novos e espirituais em sua vida, já que em Blumental ele se sentia em outra Pátria, devido às diferenças culturais existentes. “Seria só por causa do piano? Depois que vira Lore assomar a janela, não devia fazer-se ilusões. Ia por uma e outra coisa. Talvez mais pela pessoa de Lore do que pelo piano.” (MOOG, 1943, p. 36).

Sempre com o desejo de reencontrar Lore, Geraldo viu-se tomado pela paixão, mas sabia das futuras consequências que enfrentaria naquela “Alemanha recriada”. Por isso, percebia que o melhor era recuar; “precisava reagir contra esse sentimento que começava a aninhar-se-lhe no coração.” (MOOG, 1943, p. 50). Convidado para ir à quermesse, uma festa típica do local que ocorreria em benefício do hospital alemão, sentiu-se motivado, pois sabia que nesse local encontraria a jovem: “lá encontrarás a alemanzinha [...] a não ser lá só no tennis.” (MOOG, 1943, p. 54).

Como já referenciado, Lore era uma pianista consumada, surpreendente. Antes do concerto, o famoso violinista Raul Machado sugere que Lore ajude na venda dos ingressos; entretanto, a voz de Frau Marta é quem responde pela jovem: “Impossível – sentencia Frau Marta,

com uma voz implacável, cortante, metálica.” (MOOG, 1943, p. 58). O violinista desculpava-se sobre o contrafeito, pois somente se lembrara de Lore devido à sua experiência nas cidades do norte, onde as moças sempre ajudavam nas vendas sem gerar nenhum problema.

No dia da quermesse, foi a primeira vez que Geraldo sente que ela o notara e o correspondia:

Geraldo sentiu-se perturbado, correu-lhe um frio pela espinha. Era a primeira vez que Lore o fixava assim. Os outros sinais podiam ser discutidos, aquele não. Nesta mesma tarde, ela havia sido cortês com ele como com o violinista e a mulher; sobressaltara-o, porém a falta de um agrado particular, um sinal que traduzisse simpatia, afeição. Estava feliz. Era a primeira prova de afeto, clara, evidente que ela lhe dera. (MOOG, 1943, p. 58).

No decorrer do evento, conversaram sobre os livros que a jovem carregava: Goethe e Napoleão. A moça exclama: “Ah! nem sei como esses livros foram parar aí. Já são um pouco antigos. Mamãe queria queimá-los, depois que descobriu que o autor é judeu.” (MOOG, 1943, p. 59). Como prática cultural alemã, “havia entre os imigrantes uma viva consciência da importância do livro e da leitura, mais ainda entre os luteranos, educados na prática constante da leitura da Bíblia.” (RENAUX; ALENCASTRO, 1998, p. 325).

Diante da conversa literária entre ambos, “Lore olhava para ele, com o olhar maravilhado de quem vê uma estrela cadente dentro da noite. Pela primeira vez Geraldo sentiu que ela tinha orgulho dele. Os seus olhos não mentiam. Ela sentia ímpetos de abraçá-lo e de beijá-lo, ali, a vista de todos.” (MOOG, 1943, p. 61). Ao fim do evento, a despedida de Lore e Geraldo foi mais demorada, apertaram as mãos e combinaram de se encontrar novamente no baile da páscoa, outra festa muito prestigiada em Blumental.

O baile chega e nele fica nítido o namoro dos dois. Lore, ao contrário das outras vezes, perde-se nas horas e aproveita aquele momento ao lado de Geraldo. Na manhã seguinte, a jovem sabia das consequências de voltar tão tarde de um baile e por ter dançando somente com um único par: Geraldo.

Tinha recolhido pela madrugada, às quatro. Nunca lhe sucedera sair tão tarde de um baile. Das outras vezes, ela mesma é quem fazia questão de chegar o mais atrasada possível e sair antes das outras. Desta vez, não. A mãe certamente não havia de gostar. Contanto que não indagasse muito sobre os pares com quem dançara! Conhecia suficiente a mãe, seus escrúpulos e preconceitos contra rapazes brasileiros, para não sentir-se alarmada com a possibilidade dela já estar a par de seu namoro e de vir a saber que; ela dançava quase toda noite de um deles. Que não diria então quando soubesse que sua filha, ariana, estava irremediavelmente apaixonada, por um desses seres, que ela, por princípio, aborrecia e detestava. Ah! Não poderia, nem devia fazer ilusões: teria de atravessar momentos angustiosos, difíceis. Mas havia de lutar, porque de nada lhe acusava a consciência. Evitou o quanto pode gostar de

Geraldo, apesar da perturbação em que ficava quando ele a encarava com o seu olhar insistente magnético, penetrante. (MOOG, 1943, p. 106).

Sabendo do que enfrentaria no almoço de domingo, Lore tomou um banho demorado. Contemplando-se, “tirou o roupão e mirou-se com ternura no espelho: achou-se bonita.” (MOOG, 1943, p. 111). Nesse ritual só dela, fazia tudo sem pressa, “em verdade, procurava apenas retardar a descida para o almoço, a hora terrível dos conselhos de família, das explicações, das contas a ajustar.” (MOOG, 1943, p. 112).

Diante do olhar dominador da figura materna, Lore evitava encarar Frau Marta, até o momento da delicada pergunta: “Então, não se conta nada do baile?” e “quem foram teus pares?” (MOOG, 1943, p. 115). Lore tenta justificar que foram “os de sempre”, porém a mãe é cautelosa em dizer que não admitia “aquele namoro” e que seria um inferno dentro daquela casa se o mal não fosse cortado pela raiz.

Na chegada do outono, a situação entre os dois fica ainda mais difícil, pois a descoberta do namoro de Lore e Geraldo ganha imediata rejeição por parte da família dela, movida, sobretudo, pelo preconceito racial. “Não suporto a ideia de ver-te casada com um homem de raça inferior. Era só o que faltava – afirmou Frau Marta.” (MOOG, 1943, p. 116). O narrador ainda complementa:

Não. Nas veias de Frau Marta não corria sangue nobre, mas ela tinha orgulho de sua raça. Orgulho de descender dos alemães, de haver casado com um filho de alemão. Ela mesma se considerava alemã. A raça nada tinha a ver com o lugar do nascimento. Não, não havia de tolerar a ameaça de um intruso na família, um negro. Para Frau Marta quem não tivesse sangue ariano puro estava irremediavelmente condenado: era negro. Lore havia de casar com um filho de alemão. (MOOG, 1943, p. 116).

Priore (2013) explica que, do ponto de vista dos estrangeiros que nessa época chegaram ao Brasil, ligações entre brancos e negros ou mulatos desaguavam sempre no rebaixamento moral dos primeiros e em repercussões insidiosas sobre a vida social.

Frau Marta é uma personagem marcante no romance. Além de ser a pessoa que mais se opõe ao namoro da filha com o engenheiro, é aquela que comanda a família Wolff. Quem não tivesse sangue ariano puro era denominado negro. Comentava sarcástica sobre suas amigas Matilde e Wilma, que não conseguiram a “proeza” de se casar com um homem de origem alemã, ou seja, um matrimônio com uma “raça inferior”. “Esse vexame ela não perdoaria nunca.” (MOOG, 1943, p. 117).

O preconceito era tanto que chegava a duvidar do trabalho de Geraldo na hidráulica. “Boa coisa não sairia dali. E ainda por cima o diabo do mestiço tomava banho no rio. A!

Daquela água é que ela não ia beber. Da água em que ele se banhava. Viria cheia de sífilis.” (MOOG, 1943, p. 118). No auge de seus pensamentos, imaginava que, para Lore, não faltariam bons partidos de sangue puro, “[...] em Blumental seria quem ela quisesse.” (MOOG, 1943, p. 118). Apesar de tanta repressão, Lore demonstrava alguma autonomia, pois “tinha hábito de sair sozinha de auto, aquela mania de independência [...] tudo resultado de haver transigido em mandar educá-la num colégio católico, junto com moças de outra raça.” (MOOG, 1943, p. 119). Para finalizar aquele momento, Frau Marta frisa: “então estamos entendidas. Não quero mais ouvir dizer que falaste com esse moço.” (MOOG, 1943, p. 118). Após a conversa, a mãe sabendo do total domínio que tinha sobre a filha, divaga: “Era preciso levar a Lore com jeito. Não discutia, mas era teimosa e obstinada, na sua resistência passiva [...] a única naquela casa que ousava enfrentá-la.” (MOOG, 1943, p. 118).

No auge da discussão racial, Lore contesta a mãe com firmeza e simplicidade: “Se não puder me encontrar com ele prefiro não sair de casa.” (MOOG, 1943, p. 119). O irmão Karl, muito parecido com Frau Marta, já casado com uma mulher da mesma etnia, responde enojado: “Que gosto! Querer casar com índio selvagem. Vais ficar viúva ligeiro. Na primeira gripe que bater, ele morre. Deixa chegar o inverno. Raça fraca [...]” (MOOG, 1943, p. 119). Além disso, a esposa de Karl também é completamente apagada pela figura da sogra e do marido; no decorrer do romance, sua voz se resume em curtas passagens. Karl tinha os mesmos valores herdados da mãe. Quando avalia a fortuna da família, o personagem reflete:

Era produto exclusivo do trabalho alemão. Com os colonos alemães é que tinham aparecido as indústrias no Brasil. E considerava com orgulho a ascensão de Blumental, de mera feitoria há cem anos até o parque industrial que lhe valia o nome de Manchester do Brasil. Tudo trabalho dos alemães, como dizia o pastor; o que é o sul do Brasil deve-se ao trabalho alemão. Se fizermos abstração dos alemães, restará apenas uma mísera carcaça. (MOOG, 1943, p. 123).

Chega o tão esperado *kerb*, motivo perfeito para rever Geraldo. Lore já não podia conter a impaciência de rever o amado, porém o irmão ressalta: “Podemos ir agora. Mas antes, tens que assumir o compromisso de não dançar nem falar com o engenheiro.” (MOOG, 1943, p. 137). Frau Marta, que sempre arquitetou planos de manter a família “pura” casando os filhos com alemães, complementa: “De outra forma, não consinto que vás.” (MOOG, 1943, p. 137). Lore, apesar de contrariada, não revida, apenas sai correndo em lágrimas para o quarto e desiste de sair.

Seu destino, entretanto, estava traçado: ela estava prometida a um homem de sua gente, de sua raça. Mas a índia não aceita a imposição e se rebela. Geraldo compara Taparé com Lore. A filha dos Wolff também estava prometida a um homem de sua raça. Qual seria sua atitude? Conseguiria ela enfrentar Frau Marta? (REMPEL, 2004, p. 46-47).

Enquanto isso, uma alegria tomava conta do salão e Geraldo, esperançoso de encontrar Lore, notara que algo aconteceu. “Teria adoecido?” (MOOG, 1943, p. 150). Porém, ao fim da festa, compreendeu que a alemã não veio porque a família se opusera. Principalmente sua mãe “não queria namoros com brasileiros não arianos. Era da elite da cidade, da igreja protestante evangélica de língua alemã.” (MOOG, 1943, p. 160).

Percebendo que o romance teria futuro, no inverno, Frau Marta e família resolvem fazer um acordo com o atual prefeito, oferecem apoio à sua reeleição desde que, em contrapartida, Geraldo fosse mandado para longe da cidade. Dias se passam e o telegrama arquitetado pela família de Lore chega e com ele a dispensa do engenheiro: “Suspenda obras, dispense o pessoal, embarque urgente.” (MOOG, 1943, p. 190). A situação do casal protagonista fica ainda pior e há um rompimento. Geraldo é obrigado a ir para o Rio de Janeiro e Lore adoece com febre tifoide devido aos serviços da hidráulica serem suspensos, chegando perto da morte. O irmão Karl reflete a respeito da postura rígida da mãe:

Sim, todos tinham culpa no caso: o pai, porque concordava em subordinar seu apoio ao major a tal condição; o major porque capitulara; ele, Karl porque achara excelente solução. Ah! Mas a grande responsável era sua mãe. O velho coitado, só fizera como das outras vezes, submeter-se à vontade forte da mulher. (MOOG, 1943, p. 220).

A normalidade só retorna na primavera, última parte do romance; assim como a natureza se renova, a história também vai florescendo. Frau Marta descobre que sua família tem descendência judaica, o que a exclui do “puro sangue ariano”, com tamanha decepção, ela muda o comportamento frente à família Wolff, tornando-se triste e desolada. “O bisavô da família tinha sangue judeu. *Um rio imita o Reno* apresenta, portanto, a insustentabilidade da posição de Marta Wolff, que condenava a mistura entre raças.” (REMPEL, 2004, p. 40).

Lore sofre com a falta de Geraldo; entretanto, não se manifesta contra a palavra final da família. Mesmo triste, conforma-se com sua realidade imposta:

Num instante a lembrança de Geraldo apagou a presença da primavera. Ela lhe visitava a todo momento a imaginação. Já não tinha esperanças de vê-lo. Sabia que o perdera para sempre, que ele nunca, nunca perdoaria a ofensa dos Wolff. Mas como

ela o amava ainda! Como o sentira agora como parte da paisagem, como coisa da terra. Ele era moreno como o chão do pátio, como a casca dos pinheiros, tinha a poesia no vento, a força do sol. Era filho duma terra nova, duma raça adolescente, duma civilização diferente da europeia, duma civilização sem preconceitos absurdos, sem a obsessão do heroísmo e da guerra. Geraldo estava, sim, na paisagem. E por isso ela desejava fundir-se com a paisagem, dissolver-se nela, num abandono comovido. (MOOG, 1943, p. 234).

Após se recuperar da doença, a amiga Alzirinha, professora na cidade, narra a Lore os preconceitos aos quais as mulheres em Blumental estavam sujeitas, principalmente quando as jovens se envolviam em namoros.

Os colonos a estimavam, tudo corraera bem até o momento em que o pastor protestante começara a hostilizá-la. Ultimamente chegara a conseguir que alguns habitantes do lugar fizessem uma representação contra ela ao Secretário de Educação porque a tinham visto a passear com seu noivo pelos arredores. – Vê, Lore, ao que a gente está sujeita [...] (MOOG, 1943, p. 236).

A amiga ainda encoraja Lore, ressaltando que, após a revelação do primo Otto sobre as origens familiares de sua mãe, era difícil a Frau se opor ao namoro. No mesmo momento, Alzirinha também se ofereceu para escrever a Geraldo, porém Lore continuava contrária: “não Alzira. Muito obrigada. Eu te peço que não escrevas.” (MOOG, 1943, p. 238). Lore, em seus pensamentos, sabia que quem deveria escrever a Geraldo não era sua amiga, e sim ela própria e internamente se indaga: “mas ainda teria coragem e força para isso? E que faria Geraldo? Responderia?” (MOOG, 1943, p. 238).

O contexto histórico conta que maridos eram quase sempre escolhidos pelos pais, avaliando critérios econômicos, raciais e sociais. Desde o século XVII, manuais de casamento prescreviam as melhores regras para consumir o matrimônio com sucesso. Priore (2013) ressalta: “o importante era casar com um igual.” Os manuais de casamento prescreviam que as pessoas não poderiam ter origens sociais ou religiosas diferentes; casamentos de pobre com rico, de branco com negro. Graças aos casamentos indicados, as famílias renomadas aumentavam sua área de influência.

Maridos eram escolhidos pelo pai, segundo critérios, segundo critérios econômicos e sociais. Para muitas, o matrimônio era um drama penoso: A medida que o padre falava, sua voz se tornara fúnebre e as palavras ressoavam no salão como se ele abençoasse uma sepultura que ia se fechar [...] quando ele uniu as mãos do casal, a noiva parecia quase desfalecer, seu rosto traduzia uma terna submissão diante da fatalidade das coisas. (PRIORE, 2013, p. 19).

De acordo com Rempel (2004), era consequência da tradição alemã, para qual a palavra *verbotten* (proibido) era sagrada. Proibido! Tudo era proibido. Por isso, quando Lore sabe da partida de Geraldo de Blumental, desiste de lhe escrever.

Não escreveria a Geraldo. Ele era digno de um destino melhor. Se casasse com ela, por mais que quisesse evitá-lo, na sua pessoa havia de ver sempre, em cada traço, a presença de seus perseguidores. Ele precisava casar com uma mulher do seu povo, de uma raça cordial, suave, sem a carga pesada de ódios seculares estuando no sangue; de uma raça sem preconceitos de superioridade, sem desejos de vingança, mas crente no sonho cristão da fraternidade universal. (MOOG, 1943, p. 239).

O casamento com “gente igual” era altamente recomendável; aos poucos, eram os jovens que rompiam com essa tradição infundada. Porém, a personagem Lore não rompeu com os pensamentos familiares, talvez por medo e submissão à mãe, preferiu aguardar os futuros pretendentes que viriam da guerra, como descreve o narrador:

Ela, Lore, ficaria, já agora, esperando o alemão que os pais haviam ambicionado. Eles não vinham agora. Viriam depois. Depois da nova guerra. E Lore pensou com um rictus de desespero nos lábios na caravana de necrosados, de neurastênicos, de estropiados, que a Alemanha ia despejar pelo mundo [...] Um desejo de aniquilamento apoderou-se de Lore. Teve de novo vontade de morrer. (MOOG, 1943, p. 239).

Por fim, além de submissa, percebemos que Lore não era apenas vítima da política racista que a afastou de Geraldo. Muito antes de esse aspecto prevalecer sobre seu namoro, outro ponto importante e único a incomodava: “a rigidez, a frieza, a ausência de expressão de sentimento por parte de sua família” (REMPEL, 2004, p. 47), sobretudo, na figura materna. No entanto, Frau Marta também foi vítima de um sistema patriarcal do qual herdou alguns valores, ou seja, aprendeu com seus antepassados conceitos de religião, ética e moral; com base nisso, desenvolveu um olhar preconceituoso e limitado sobre seu entorno e sobre a própria mulher.

5.4 FRIDA MEYER X LORE WOLFF: SEMELHANÇAS E CONTRASTES NA CONSTRUÇÃO DAS PERSONAGENS

Apresentamos como *corpus* dois romances históricos que tratam da imigração alemã no sul país. Na análise das obras, levantamos algumas hipóteses, principalmente no que diz respeito à construção da mulher enquanto personagem e à relação histórica com a sociedade na qual estão inseridas.

Pontualmente, analisamos como Vivaldo Coaracy em *Frida Meyer* (1924) e Vianna Moog (1939) em *Um rio imita o Reno* constroem suas personagens femininas. Os dois autores retrataram mulheres descendentes de imigrantes do século XX, as quais de alguma forma rebelaram-se ou se submeteram aos modelos predestinados às mulheres da época.

Notamos que o narrador de *Frida Meyer* escreve de maneira mais estereotipada e preconceituosa, sendo visíveis suas passagens no decorrer da obra, pois, faz juízo, se afasta, se esconde e muitas vezes se associa a ela. No entanto, é relevante considerar a época em que esse romance estava inserido, pois, talvez, tenha representado a mulher da maneira como sempre foi: rotulada. Esther Trew (2007), em sua tese de doutorado, constatou que o recurso literário para os autores que criaram uma mulher, aparentemente autônoma, era, igualmente, sua morte, de uma maneira ou de outra.

Frida apresenta-se como sujeito de sua própria vida, trabalha na pensão que criou, tem um amante, cuida das finanças da família e chega a cometer aborto, ou seja, ações que rompem com os moldes “corretos” de boa mulher. No entanto, embora seja retratada fora do padrão ideal do século XX, ela serve apenas para representar um modelo de conduta desviada, sofrendo a punição de se contentar com um casamento arranjado com o ex-namorado que a enganou e a abandonou grávida. Tudo isso, para ser aceita na sociedade germânica de Porto Alegre, ou seja, através do casamento seu passado negro seria “consertado”.

O narrador, que se apresenta na terceira pessoa, em vários momentos condena a conduta da personagem, punindo as mulheres que querem fugir dos padrões, restando a elas nada mais que aceitar sua condição de inferioridade e submissão, esperando o tão sonhado matrimônio para ascender socialmente e fugir do ambiente hostil de suas famílias.

Em *Um Rio imita o Reno*, a personagem em análise na obra, Lore Wolff, embora o narrador não a rotule, é representada como frágil e submissa, não rompendo com os padrões impostos pela família, nem fugindo muito do “destino” submisso das mulheres. A personagem, portanto, não consegue quebrar o estereótipo da dominação familiar e masculina, que nessa obra é representada pela figura do irmão.

Dessa forma, podemos perceber que o narrador não rotula a personagem; além disso, mostra as dificuldades enfrentadas pela jovem num meio em que a raça e poder se sobressaem acima de qualquer coisa. No entanto, descreve uma Lore objeto, submissa e sem poder de decisão.

Por fim, embora as duas personagens representem dois movimentos diferentes, construídos em caminhos opostos, ambas apontam para a mesma direção em relação à inferioridade e dominação, sem jamais fugir dos preceitos familiares ou em nome da moral da

sociedade do século XX. Porém, apesar dessa semelhança, as duas não podem ser incluídas num mesmo patamar, pois, Frida Meyer nasce numa capital, filha de uma família sem grandes posses, o que a deixa mais autônoma e liberta, sendo encorajada apenas a lutar pela sobrevivência. No entanto, Lore Wolff está inserida numa pequena cidade com costumes de aldeia e numa classe social alta que possui um sobrenome a zelar. Desde muito cedo tem uma vida confortável e tranquila, o que a torna sem grandes emoções e com um futuro pré-escolhido, tornando-a uma personagem inquietante que encontramos mais no silêncio do que na fala.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inúmeras e visíveis diferenças entre os sexos sempre foram valorizadas ao longo dos séculos, em todas as partes do mundo. Algumas culturas associaram a figura feminina ao pecado e à desvirtuação do homem. Da mesma forma, a mulher foi também associada à ideia de fragilidade, colocando-a em uma situação de total dependência da figura masculina, seja do pai, irmão ou marido, dando origem aos moldes de uma cultura patriarcal e machista. Assim, esse modelo vigiaria a mulher antes e depois do matrimônio por meio de severos olhares masculinos e também femininos. Ou seja, o casamento enquanto ritual marcaria a origem de uma nova família, na qual a mulher assumiria o papel de mãe e passaria das “mãos” do pai para as do futuro marido.

Diabolizadas nos discursos religiosos e submissas na sociedade, as mulheres simbolizavam também a honra da família. Namoros reprovados, represálias na sexualidade, casamentos arranjados eram fatores que rondavam o “recatado” mundo das mulheres. Não faltou quem lhes quisesse impor a castidade como regra; afinal, o adultério feminino levava a terríveis consequências, especialmente de perder o direito à herança.

A educação do público feminino era pautada nos serviços domésticos, na criação dos filhos e na serena vida do lar. Esses e outros tantos ensinamentos que eram destinados somente a elas repercutiam também na literatura, já que as mulheres conquistam o direito à leitura, porém alguns livros eram proibidos ou lidos sob tutela:

Assim, se a educação das mulheres era vital para consolidar a revolução burguesa, ela também acarretava riscos, corporificados nos livros lidos, na cultura adquirida, na igualdade que esboçava [...]. A instrução, concretizada em saber e ação, tornava-se perigosa e cabia advertir para a importância de fixarem-se os limites e censurarem-se os excessos. (ZILBERMAN; LAJOLO, 1996, p. 238).

De “Evas a Marias”, nos romances e nas histórias infantis, elas também foram representadas de maneira negativa, principalmente nos clássicos. Classificadas como sedutoras e insignificantes, são, portanto, fúteis e desprovidas de inteligência, aprendendo desde cedo a serem românticas e submissas. “Além dos contos de fadas, todos os meios de comunicação familiar e escola colaboram para isso.” (LINS, 2013, p. 172).

No entanto, ao longo da humanidade, a mulher sempre desempenhou um papel importante no desenvolvimento das sociedades. Nas comunidades de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, não foi diferente. Protagonistas de boa parte da história das colônias,

mesmo que não reconhecidas, elas foram fundamentais para o desenvolvimento econômico, cultural e social do estado que se formava.

Embora se possa dizer que há um bom número de estudos relativos à história da imigração e da industrialização no Brasil, ainda muito pouco foi feito no sentido de se focalizar a presença feminina nesse processo. Sabemos, entretanto, que era significativo o número de mulheres e crianças imigrantes e que essa força de trabalho, abundante e barata, era maioria. (PRIORE, 2004, p. 580).

A própria representação da imagem das mulheres imigrantes alemãs como donas de casa reforçou a invisibilidade de sua contribuição. “Após os afazeres poderia dedicar-se aos trabalhos de agulha e à literatura sentimental.” (PRIORE, 2004, p. 290). Dessa forma, a mulher na nova terra excluía-se cada vez mais dos interesses econômicos que garantiam a riqueza da família. Assim, a figura masculina imigrante sempre foi muito valorizada em comparação com a figura feminina, mesmo que ambas tivessem a mesma importância nesse processo.

Ainda fundamental no sistema imigratório e na formação do estado do Rio Grande do Sul, a mulher não era vista como parte desse movimento, mas como um mero adereço, “uma figura que nada mais faz do que cumprir o seu ‘papel de mulher’. Porém, cada gesto, cada atitude, deixa latente, mesmo que de maneira subjetiva, seu verdadeiro objetivo: ser mais do que dona-de-casa, ser a dona da casa.” (FERRAZ, 2012, p. 2).

A imigração alemã, conforme descrita, não se deu de maneira forçada, uma vez que migrou de livre e espontânea vontade. Entretanto, esse processo aconteceu, também, por falta de opções, já que, naquela época, não havia na Alemanha condições de sobrevivência. Embora algumas falsas promessas tenham sido disseminadas pelo Império brasileiro, os alemães criaram um ambiente propício para desenvolver o estado do Rio Grande do Sul e também o país.

O ano de 1824, além de uma possibilidade de um novo lar, representava para os imigrantes um recomeço longe da fome, das doenças e o início de uma nova história. Mesmo com as inúmeras dificuldades iniciais, igrejas, clubes e escolas foram construídos e o Rio Grande do Sul passa a apresentar uma nova face e uma nova economia.

De acordo com relatos históricos, a posição da mulher alemã nesse período imigratório se destinava ao espaço doméstico, cabendo a ela a educação dos filhos e a administração de tudo que se referia a casa. Além das diferenças culturais, a mulher alemã deslocou sua identidade para um novo espaço social desconhecido. Nas colônias permaneceram isoladas e

com saudades da terra mãe, muitas delas viveram melancolicamente essa árdua adaptação ao mundo novo.

Por meio da análise das obras *Frida Meyer* e *Um Rio imita o Reno*, podemos notar como a literatura possibilita a compreensão sobre determinado contexto histórico por eles representado. As duas obras referenciadas neste trabalho apresentam como tema central a imigração alemã no Rio Grande do Sul, retratando o modo de vida teuto-brasileiro e as inúmeras dificuldades relacionadas ao trabalho, à adaptação, à cultura e ao preconceito. Dessa forma, podemos afirmar que o universo literário é uma importante ferramenta de avaliação histórica, podendo assumir o papel de contar fatos históricos que estavam imersos nos romances.

Há ainda algumas peculiaridades que não foram mencionadas anteriormente. *Frida Meyer* apresenta a imigração alemã retratada sob a ótica dos brasileiros, relatando, por exemplo, as diferenças do namoro alemão comparado ao brasileiro, o estranhamento em relação aos estereótipos físicos da mulher descendente. Já em *Um rio imita o Reno*, a narrativa se dedica em promover a descrição do imigrante alemão, que, por sobrevivência numa terra desconhecida ou talvez por um instinto de nacionalidade, discriminava outros grupos raciais, por não serem arianos na nova terra. Aliás, a discriminação, o trabalho e o conflito de interesses entre os integrantes da própria comunidade alemã, namoros entre “iguais” também são retratados na obra de Moog.

Enquanto Moog focou a ideia da não integração cultural dos descendentes teutos, Coaracy mostrou que o personagem brasileiro sentia-se bem e muito acolhido nesse meio. São dois romances escritos praticamente no mesmo período, com diferença de apenas quinze anos, mas que narram histórias completamente opostas.

Frida, apesar de contrariada pelo pai e pelos preconceitos estabelecidos naquela sociedade, é uma personagem com atitudes consideradas inovadoras, principalmente para uma época de repressões, que recaiam muito mais sobre o sexo feminino. Já Lore, ao contrário de sua mãe Frau Marta, não se enquadra no modelo alemão estereotipado, ou seja, não é forte, determinada, nem impõe sua vontade ao meio que pertence.

Submissas ou rebeldes, estereotipadas ou singulares, acanhadas ou guerreiras, objetos ou sujeitos, Frida e Lore são duas personagens que nos fazem questionar o papel da mulher na primeira metade do século XX e também sobre as mudanças já conquistadas – mas não concluídas após o período em que as obras foram escritas.

Segundo Muraro e Boff (2002), o desafio atual consiste ainda em desmontar a dominação dos homens sobre as mulheres, que desumanizou a ambos, mas principalmente o

sexo feminino, mediante símbolos, linguagens, formas de exercício de poder, instituições, visões de mundo, valores e religiões que leram a marca do antifeminismo e da continuada exclusão da mulher nos processos de decisão.

Por meio do estudo desenvolvido, notamos que as mulheres imigrantes alemãs foram protagonistas de boa parte da história nas comunidades; mesmo apagadas de registros históricos e sem reconhecimento, elas foram importantes para o desenvolvimento econômico e cultural naquele período. Além de passarem pelo processo de adaptação ao novo mundo, precisaram adequar-se aos preceitos exigidos à mulher do seu tempo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcia. *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado das Letras, 1999.
- ALVES, Branca Moreira, PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- AMORIN, M. M. *Revolução francesa e feminina*. 2010. Disponível em: <www.revistahistoria.com.br/secao/revolucaofrancesaefeminina>. Acesso em: 3 jul. 2016.
- ANDRADE, Mário de. *Amar, verbo intransitivo: idílio*. São Paulo: Martins, 1998.
- APPLE, Michel. *Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa da história e ideologia*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 64, fev. 1988, p. 14-23.
- AQUINO, Ivânia Campigotto. *Construções narrativas: literatura e história*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2016.
- AQUINO, Ivânia Campigotto. *A representação da etnia alemã no romance sul-rio-grandense*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2007.
- ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Ediouro, 1992.
- ASSIS, Machado de. A nova geração. In: _____. *Obra completa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973. p. 830. v. 3.
- _____. *Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade*. In: _____. *Obra completa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973. p. 801-809. v. 3.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: A teoria do romance*. São Paulo: EDUNESP, 1998.
- BARTHES, Roland. O discurso da História. In: _____. *O Rumor na Língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BAUMGARTEN, Carlos. *A crítica literária no Rio Grande do Sul. Do Romantismo ao Modernismo*. Porto Alegre: Instituto Estadual do livro; EDIPUCRS, 1997.
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo: fatos e mitos*. 4. ed. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

BELOTTI, Elena Gianini. *Educar para a submissão*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Vozes, 1975.

BOMENY, Maria Helena. “Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado novo”. In _____. PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1979.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kuhner, 2 ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CABALLERO, Cecília. A Gênese da exclusão: o lugar da mulher na Grécia Antiga. *Sequência*, Florianópolis, v. 38, p. 125-134, 2001.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 1969. v. 2.

_____. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. *Literatura e sociedade: ouro sobre o azul*. Rio de Janeiro, 2006.

_____. Aparecimento da ficção. In: _____. *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. v. 2.

CARNEIRO, Maria Luiz Tucci. Literatura de Imigração: memórias de uma diáspora. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 1997.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. Paris: Ed. Du Seuil, 1997.

CÉSAR, Guilhermino. *História da literatura no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1971.

CONCEIÇÃO, Kátia Cilene S. S. Conceição. *A personagem feminina na obra de João Simões Lopes Neto: uma releitura do mito de Lilith*. (Dissertação de mestrado). Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007.

COARACY, Vivaldo. *Frida Meyer*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924.

COARACY, Vivaldo. *Encontros com a vida (memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

GARCIA, Lucia dos Santos; CONFORTO, Ecléia. *A inserção feminina no mercado de trabalho urbano brasileiro e renda familiar*. Disponível em <<http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H7-03.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

DREHER, Martin. O Fenômeno Imigratório Alemão para o Brasil. *Estudos Leopoldenses*, v. 31, n. 142, p. 59-82, maio/jun. 1995.

_____. O desenvolvimento econômico do Vale do Rio dos Sinos. *Estudos Leopoldenses – Série História*, São Leopoldo, Unisinos, v. 3, n. 2, p. 49-70, 1999.

ECO, Umberto. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

ESTIMA, Vinicius Marques. *A História da literatura do Rio Grande do Sul, de Guilhermino Cesar: o inventário do período de formação da literatura sul-rio-grandense*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2009.

FAÉ, Geneviève; ZINANI, Cecil Jeanine Albert. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n. 37, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/cadernosdoil/>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

FAGUNDES, Antonio Augusto. Alemães no RS, hino de guerra, canção de amor. In: GERTZ, René et al. *Nós, os teuto-gaúchos*. 2. ed. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 1998.

FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. 2. ed. São Paulo: Ed. da USP, 2000.

FAVARO, Cleci. *Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências – Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul -1875/1950*. 1995. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

FERRAZ, Ana Paula Moutinho. *Vozes e Silêncios: Memória, identidade e representação da mulher “colona” do vale Paranha*. Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST. São Leopoldo: EST, v. 1, 2012. | p.1373-1382.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

FISCHER, Luis Augusto. *Literatura Gaúcha*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

FISCHER, Luis Augusto. *Vianna Moog. Cadeira 4. Ocupante 3*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011.

FISCHER, Luis Augusto. Introdução geral à alma alemoa. In: GERTZ, René et al. *Nós, os teuto-gaúchos*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

FOCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1993.

FRANCO, Jean. Sentido e sensualidade: notas sobre a formação nacional. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FREITAS, Maria Teresa de. *Literatura e História*. São Paulo: Atual, 1986.

_____. *Romance e História*. *Uniletras*, Ponta Grossa, n. 11, dez. 1989.

GAMA, M. S. L. O mal considerável da maior parte dos romances. *Correio Mercantil*, p. 2, 12 fev. 1859.

GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX: 1850-1889*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/ANPUH/RS, 2004.

GERTZ, René E. Os cidadãos teuto-gaúchos. In: GERTZ, René et al. *Nós, os teuto-gaúchos*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

GONÇALVES, Ivani Calvano. *Dois desafios, dois mundos: a construção da personagem feminina em Eça de Queiroz e Josué Guimarães*. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração e Colonização Polonesa do Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós – modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO (RS). Vianna Moog. Porto Alegre: IEL, 1989.

INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO. *Josué Guimarães: escrever é um ato de amor*. Porto Alegre: IEL, 2006. (Coleção autores gaúchos).

KULMANN, Mariana Corallo M. de A. A Imigração Alemã na Literatura Brasileira: *uma breve análise*. Revista Anagrama: Revista científica interdisciplinar da Graduação. Ano 3 – Edição 3 – Março – Maio de 2010, São Paulo.

KREUTZ, Lúcio. Escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul: perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira. *Os alemães no Sul do Brasil*. Canoas: Ed. da Ulbra, 1994.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul: uma interpretação sociológica*. 2. ed. Porto Alegre: Movimento, 1982.

LANG, Guido. A colonização westfaliana. In: GERTZ, René et al. *Nós, os teuto-gaúchos*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

LINS, Regina Navarro. *O livro do amor: Da Pré História à Renascença*. Volume 1, 5ª Ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2015.

_____. *O livro do amor: Do Iluminismo à atualidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2013. v. 2.

LLOSA, Mario Vargas. *La verdad de las mentiras*. Santiago: Punho de Lectura, 2002.

- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. Tradução Alfredo Margarido. Lisboa: Editorial Presença, 1962.
- LUKÁCS, Georg. *Ensaaios sobre literatura*. Tradução Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- LUKÁCS, Georg. *The Historical Novel*. Nebraska: Nebraska University, 1993.
- MACEDO, José Rivair. *A mulher na idade média*. 5. ed: São Paulo: Contexto, 2002.
- MACHADO, Dyonélio. *Os fundamentos econômicos do regionalismo*. Província de São Pedro, Porto Alegre, n. 2, p. 128-130, set. 1945.
- MACHADO, José Olavo. *História de Santo Ângelo – das missões aos nossos dias*. Santo Ângelo. Gráfica Santo Ângelo, 1981.
- MAGALHÃES, Dóris et al. O empreendimento da Fazenda do Mundo Novo. In: REINHEIMER, Dalva Neraci (Org.). *Terra, Gente e Fé: aspectos históricos da Taquara do Mundo Novo*. Taquara: Faccat, 2005.
- MALLARD, Leticia et al. *História da literatura: ensaios*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.
- MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MOOG, Clodomir Vianna. *Um rio imita o Reno*. Porto Alegre: Globo, 1943.
- MOOG, Clodomir Vianna. “Prefácio”. In: *Um rio imita o Reno*. 8 ed. Porto Alegre: Delta, 1966. s.p.
- MORAES, Carlos Dante de. *Condições histórico-sociais da literatura rio-grandense*. Província de São Pedro, Porto Alegre, n. 19, p. 7-18, 1954.
- MOREIRA, Maria Eunice. *Regionalismo e literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST- ICP, 1982.
- MORETTI, Franco. O século sério. *Novos Estudos CImEBRAP*, n . 65, p. 3-33, mar. 2007.
- _____. O século sério. In: MORETTI, Franco (Org.). *A cultura do romance*. São Paulo: CosacNaify, 2009.
- MULLER, Telmo Lauro. Negros de fala alemã. In: FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René (Coord.). *Nós, os teuto-gaúchos*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998. p. 239.
- MURARO. Rose Marie. *A mulher no terceiro milênio*. 5 ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

OLIVEIRA, Anay Stela; KNONER, Salette Farinon. *A construção do conceito gênero: uma reflexão sob o prisma da psicologia*. Blumenau: FURB, 2005.

PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PAREDES, Glodomiro. *Poetas e poesia*. Arcádia, jornal ilustrado, literário, histórico e biográfico. Rio Grande, 1869. (3ª Série).

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005

PENNA, José Osvaldo de Meira. Breve perspectiva histórica do feminismo nascente. In: *Revista Brasileira*. Fase VII, abril – maio- junho, 2003.

PIERUCCI, A. F. *O Desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

_____. Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 37, 1998.

_____. *A psicologia social das religiões mundiais*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 309-346. (Ensaio de Sociologia).

PINHO, Adeíto Manoel. *A Condessa da maldade: formação da personagem feminina no romance brasileiro do século XIX*. In: *Léngua e meia: Revista de Literatura e Diversidade Cultural*, A13, nº 6, 2014.

PIRE, Maria Isabel. O imigrante alemão no romance brasileiro da segunda metade do século XX. In: BESSE, Maria Graciete; TONUS, José Leonardo; DALCASTAGNÈ, Regina (Coord.). *La littérature brésilienne contemporaine Iberic@l. Revue d'études ibériques et ibéro-américaines*, n. 2, p. 97-105, 2012.

PRIORE, Mary Del. *Mulheres no Brasil Colonial*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *História das Mulheres no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2011.

_____. *Histórias e conversas de mulher*. São Paulo: Planeta, 2013.

POZENATO, José Clemente. *O universal e o regional na literatura gaúcha*. Porto Alegre, Movimento, IEL/SEC, 1974.

REDEL, Elisângela. *Entre a ciência, a crítica e o drama: o imigrante alemão em Canaã, Um Rio Imita o Reno e A Ferro e Fogo*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2014.

REMPEL, Viandara Cristina. Racismo e ideologia em um Rio imita o Reno, de Clodomiro Vianna Moog. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.

RENAUX, Maria L.; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: NOVAIS, Fernando A. *História da vida privada no Brasil: Império, a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *O outro lado da história: o papel da mulher no Vale do Itajaí 1850-1950*. Blumenau: Ed. da FURB, 1995.

ROCKENBACH, Sílvio Aloysio. Nas ondas do rádio. In: GERTZ, René et al. *Nós, os teuto-gaúchos*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

SACHINSKI, Juliana Bezerra Oliveira; MEDEIROS, Marcia Maria de. *A identidade dos descendentes de alemães em Um rio imita o Reno, de Vianna Moog*. Dossiê História e literatura no século XIX - v.3, n. 1, abr. 2014.

SANSEVERINO, Antonio Marcos V. Videiras de Cristal: Jacobina Maurer: a identidade do imigrante. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira. *Os alemães no Sul do Brasil*. Canoas: Ed. da ULBRA, 1994.

SANTOS, Elaine. *Gênero e literatura gaúcha*. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/or/genero/litgaucha.html>>. Acesso em: 19 out. 2016.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 20 n.2, jul/dez, 1995, p. 71-99.

SCOTTI, Zelinda Rosa. Imigrantes alemães: por uma contextualização para internamentos no Hospício São Pedro. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 26, n. 1, jan./jun. 2013.

SELL, C. E. *Sociologia clássica*. Itajaí: Ed. da Furb, 2002.

SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981. p. 46.

_____. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 25, p. 3-55, 1988.

_____. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília, DF: Ed. da UnB, 1990. p. 22.

_____. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira. *Os alemães no Sul do Brasil*. Canoas: Ed. da Ulbra, 1994.

_____. *MÉTIS: história & cultura*, v. 11, n. 22, jul./dez. 2012.

- SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. *Teoria da Literatura*. 8. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1999. p. 392.
- SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann. A presença teuta no Rio Grande Sul do século XIX: um lacônico estudo sobre as consequências econômicas, sociais e culturais. *Revista Semina*, Passo Fundo, v. 13, n. 1, p. 32-45, 2014.
- SODRÉ, Nelson W. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- SOIHET, Raquel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- SOUZA, Aida Kuri. *A personagem feminina na literatura brasileira*. 2005. Monografia – UNESC, Criciúma, 2005.
- STEIN, Ernildo J. A caminho do Que é filosofia? Uma declaração de amor. In: GERTZ, René et al. *Nós, os teuto-gaúchos*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.
- TREW, Esther Maxine. *Personagens femininas nos primórdios do romance moderno: Pâmela e Júlia, ou A nova Heloísa*. Tese de doutorado. Araraquara: FCL – Unesp – Departamento de pós-graduação em estudos literários, 2007.
- VOGEL, Simone Aires. *Figuras femininas de origem alemã no romance A Face do Abismo, de Charles Kiefer*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- WEBER, M. A ciência como vocação: In: _____. *Ensaaios de sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 154-183.
- WEBER, M. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WEBER, Paula Cristina. *Representações da integração cultural das comunidades de origem alemã no Rio Grande do Sul do Estado Novo: Um estudo das obras Um rio imita o Reno e Longe do Reno*. 2013. Dissertação (Mestrado). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2013.
- WERLANG, William. O desenvolvimento econômico da colônia Santo Ângelo. In: GERTZ, René et al. *Nós, os teuto-gaúchos*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.
- ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- _____. *Literatura gaúcha: temas e figuras da ficção e da poesia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

_____. Saga familiar e história política. In: GONÇALVES, Robson Pereira (Org.). *O tempo e o vento: 50 anos*. Santa Maria, Bauru: UFSM/Edusc, 2000.

ZOLIN, Lúcia Osana. *A literatura de autoria feminina brasileira no contexto da pós-modernidade*. Ipotesi, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 105 - 116, jul./dez.2009

ZUBARAN, Maria Angélica. Os teuto-rio-grandenses, a escravidão e as alforrias. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira. *Os alemães no Sul do Brasil*. Canoas: Ed da ULBRA, 1994.